

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SANDRA MARA MATUISK MATTOS

**DIMENSÕES EDUCATIVAS E PSICOSSOCIAIS DA
PARTICIPAÇÃO EM UMA COOPERATIVA EM
GUARAPUAVA-PR: TRAJETÓRIA LABORAL
DE EX-COOPERADAS**

CURITIBA – 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SANDRA MARA MATUISK MATTOS

**DIMENSÕES EDUCATIVAS E PSICOSSOCIAIS DA
PARTICIPAÇÃO EM UMA COOPERATIVA EM
GUARAPUAVA-PR: TRAJETÓRIA LABORAL
DE EX-COOPERADAS**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Quintal de Freitas.

CURITIBA - 2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mattos, Sandra Mara Matuisk

Dimensões educativas e psicossociais da participação de uma cooperativa em Guarapuava-PR : trajetória laboral de ex-cooperadas / Sandra Mara Matuisk Mattos – Curitiba, 2013.
167 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fatima Quintal de Freitas
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Cooperativas de Consumo. 2. Consumidores - Educação.
3. Cooperativismo. 4. Economia solidária. 5. Cooperativas – Guarapuava (PR)
I.Título.

CDD 334.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de **SANDRA MARA MATUISK MATTOS** para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados: DR^a MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS (Presidenta), DR. CARLOS LUIS ARRIETA SALAS, DR^a MARIA SARA DE LIMA DIAS, DR^a BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI e DR^a REGINA MARIA MICHELOTTO (Membros Titulares) arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: **"DIMENSÕES EDUCATIVAS E PSICOSSOCIAIS DA PARTICIPAÇÃO EM UMA COOPERATIVA EM GUARAPUAVA-PR: TRAJETÓRIA LABORAL DE EX-COOPERADAS"**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS		aprovada
DR. CARLOS LUIS ARRIETA SALAS		aprovada
DR ^a MARIA SARA DE LIMA DIAS		aprovada
DR ^a BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI		aprovada
DR ^a REGINA MARIA MICHELOTTO		aprovada

Curitiba, 27 de novembro de 2013.

Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA MARA MATUISK MATTOS

DIMENSÕES EDUCATIVAS E PSICOSSOCIAIS DA PARTICIPAÇÃO EM UMA COOPERATIVA EM GUARAPUAVA- PR: TRAJETÓRIA DE TRABALHO DE EX-COOPERADAS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, composta pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^a Dr.^a Maria de Fatima Quintal de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Carlos Arieta Salas
Universidade de Costa Rica, San José

Prof^a. Dr^a Maria Sara de Lima Dias
Departamento de Psicologia da Tuiuti

Prof^a. Dr^a Berenice Marie Ballande Romanelli
Instituto Federal do Paraná - IFPR

Prof^a. Dr^a Regina Maria Michelotto
Departamento de Educação da UFPR

Curitiba, 27 de novembro de 2013.

À minha mãe Helena (in memoriam) e ao meu pai Arnaldo pelo amor incondicional e incentivo na busca do conhecimento.

Ao meu filho muito amado e desejado Renan Augusto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Arquiteto do Universo pela oportunidade da vida e por todas as condições e possibilidades que me proporcionou para chegar até este momento.

À minha mãe (*in memorian*) e ao meu pai pelo amor e pelo incentivo à minha vida acadêmica. Seus exemplos em todas as áreas me mostraram o caminho da verdade, da vida.

Ao meu filho amado Renan Augusto, por existir, por compartilhar a vida e o amor comigo.

Às minhas amigas-irmãs Carmen de Fátima Guimarães e Juliane Sacher Angnes, por tudo que vocês são em minha vida e por tudo que fazem por mim. Vocês são a razão e o coração que falam diretamente a mim, seja na minha cabeça ou no meu coração. Ainda meus caros ao coração: Marcel, André e Augusto.

À minha família Mattos Mendes: Marcia, Gilson Ralph e Ramon pelo apoio e carinho.

À Jacinta Santos que nestes anos seja de mestrado ou doutorado, foi o meu apoio e suporte principalmente com o meu menino.

Às minhas amigas de doutorado Ana Aparecida Machado Baby e Mariulce Leineker, sem vocês o doutorado não teria sido o mesmo, foi muito bom conviver e aprender com vocês.

À minha Professora Orientadora Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas pela orientação, conhecimento, confiança, dedicação, incentivos e carinho.

À Professora Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia coordenadora do Projeto Sem Fronteiras e toda a equipe, pois sem o trabalho inicial de vocês, esta tese teria outra abordagem.

Às ex-cooperadas que compartilharam a sua vivência na COCBIX comigo.

À Zoraide da Fonseca Costa pela amizade, apoio e ajuda recebida.

À UNICENTRO e ao Departamento de Ciências Econômicas pelo estímulo e apoio sempre presentes.

À UFPR e ao PPGE, bem como aos Professores e aos colegas que lá encontrei.

À banca avaliadora pela disposição, participação e contribuição neste trabalho.

Enfim a todos que de uma maneira direta ou indireta me proporcionaram alcançar este objetivo.

RESUMO

As modificações ocorridas no mundo desde a década de 1970 provocaram transformações, particularmente no mercado de trabalho, acarretando a diminuição de empregos, o aparecimento de subempregos, as atividades precárias, as insatisfações, o desemprego, entre outros. Como consequência, novas alternativas têm sido buscadas, ligadas ao aparecimento de novas formas na organização do trabalho. Dentre estas novas formas, as cooperativas de produção e consumo, as redes de produção, consumo, comercialização, os empreendimentos populares solidários, as empresas de autogestão e de associações de produtores, entre outras. Assim, a Economia Solidária constitui-se a partir de década de 1980 e se fortalece na década de 1990, configurando-se como alternativa para a geração de trabalho e renda diferenciada da capitalista. É dentro deste contexto da busca por uma alternativa de trabalho que foi constituída a COCBIX – Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho, estabelecida em Guarapuava, Paraná, e constituída em 2010, por 23 mulheres, como meio de ocupação e renda. A Associação de Moradores buscou a UNICENTRO e, com o apoio do governo do Paraná, formaram uma parceria, fundando a Cooperativa através do Projeto Sem Fronteiras. Os objetivos da parceria são os seguintes: ajudar no seu desenvolvimento, por meio da conscientização da importância do trabalho em cooperação entre os interessados; assessoria nos aspectos econômicos, jurídicos, contábeis, administrativos e produção, entre outros. As atividades da Cooperativa iniciadas em 2009 encerraram-se em 2012. A problemática da pesquisa é descobrir quais foram os fatores que determinaram o encerramento da COCBIX. A justificativa se fundamenta na importância de se estudar esta nova alternativa de trabalho, o cooperativismo no âmbito da Economia Solidária. O objetivo geral é investigar a trajetória laboral e de vida de mulheres que fizeram parte da COCBIX. A metodologia desta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e de campo: a pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas com seis ex-cooperadas e duas professoras integrantes do Projeto Sem Fronteiras, em busca de saber suas opiniões sobre a Cooperativa. Foram abordados dois princípios do cooperativismo: educação, formação e informação, e interesse pela comunidade. A fundamentação teórica destes dois princípios se dá pela educação formal e não formal, e pela psicologia social comunitária. Percebe-se pelas respostas das entrevistadas que a Cooperativa foi importante para elas no sentido do aprendizado, do conhecimento, do compartilhamento e da união, mas que tudo isso não foi suficiente para a manutenção da Cooperativa. Vários foram os fatores que determinaram o encerramento da COCBIX, dentre eles a inexperiência administrativa, a maior transparência entre as envolvidas, a incubação do projeto, uma equipe multidisciplinar do projeto e, talvez o mais importante, a falta de emancipação econômica-política e autonomia para as cooperadas.

Palavras-chave: cooperativismo, economia solidária, trabalho, educação, união.

ABSTRACT

The changes in the world since the 1970s provoked transformations, particularly in the labor market. Resulting in decreased employment, the emergence of underemployment, precarious activities, dissatisfaction, unemployment among others. So new possibilities have been considered, and they are linked to the emergence of new forms of work organization. Among these new forms: production and consumption networks of production, consumption, marketing, solidarity popular projects, self-management companies, producer associations and other cooperative forms. Thus, the Solidarity Economy is constituted from the 1980s and strengthened in the 1990s, becoming an alternative for the generation of employment and income differentiated capitalist. It is within this context of the search for an alternative job that was incorporated COCBIX - Cooperative Seamstresses Xarquinho of the Industrial District, established in Guarapuava Paraná, established in 2010, with 23 women as a means of employment and income. The Residents Association sought UNICENTRO and with the support of the government of Paraná and formed a partnership through Project Without Borders, founded the Cooperative. With the following objectives: help their development is through awareness of the importance of collaborative work among stakeholders; advice on economic, legal, accounting, administrative, production and other objective aspects. The activities of the Cooperative started in 2009, was closed in 2012. The research problem was to find out what were the factors that led to the closure of COCBIX. The justification is based on the importance of studying this new alternative work cooperatives under the Solidarity Economy. The overall objective is to investigate the labor and lives of women who were part of COCBIX trajectory. The methodology of this research is a qualitative approach, exploratory and field. The field research was done through semi-structured interviews with six former cooperative members and two members of the Teachers Without Borders Project, seeking to know their opinions about the Cooperative. Education, training and information and Concern for community, two cooperative principles were addressed. The theoretical basis of these two principles is given by the formal and non-formal education, and the Community Social Psychology. It was noticed by the responses of the interviewees that the Cooperative was important to them in the sense of learning, knowledge, sharing and togetherness, but that all this was not enough to maintain the Cooperative. Several factors that determined the closure COCBIX, including: administrative inexperience; greater transparency between the involved; incubation project, a multidisciplinary project team and perhaps most importantly the lack of economic and political emancipation and autonomy to the cooperative.

Keywords: cooperative, solidarity economy, work, education, union.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADEC** - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural da Tauá - CE
- AMBIX** – Associação de Moradores do Bairro Industrial do Xarquinho
- ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestão e Participação Acionária
- CAEPS** – Centro de Apoio à Economia Popular Solidária
- CÁRITAS** - Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- COCBIX** – Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho
- CONAES** – Conselho Nacional de Economia Solidária
- CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNES** - Conselho Nacional de Economia Solidária
- EES** – Empreendimentos Econômicos Solidários
- ES** - Economia Solidária
- FASE** - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FSM** – Fórum Social Mundial
- GTBrasil** - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
- IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- ITCPs** – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- OCB** – Organização das Cooperativas do Brasil
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- PACs** – Programas Alternativos Comunitários
- SCA** – Sistema de Cooperativas Assentadas
- SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SIES** – Sistema de Informações em Economia Solidária
- UNICENTRO** – Universidade Estadual do Centro Oeste
- UNIMED** – União de Médicos do Brasil
- UNISOL** – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
- UNITRABALHO** - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	14
II. COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDARIA E MUNDOS DO TRABALHO	19
2.1 Reconfigurações das Formas de Organização do Trabalho no Contexto Mundial	19
2.2 Economia Solidária	23
2.2.1 Conceitos de Economia Solidária	24
2.2.2 Histórico da Economia Solidária	26
2.2.3 Economia Solidária do Brasil	35
2.2.3.1 Cooperativismo no Brasil	36
2.2.3.2 Histórico da Economia Solidária no Brasil	39
2.2.3.3 Características da Economia Solidária	45
2.2.3.4 Cenário Brasileiro da Economia Solidária	48
2.2.3.5 A Economia Solidária e sua Área de Atuação	52
2.3 Histórico da Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho – COCBIX	58
III. PROPOSTA METODOLÓGICA	66
3.1 Participantes da Pesquisa	66
3.2 Instrumento de Coleta de Informações	67
3.3 Procedimentos Adotados	68
IV. O QUE DIZEM AS MULHERES EX- COOPERADAS	70
4.1 Entrevistas com as Ex - Cooperadas	70
4.1.1 Histórico das ex - cooperadas da COCBIX	70
4.1.2 Perfil das entrevistadas	71
4.1.3 Ingresso na Cooperativa	74
4.1.4 Motivos para entrar na Cooperativa	75
4.1.5 Importância de estar na Cooperativa	77
4.1.6 Atividades desenvolvidas na Cooperativa	79
4.1.7 Significado do Trabalho	81
4.1.8 Facilidades encontradas na Cooperativa	83
4.1.9 Dificuldades enfrentadas na Cooperativa	85
4.1.10 Motivos para saída da Cooperativa	94
4.1.11 Motivos para o término e continuação da Cooperativa	97
4.1.12 Alternativas e Possibilidades na Cooperativa	100
4.1.13 Trabalho em Grupo	101
4.1.14 Relações com a Educação	104
4.1.15 Relações com a Comunidade	106
4.2 Entrevistas com a Equipe do Projeto Sem Fronteiras	111

V. REFLEXÕES SOBRE OS DOIS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	116
5.1 Quinto Princípio – Educação, Formação e Informação	118
5.1.1 Educação Cooperativa	127
5.2 Sétimo Princípio – Interesse pela Comunidade	133
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
VII. REFERÊNCIAS	151
VIII. APÊNDICES	162
APÊNDICE I	162
APÊNDICE II	164
APÊNDICE III	165

I. INTRODUÇÃO

O sistema capitalista na década de 1970 enfrentou dificuldades com a recessão econômica causada, entre outros fatores, pela crise do petróleo, o que provocou importantes transformações, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. As empresas buscaram, de maneira mais forte, em consonância aos princípios capitalistas, uma diminuição dos custos de produção e o aumento da lucratividade. Isso trouxe também importantes mudanças na relação entre empregadores e empregados, criando a possibilidade de ação de novos agentes, sejam no âmbito individual como no âmbito coletivo (BERTUCCI e ALVES, 2003).

Essas mudanças levaram, também, a alguns desequilíbrios, como a diminuição no número de vagas de emprego, o aparecimento de uma categoria agora denominada de subemprego e informalidade, e a possibilidade de realização de atividades em condições precárias com certa aceitação dentro do sistema de direito social. Estas condições trouxeram, por sua vez, além do aumento de necessidades no âmbito do trabalho, o fortalecimento de insatisfações ligadas ao desemprego e condições mais precárias de desenvolvimento do trabalho e atividades laborais. Alguns autores (DURAES, 2007; DINIZ, 2002; SOUZA 2002) consideram estas situações e os seus impactos como sendo resultantes da revolução tecnológica ocorrida a partir das últimas décadas do século XX. Isso gerou também mudanças nos processos produtivos, com aberturas e fechamentos de mercados, o que implicou na busca de novas alternativas por parte dos homens e mulheres trabalhadoras, com o intuito de se adaptarem a essa novas exigências, tempos e formas de negociação no mundo do trabalho.

Aparecem, assim, novas formas de organização no mundo do trabalho, criando a possibilidade dos trabalhadores encontrarem alternativas através de novas e diferentes formas de geração de renda. Isso significa dizer que nas áreas rurais e urbanas as experiências coletivas de trabalho e produção vêm crescendo, através da formação de cooperativas de produção e

consumo, de redes de produção, do consumo e comercialização (SCHOLZ, 2009). Isso também gerou a constituição de instituições financeiras voltadas para os empreendimentos populares e solidários, a criação de empresas de autogestão, e as associações de produtores, entre outras formas de organização e gestão do próprio trabalho por parte dos trabalhadores.

Assim, a Economia Solidária começou a se constituir fortemente a partir de década de 1980 e foi consolidando-se na década de 1990. Configurou-se, assim, como alternativa para a geração de trabalho e renda diferenciada, dentro do sistema capitalista, principalmente pelo fato de se comprometer com processos mais participativos e democráticos, inclusivos e sustentáveis.

Dentre as iniciativas solidárias, observa-se a presença ativa das mulheres. Talvez em parte, como diz Touraine (2010), pelo fato de que as mulheres, diferentemente dos homens, colocam a sua vida privada no mesmo patamar de importância da sua vida pública, como acontece em relação ao trabalho.

Mulheres e homens não se opõem diretamente, mas também não seguem caminhos convergentes. [...] para as mulheres, os problemas privados devem ocupar o centro da vida pública [...] onde vida privada e vida pública se misturam. [...] Ainda que o mundo continue ensurdecido pelos gritos, pelas ordens e discursos proferidos pelos homens, cada vez mais descobrimos que as mulheres já se apossaram da *palavra*, mesmo que os homens continuem detendo o dinheiro e o poder. (TOURAINÉ, 2010, p.84-85)

Soma-se aqui o fato de existirem princípios importantes na Economia Solidária que fortalecem estas preocupações de unir vida privada e pública, como são os princípios da justiça social, a solidariedade e equidade. Além disto, historicamente, as mulheres vivem em seu cotidiano situações de

subalternidade, discriminação, e silenciamento no dia a dia, o que poderia, em parte, permitir compreender as diferentes lutas e participações que as mulheres têm tido. Diante disso, os princípios dos empreendimentos solidários podem atrair as mulheres, seja devido ao caráter mais informal de horários e atividades de trabalho, seja pela busca da justiça social e participação democrática que têm sido comuns na vida cotidiana de lutas feministas.

Foi dentro deste contexto de alternativa de trabalho que foi constituída a COCBIX – Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho, estabelecida em Guarapuava, Paraná. A Associação de Moradores do Bairro Industrial Xarquinho – AMBIX, fundada em 1997 - criou a Cooperativa de Costureiras no bairro Xarquinho, considerado como um bairro de periferia e que enfrenta muitos problemas. Essa cooperativa foi constituída formalmente em 2010, iniciando com 23 mulheres e tendo como proposta buscar a melhoria das condições de vida de seus participantes. O Bairro do Xarquinho apresenta um nível baixo de desenvolvimento socioeconômico, expressado por pouca escolaridade dos seus moradores e nível de renda baixo, visto que a maioria da população trabalha na informalidade ou em subempregos (HORST, 2009).

A Cooperativa foi formada com a intenção de proporcionar emprego e renda para as moradoras do Bairro Industrial Xarquinho e recebe ajuda implementada pela parceria com a Universidade da Cidade (UNICENTRO) e do apoio do governo do Paraná, que se tornam necessários para o seu desenvolvimento. Essas ajudas resultaram em importantes aspectos, com a conscientização a respeito da importância do trabalho em cooperação entre os interessados; formas de assessoria quanto aos aspectos econômicos, jurídicos, contábeis, administrativos e ligados à produção, publicidade, propaganda, divulgação e *design* dos objetos e mercadorias produzidas; a possibilidade de qualificação das cooperada para a gestão econômica e empresarial da Cooperativa; a orientação para a implantação da infraestrutura física; o treinamento para o uso das máquinas novas de costura em regime de

comodato; e a obtenção do espaço físico para a produção, também em regime de comodato¹ (DALLA VECCHIA, 2011).

Mesmo com este apoio recebido da equipe do Projeto Sem Fronteiras, as atividades da Cooperativa se encerraram em 2012, três anos após o seu início. Diante dessa curta existência, de uma cooperativa constituída exclusivamente por mulheres, levantaram-se questionamentos sobre as razões desse curto processo. Isso contribui para a seguinte indagação, que está embasa a presente investigação: “Quais são os significados da COCBIX e seu encerramento para as mulheres ex-cooperadas”? A justificativa para a realização deste projeto de investigação fundamenta-se na importância de compreender essa nova alternativa de trabalho, o cooperativismo, no âmbito da Economia Solidária. Muitas cooperativas foram formadas por homens e mulheres, muitas vezes com dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, seja por falta de vagas, seja por baixa qualificação profissional e/ou educacional. As Cooperativas, sob a égide da Economia Social, trouxeram novas perspectivas e novas oportunidades, devido às características de cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade (SINGER, 2002). Nesse âmbito, o foco da presente investigação dirige-se à compreensão da trajetória laboral e de vida de mulheres que fizeram parte da COCBIX.

Este trabalho de tese está estruturado em oito capítulos, iniciando-se com esta breve Introdução. No segundo capítulo apresenta-se o Referencial Teórico e suas fundamentações, que orientarão as discussões a respeito dos dados colhidos junto às mulheres cooperadas. Neste capítulo apresenta-se a configuração mundial sobre as transformações no mundo do trabalho, sobre a Economia Solidária, que vem se apresentando como uma alternativa sobre as mudanças no mercado de trabalho, bem como sobre o Cooperativismo, além de um breve histórico da Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho em Guarapuava – PR (COCBIX) e da parceria estabelecida com a

¹ Mais informações sobre a Cooperativa encontram-se no segundo capítulo.

UNICENTRO, através do Projeto Sem Fronteiras. No terceiro capítulo apresenta-se a Proposta Metodológica utilizada para a realização desta pesquisa, descrevendo-se os procedimentos e técnicas utilizados para a coleta das informações junto às seis ex-cooperadas e às duas professoras que integraram o Projeto Sem Fronteiras. O quarto capítulo está estruturado de maneira a serem apresentadas as opiniões das entrevistadas, após a organização e sistematização dos conteúdos das entrevistas, reunindo-as em categorias de análise de acordo com os eixos temáticos. No quinto capítulo são apresentadas algumas considerações e reflexões a respeito do quinto e sétimo princípios do cooperativismo, respectivamente: Educação, Formação e Informação e Interesse pela Comunidade. Unem-se aqui alguns embasamentos teóricos oriundos do campo da Educação não Formal e da Psicologia Social Comunitária. As Considerações Finais são apresentadas no sexto capítulo. No sétimo capítulo estão as Referências utilizadas para a elaboração deste trabalho e no oitavo capítulo estão os Apêndices.

II. COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDARIA E MUNDOS DO TRABALHO

2.1 Reconfigurações das Formas de Organização do Trabalho no Contexto Mundial

Com o esgotamento do modelo social democrata em países da Europa em meados da década de 1970, o Capital precisava buscar um novo modelo de acumulação e conseqüentemente novas formas de expansão (DURAES, 2007). A década de 1970 foi marcada por uma crise estrutural, caracterizada pela queda da taxa de juros resultante em parte pelo aumento dos salários, consequência dos entraves entre capital e trabalho ocorridos na década de 1960. O desemprego estrutural de 1960 ocorreu em razão da diminuição do consumo estabelecido pelo modelo fordista/taylorista, assim como pela crise do estado do bem estar social (*welfare*), da expansão das privatizações e pela crise fiscal capitalista (ANTUNES, 1999).

Esta mudança no modelo capitalista criou novas conjunturas mundiais, tanto no âmbito político como no econômico e social, gerando rupturas no modelo socialista existente, além de outros fatores, como a queda do Muro de Berlim em 1989, o fim da Guerra Fria e a desintegração da União Soviética (CERQUEIRA, 2008). Concomitante a essa nova configuração, a formação de blocos econômicos regionais e o aumento do desenvolvimento tecnológico e industrial (principalmente nos setores de eletrônica e comunicação) estabeleceram um novo paradigma no setor produtivo. Este passou a ser regido pela expansão tecnológica e pelas exigências de um novo perfil de trabalhador, mais qualificado e competitivo. Estas exigências, aliadas às mudanças produzidas pela globalização no que se refere a uma quase universalização de ritmos, estratégias e formas de produção econômica, contribuíram, ao longo dos anos, ao que passou a ser denominado de precarização das relações de trabalho (SOUZA, 2008).

Esta precarização das relações de trabalho pode ser vista pela informalidade, onde são feitos contratos temporários: não há estabilidade, nem registro em carteira de trabalho, ou seja, sem direitos sociais ou trabalhistas. A flexibilização do trabalho também acontece pela alteração na jornada de trabalho, sempre a maior, e na alteração da remuneração, sempre a menor (ANTUNES, 2011 e LIMA, 2009).

Conforme salienta Diniz (2002, p.38):

“A política flexibilizadora se dá justamente para atender às determinações de um processo globalizador que promete conseqüências benéficas e prosperidade, permite que os países participem das grandes inovações tecnológicas, abre as fronteiras para os investimentos, para os financiamentos, para o comércio internacional em troca do afastamento do Estado das questões trabalhistas e sociais.”

O afastamento do Estado da condição de “Protetor” e “Interventor” foi amplamente preconizado pelo Liberalismo e pelo Neoliberalismo, que defendiam a propriedade privada, a liberdade econômica e de mercado, e a conseqüente participação mínima do Estado nos assuntos econômicos, sendo que o neoliberalismo assume maior destaque a partir dos anos de 1970 com a denominada “crise do capitalismo”.

Neste cenário de intensas modificações econômicas, tecnológicas e sociais surge a globalização financeira e produtiva dos mercados, aliando a defesa da desregulamentação econômica e as privatizações de empresas estatais à diminuição das garantias dos trabalhadores e outras ações que garantiriam maior liberdade à iniciativa privada.

A globalização como fenômeno não está restrita ao Neoliberalismo, porém é nele que encontra sua maior alavanca de apoio. A crise do Estado do Bem-Estar Social promoveu o surgimento do Neoliberalismo e rompeu a

concepção solidária na tutela do indivíduo. A ausência estatal e o retorno ao Estado mínimo submeteram a relação capital-trabalho às leis da oferta e da demanda (SOUZA, 2008).

Com o neoliberalismo, a globalização passa a ser um caminho sem volta, que traz em seu bojo um processo contemporâneo baseado em novas tecnologias, na troca de informações, técnicas de produção, padrões, novos estilos de vida e novas ideologias. Com o advento da globalização, não existem mais barreiras entre os países, entre os mercados e entre o capital financeiro e produtivo (SANTOS, 2001; SOUZA, 2008).

A abertura dos mercados e o acesso à uma enorme variedade de produtos possibilitam aos sistemas de produção, de consumo e de trabalho uma nova configuração, priorizando o lucro e desconsiderando o custo humano consequente.

Para Pochamnn (1998), no Brasil a década de 1980 tinha os mesmos problemas enfrentados por outras economias, denominadas periféricas, tais como: (a) taxas ainda comprimidas de assalariamento; (b) baixos salários; (c) alta informalidade; e (d) elevado subemprego. Em fins desta mesma década, os sinais de desemprego estrutural eram típicos de economias industrializadas, pois o processo de industrialização se aprofundava com migração rural e urbanização, criando desta forma um excedente de mão de obra não absorvido plenamente pelo mercado de trabalho.

Segundo Duraes (2007) e Pochmann (1998) o Brasil na década de 1990 sofreu em decorrência da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais por meio da dependência financeira do Banco Mundial e do FMI, culminando em problemas para o mercado de trabalho, ou seja, em desemprego, aumento da informalidade e desigualdade social. Silva e Pereira (2011) afirmam que também foram evidenciadas formas atípicas de emprego, como por exemplo, os contratos temporários, o trabalho em domicílio, a subcontratação e a terceirização, o que é compartilhado por apud Filgueras et all (2000, p.24) apud Duraes (2007, p.111) “[...] *aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos*

direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque ampliou-se a presença de outras formas de ocupação, distintas de assalariamento [...].”

Mesmo com as dificuldades impostas pelos problemas decorrentes da década de 1980 e 1990, é em meados desta última que, segundo Pochmann (1998), alterações expressivas podem ser encontradas no mundo corporativo, com implantação de novos programas de gestão empresarial, reorganização do trabalho e é a inovação tecnológica, que trazem novidades para o emprego e para as relações trabalhistas.

O aprofundamento da crise capitalista motivou o surgimento de novas formas na organização do trabalho, como meio de suprir as necessidades dos trabalhadores em encontrarem fontes alternativas de geração de renda.

Cada vez mais crescentes experiências bem sucedidas concretizam-se nas áreas rurais e urbanas, por meio de formas coletivas de trabalho e produção, de formação de cooperativas de produção e consumo, redes de produção e empresas de autogestão.

A Economia Solidária e o Cooperativismo são fundamentais para explicar algumas novas alternativas no mercado de trabalho, a possibilidade de geração de trabalho e renda à população mais desfavorecida e nortear estudos com as ex-cooperadas. No sistema cooperativista, a formação de cooperativas promove a união de pequenos trabalhadores, que, a partir daí, formam um grupo maior e conseqüentemente começam a produzir em quantidade e qualidade suficiente para entrar no mercado e competir. Tudo isto somente é possível se houver ajuda mútua entre os cooperados e, se mantiverem a união, então poderão se destacar no mercado.

Frantz (2012) reforça esta questão de que no cooperativismo, por meio das diferentes experiências vividas pelos cooperados, substitui-se o individualismo pela cooperação. Não somente o individualismo, como também a competição desenfreada prejudicam a sociedade. É melhor trabalhar com a cooperação do que com a competição. O cooperativismo rompe este círculo de individualismo e competição, e trabalha com o coletivo e com a cooperação.

Com esta união custos são reduzidos, bem como os riscos, e há a promoção da colaboração econômica das economias associadas com o objetivo de alcançar melhores resultados.

O sistema cooperativista também enfrenta problemas e apresenta algumas desvantagens, a saber: os cooperados não têm carteira assinada e nem direitos trabalhistas, e esta falta de informações sempre provoca alguns equívocos; a formação de falsas cooperativas com intuito de reduzir os custos trabalhistas e sociais; muitos empresários acham que as cooperativas são concorrentes desleais, por não terem custos trabalhistas e sociais, mas têm custos fiscais (MARTINS, 2003).

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com o advento da globalização ou mundialização da economia, como alguns preferem denominar, ocorreu a flexibilização do trabalho, ou seja, o mercado de trabalho se transformou. Trazendo em seu bojo vantagens, porém mais desvantagens, foram criados alguns postos de trabalho e fechados muitos outros. O tempo de desemprego passou a ser maior, e com novas tecnologias são necessários trabalhadores mais qualificados e em quantidade menor do que antes (DURAES, 2007).

Harvey (1993) denomina esse processo de volatilidade de mercado, no qual os regimes e contratos de trabalho são flexibilizados, reduzindo o *“emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado”* (p.143).

Esse processo resultou em maior exclusão social, com precarização do trabalho, criando muitos desempregados, que, para sua sobrevivência, passaram a desenvolver atividades incompatíveis com sua qualificação profissional, muitas vezes tendo um subemprego, abrindo mão de seus direitos trabalhistas.

A Economia Solidária tem origem no início do século XIX, sob o formato do cooperativismo, como uma alternativa de sobrevivência ao capitalismo industrial. No final do século XX a Economia Solidária surge no Brasil, como resposta dos trabalhadores às situações por eles vividas no mundo do trabalho, em decorrência da exclusão do mercado de trabalho e exploração da mão de obra.

A partir da década de 1980, mais precisamente na década de 1990, alguns autores como Singer (2003); Mance (1999); Gaiger (2003; 2013); Laville (2004) vêm destacando a expansão e o desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária. As modificações ocorridas nas últimas décadas sejam elas de origem estrutural, de ordem econômica ou social, enfraqueceram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho.

Segundo Laudares (2006), essa relação é baseada na produtividade e na competitividade, buscando a acumulação de capital. Este modelo provocou o aumento da informalidade e a precarização das relações formais trabalhistas, culminando numa conjuntura de desemprego, sujeitando trabalhadores a qualquer tipo de ocupação, com direitos sociais duvidosos na tentativa de sobrevivência.

2.2.1 Conceitos de Economia Solidária

Na literatura especializada encontram-se várias conceituações sobre Economia Solidária (ES). Por um lado, a conceituação de Paul Singer (2007) mostra que a Economia Solidária é muito mais que a possibilidade de serem formados empreendimentos solidários para obtenção de emprego e renda:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (SINGER, 2007, p.2)

Por outro lado, Leite (2009) considera a Economia Solidária como uma prática econômica e social diferenciada por compreender diversas formas de organizações, baseadas na autogestão, como cooperativas e associações, cujos resultados são compartilhados entre os cooperados/associados; reforça também a ideia de que todas as ações tomadas por parte dos cooperados ou associados devem ser tomadas de maneira conjunta.

Corragio (2000) considera a Economia Solidária como um conjunto de atividades derivado da iniciativa direta da população. Tendo em vista que todas essas atividades são realizadas por pessoas, ou seja, trata-se de um conjunto de atividades que geram as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de grande parcela da população, que muitas vezes não tem sido absorvida nem pelo mercado de trabalho tradicional, capitalista, nem tampouco pelas ações compensatórias por parte do setor público.

Kraychete (2000), também segue a linha de Corragio, por dizer que as atividades na economia dos setores populares diferem da empresa capitalista,

[...] possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. (p.44)

Segundo Gaiger (2009) o conceito de Economia Solidária na América Latina “*refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã*” (p.85). Ainda nos diz que a Economia Solidária é outra forma “*de produzir e de propiciar a circulação de bens e serviços, assegurando com isso a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus participantes.*” (GAIGER, 2009, p.93)

2.2.2 Histórico da Economia Solidária

A Revolução Industrial ocorreu no início do século XVIII, na Inglaterra, com a modernização dos sistemas de produção. A Inglaterra pôde melhorar sua produção, pois tinha fonte de energia, além de grandes reservas de minério de ferro, principal matéria prima utilizada nesse tempo. Também tinha mão de obra disponível, assim favorecendo o país, em razão da grande demanda de emprego nas cidades inglesas nesse período. Neste mesmo período também ocorreu o desenvolvimento dos transportes e das máquinas. As máquinas a vapor, principalmente os gigantes teares, alteraram a forma de produção; as máquinas substituíram os homens, provocando desemprego, embora tenham reduzido os preços das mercadorias e acelerado o ritmo de produção. No início da Revolução Industrial as fábricas não tinham um ambiente de trabalho adequado aos seus trabalhadores. As condições de trabalho eram precárias, os ambientes tinham péssima iluminação, eram abafados e sujos. Os salários pagos aos trabalhadores eram muito baixos e crianças e mulheres eram empregadas. A carga horária chegava até 18 horas por dia e não haviam direitos trabalhistas, tal como conhecemos hoje. Se por algum motivo perdiam o emprego, não recebiam nenhum tipo de indenização ou auxílio e assim passavam por situações de precariedade. Esta precariedade por qual passaram os trabalhadores em muitas regiões da Europa fez com que estes se organizassem em busca de melhores condições de trabalho. Dessa

forma, os trabalhadores das fábricas formaram um tipo de sindicato, buscando melhorar suas condições de trabalho. A Revolução Industrial provocou consequências positivas e negativas. As positivas: proporcionou métodos de produção mais eficientes; os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente e em maior quantidade; seus preços diminuíram, o que estimulou o consumo. As negativas: maior número de desempregados; as máquinas foram substituindo, aos poucos, os homens; a poluição ambiental; o aumento da poluição sonora; o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades (SCHOLZ, 2009; SINGER 2002).

Os reflexos ocasionados pela Revolução Industrial, principalmente os negativos, provocaram iniciativas cooperativistas², na busca por trabalho e renda e, a partir destes movimentos, tem-se as origens da Economia Solidária. Com as máquinas, a produção passa a ser industrial, e os artesãos que faziam seus produtos de maneira artesanal perdem espaço no mercado e acabam por empobrecer, ficando à margem da sociedade. Assim, os artesãos, sentindo-se ameaçados, formaram sociedades de ajuda mútua, negando-se à subordinação ao novo sistema. Tem-se então o surgimento de cooperativas de produção e consumo próximas das fábricas, baseadas nos princípios de autogestão, participação, autonomia (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002, p. 24),

A exploração nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

² Segundo Veiga e Fonseca (2001), alguns estudos mostram que a cooperativa mais antiga (eram moinhos de cereais com base cooperativa, organizados para que os produtores não pagassem os altos preços cobrados pelos moleiros da época) que possui algum registro documentado teria sido iniciada em 1760, na Inglaterra, em Woolwich e Chatham. Mas o registro oficial que se tem de uma sociedade cooperativa data de 1844, em Rochdale, uma pequena cidade do interior da Inglaterra.

Dentro desse contexto exploratório, do capitalista em detrimento do trabalhador, que o socialismo utópico vai surgindo, na busca de uma sociedade ideal. O termo socialismo utópico está ligado ao fato de que tais pensadores acreditavam na total transformação da sociedade de forma pacífica, sem a necessidade de embates armados, a qual seria promovida pela luta de classes e pela revolução proletária. Os pensadores precursores foram: Robert Owen, François-Charles Fourier, Conde de Saint-Simon e Pierre Proudhon, cujas histórias ou ideias serão apresentadas sucintamente a seguir.

Robert Owen (1771-1858)³

Robert Owen nasceu na Inglaterra, proprietário de uma grande indústria têxtil na cidade de New Lanark. Apesar de ser considerado um burguês, procurou mudar a situação de trabalho dos operários em sua fábrica, diminuindo a jornada de trabalho dos trabalhadores; criando escolas para os filhos dos trabalhadores, assim auxiliando na educação das crianças; construindo casas para os trabalhadores operários, oferecendo melhores condições; promovendo muitas ações voltadas para a regeneração moral dos indivíduos, bem como o resgate da autoestima dos trabalhadores.

Essas ações praticadas por Owen nesta indústria o conduziram ao socialismo associacionista e cooperativista, acabando por fomentar o movimento operário para a prática concreta do cooperativismo. Owen partia do princípio de que o caráter humano era resultado das condições do meio em que ele se formava. Por este motivo, defendeu a adoção de práticas sociais que contemplassem a felicidade, harmonia e cooperação, pois assim poderiam superar os problemas causados pela economia capitalista. Em 1824, nos Estados Unidos, Owen colocou suas ideias socialistas em prática, fundando a

³ Para compor este item foram utilizados vários autores, dentre eles: SCHNEIDER (1999); VEIGA e FONSECA (2001); SINGER (2002); GAIGER (2003); VERONESE (2004) e RÊGO e MOREIRA (2013).

comunidade de New Harmony em Indiana, onde não obteve sucesso e praticamente perdeu toda sua fortuna.

Robert Owen, em 1830, fundamentado na teoria do valor do trabalho de Adam Smith e David Ricardo, defendia o direito do trabalhador de usufruir do seu trabalho. Para tanto, criou uma bolsa de trocas, na qual cada produto tinha o seu valor estabelecido de acordo com as horas de trabalho necessárias para a sua confecção, e o dinheiro era substituído por bônus de trabalho. Dessa maneira, objetivava criar um sistema paralelo à economia capitalista. Porém, essa ideia da bolsa de trocas não deu certo; mesmo assim Owen continuou ligado ao cooperativismo, como uma alternativa para resolver a crise econômica e social que acontecia em sua época.

Owen acreditava que o cooperativismo tinha capacidade de fazer com que os pobres, desempregados e excluídos obtivessem meios de melhorar suas vidas e conseguirem se inserir na sociedade como potenciais indivíduos. Owen defendia a substituição de uma sociedade individualista por uma sociedade baseada no associativismo: buscava a liberdade de expressão e uma sociedade onde todos tivessem acesso à saúde, educação e um lugar para morar.

Charles Fourier (1772 – 1837)⁴

Charles Fourier era um comerciante francês e um teórico do pensamento socialista utópico que criticava profundamente a sociedade industrial. Acreditava que a melhoria nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores adviria da criação de associações e sustentava a ideia de uma sociedade baseada no cooperativismo. Era contra a burguesia que separava o

⁴ Para compor este item foram utilizados vários autores, dentre eles: SCHNEIDER (1999); VEIGA e FONSECA (2001); SINGER (2002); GAIGER (2003); VERONESE (2004) e RÊGO e MOREIRA (2013).

trabalho do prazer, pois ambos possibilitam uma sociedade mais próspera. Era defensor da liberdade da mulher e da liberdade sexual, pois era favorável ao fim das distinções que diferenciavam os papéis assumidos entre homens e mulheres.

Para ele, o cooperativismo, o prazer e a liberdade de escolha iriam criar condições para o alcance do socialismo. Ainda achava que nesta etapa a comunhão entre os indivíduos seria vivida de maneira plena. A harmonia entre os indivíduos só seria possível quando esses fossem libertos de toda moral e censura e quando todas as paixões pudessem ser realizadas livremente, sem nenhuma restrição. Considerava que o talento individual poderia ser recompensado segundo um sistema complexo de elos societários chamados de falange. Na ideia de Fourier, o falanstério seria como uma cidade construída no campo; as fábricas deveriam ser transferidas para o campo e uma comunidade deveria ser construída próxima a elas para os trabalhadores, que iriam morar em edifícios, não mais que 1.600 pessoas e que deveria atender todas as necessidades dos trabalhadores. O falanstério seria organizado de forma que os idosos ficariam no térreo, as crianças no mezanino e os adultos nos andares superiores. Cada pessoa seria livre para escolher seu trabalho, e poderia mudar quando quisesse. Ao mesmo tempo urbanos e rurais, os falanstérios seriam autossuficientes trocando bens entre si, dispondo de terras para agricultura e outras atividades econômicas.

A sociedade ideal para Fourier era a associação entre as pessoas: esta sociedade seria regida pelos princípios da liberdade e da vida compartilhada, sem distinção social, e todos teriam acesso à cultura, à educação e às artes. Para Fourier, estes falanstérios seriam a base da transformação social e dariam origem a um novo mundo.

Conde de Saint-Simon (1760-1825)⁵

Na concepção de Saint-Simon, a sociedade humana se direcionava para um sistema de associação universal, no qual haveria paz e o desenvolvimento progressivo da humanidade. Nascido em Paris, em 1760, descendente de uma família nobre francesa, teve uma educação tradicional, e, embora tivesse recebido influência dos princípios liberais, foi um grande pensador do socialismo utópico. Não aceitava a pobreza, tampouco as desigualdades sociais. Baseava suas ideias em uma empresa livre, pregava a manutenção dos privilégios e do lucro dos industriais, que deveriam assumir responsabilidades sociais e oferecer melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores. Acreditava que no cumprimento da sua responsabilidade social, o empresário poderia equilibrar os interesses sociais.

Saint-Simon divide a sociedade em ociosos e produtores: defendia a ideia de que o Estado deveria ser governado pelos industriais, que eram os próprios empresários, artesãos e operários, cujo dever seria o de promover o bem-estar da classe menos favorecida. Era contra a exploração dos trabalhadores, pois achava que eles estavam sujeitos a um sistema que se baseava apenas no direito de propriedade de alguns.

Saint Simon defendia a organização planejada da sociedade e toda a produção deveria ser orientada em benefício do interesse geral; que a produção deveria ser abundante e eficiente, e com o uso do conhecimento científico e tecnológico.

⁵ Para compor este item foram utilizados vários autores, dentre eles: SCHNEIDER (1999); VEIGA e FONSECA (2001); SINGER (2002); GAIGER (2003); VERONESE (2004) e RÉGO e MOREIRA (2013).

Pierre-Joseph Proudhon (1808-1865)⁶

Pierre-Joseph Proudhon (1808-1865) era francês e ficou conhecido por sua participação no movimento anarquista, por valorizar o indivíduo como um ser que não podia viver isolado dos demais. É considerado um dos mais importantes pensadores do movimento anarquista, apesar de não tê-lo fundado. Defendia a liberdade individual das pessoas, considerando-a um processo natural do desenvolvimento e evolução da sociedade humana. Acreditava que as pessoas somente poderiam viver bem no coletivo se tivessem sua liberdade garantida.

Proudhon afirmava ser um mal a acumulação de riquezas, defendendo uma sociedade igualitária, na qual os indivíduos não deveriam acumular mais do que o necessário para a sua sobrevivência. Segundo sua visão, o homem não deveria viver apenas para o trabalho, mas também deveria encontrar um amor e praticar uma vida pautada na comunhão e na justiça entre todos os seres. Nesta sociedade idealizada e desejada por Proudhon não existiria a propriedade privada e nem a divisão de classes sociais - seria conduzida apenas pelos princípios da união mútua.

As primeiras cooperativas

Segundo Singer (2002), George Mudi criou a primeira cooperativa owenista, reunindo um grupo de jornalistas de Londres que produziam e viviam de seus trabalhos, dividindo lucros e despesas. Este grupo publicou o The

⁶ Para compor este item foram utilizados vários autores, dentre eles: SCHNEIDER (1999); VEIGA FONSECA (2001); SINGER (2002); GAIGER (2003); VERONESE (2004) e RÊGO E MOREIRA (2013).

Economist em 1821 e 1822, o primeiro jornal cooperativo, e é a partir destas ações que outras experiências ocorreram pela Europa e EUA. No ápice do movimento cooperativista, Robert Owen, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Construção, sugeriu a criação da Grande Guilda Nacional de construtores, com o propósito de tomar a indústria da construção, reorganizando-a numa cooperativa nacional de construção. Isso demonstra o cooperativismo no combate às estruturas da economia capitalista. No entanto, em 1834, com as greves patronais, os sindicatos entram em colapso junto com o cooperativismo revolucionário.

No ano de 1844, foi criada a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na modalidade de cooperativa de consumo e de aplicação de valores, que obteve êxito social e econômico (GAIGER, 2012a).

Estes primeiros sinais do cooperativismo são indicados por Singer (2003, p.33), quando diz:

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mais inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução.

Em 1956 foi fundada a primeira cooperativa de produção pelo padre José Maria Arizmendiarreta, que foi a semente do complexo de Mondragon (Monte do Dragão), na Espanha. A Corporação Cooperativa de Mondragon é um caso de sucesso em autogestão e cooperação, um complexo empresarial que envolve pesquisas e desenvolvimento de alta tecnologia. O Complexo é administrado de maneira autogestionária e não está apenas circunscrita a Mondragon, mas também a outros países (SINGER, 2008 e LIMA, 2009).

Trata-se provavelmente do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas (SINGER, 2003, p. 98).

Para Gaiger (2012b), o complexo de Mondragon⁷, com 120 cooperativas reunidas, continua a se expandir e é um exemplo para o movimento cooperativo, com base nos princípios da autogestão e da cooperação, apresentando-se com uma alternativa ao capitalismo, com bases na Economia Solidária.

Exemplos de cooperativas de sucesso no Brasil

No Brasil, a Justa Trama⁸ é um exemplo de cooperativa de sucesso, sob a égide da Economia Solidária, criada em 2005 e formalizada em 2008. Estabelecida no Rio Grande do Sul, a Justa Trama é formada por mais de 700 associados, atuantes na agricultura familiar. Trabalha com fiação, tecelagem, confecção e artesanato, e está em 6 Estados da federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia e Ceará, encontrando-se, portanto, em quatro regiões do Brasil. Iniciou suas atividades em 2004, quando um grupo de cooperativas localizadas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul recebeu um pedido para confecção de 60 mil ecobags destinadas ao Fórum Social Mundial de 2005, que aconteceu em Porto Alegre. Para confeccionar as ecobags, compraram tecidos no mercado, foram atrás de

⁷ O Complexo Cooperativas de Mondragon é um exemplo mundialmente famoso por sua capacidade de reunir 120 empresas sob forma de Cooperativas, sendo 87 industriais, 1 de crédito (Caja Laboral), 1 de consumo (Eroski), 4 agrícolas, 13 cooperativas de pesquisa, 6 de serviços em consultoria e 8 cooperativas de educação. São associados das Cooperativas apenas seus trabalhadores que atualmente somam 93 mil pessoas. Na essência todas as cooperativas de Mondragón são Cooperativas de Trabalho que possuem produtos e serviços diferentes entre si. (terrasolta.org) em 05/03/2011.

⁸ Todos os dados sobre a Justa Trama foram coletados do seu site www.justatrama.com.br.

outras cooperativas de tecelagem, as quais, por sua vez, comprariam o fio de uma cooperativa de fiação. E assim foram formando uma cadeia de produção, envolvendo várias cooperativas. A Justa Trama é formada por seis cooperativas e uma associação. Todos os produtos elaborados pela Justa Trama são ecológicos.

A produção é toda espalhada pelo país: o algodão, por exemplo, é cultivado em 9 municípios com sede em Tauá no Ceará, os agricultores familiares articulados pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural da Tauá - CE - ADEC plantam e colhem o algodão agroecológico empregando técnicas de conservação do solo e da água, valorizando a biodiversidade, sem uso de agrotóxicos. Este plantio se estende à cidade de Moreira Sales, no Paraná.

Em Pará de Minas, Minas Gerais, a Coopertextil produz o fio e o tecido da Justa Trama, com o cuidado de não contaminar com o algodão convencional. As roupas são confeccionadas em 3 estados do Brasil: na Coopstilus em Santo André, SP, com roupas infantis, na Cooperativa Fio Nobre em Itajaí, SC, com as roupas artesanais e na Cooperativa Univens em Porto Alegre, RS, com as roupas em série. Os botões e acessórios são feitos por mulheres e homens em Porto Velho, Rondônia, na Cooperativa Açaí; coletam e beneficiam sementes da Amazônia que se transformam em botões, colares e outros acessórios que acompanham as roupas da Justa Trama.

2.2.3 Economia Solidária do Brasil

Antes de apresentar o histórico sobre a Economia Solidária no Brasil, será feita uma apresentação a respeito do início do cooperativismo no Brasil.

2.2.3.1 Cooperativismo no Brasil

No Brasil as cooperativas surgiram no início do século XX, embora o cooperativismo tenha se iniciado no século XIX, na Europa. Iniciou-se na Alemanha por volta de 1859, com as cooperativas de crédito e, na França e Inglaterra entre 1820 e 1840, com as cooperativas de produção (LUCENA, ESTRELA e MONSUETO, 2011).

Segundo Metello (2007), em 1847 o imigrante médico francês Jean Fraive fundou a colônia Tereza Cristina no Paraná, baseada no modelo do falanstério⁹. No ano de 1895 foi fundada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe - PE. De acordo com Schneider (1999), em 1889 foi fundada a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto - MG, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Para Pinho (1982), foi em Limeira – SP, que a primeira cooperativa surgiu em 1891, denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

De acordo com Oliveira (1979), o jesuíta Padre Theodor Amstad deu início ao cooperativismo no Brasil, numa reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses, realizada na Linha Imperial, interior do Município de Nova Petrópolis – RS, fundando a primeira cooperativa de crédito em 1902.

O primeiro Estatuto Brasileiro de Cooperativismo foi criado em 1907. Em 1951 foi fundado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, extinto em 1990. No ano de 1959, estavam filiados às cooperativas mais de um milhão de pessoas divididas em 4.353 cooperativas; já em 1961 somavam o número de 4.882 instituições cooperativistas (SCHOLZ, 2009). Destaca-se que foi a partir desse mesmo ano que se intensificou a modernização tecnológica da produção agrícola, que ficou conhecida como a industrialização da agricultura. E o

⁹ Falanstério: Grande organização de produção, no meio da qual os trabalhadores vivem em comunidade, segundo o sistema de Fourier. <http://www.dicio.com.br/falansterio/> em 02/02/2013.

cooperativismo assumiu o papel de realizar a intermediação comercial para industrializar a produção dos seus associados.

De acordo com Gaiger (2004, 2013), o cooperativismo no Brasil começou com os imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como alternativa de superação das dificuldades econômicas enfrentadas. Primeiramente surgiram as cooperativas de consumo, as de crédito e as agropecuárias, nos estados do São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que apresentam uma tradição tanto associativa quanto cooperativa.

Os termos associativismo e cooperativismo por vezes são interpretados erroneamente, muitos entendem serem sinônimos. A diferença principal entre eles se dá na natureza do processo, ou seja, as associações são organizações que objetivam a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política, a defesa de interesses de classe, a realização de ações filantrópicas; e as cooperativas tem finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o empreendimento produtivo de seus associados junto ao mercado. A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo. Enquanto a associação é voltada à uma atividade social, a cooperativa é voltada a desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala, de forma coletiva, e retirar dela o próprio sustento (SIQUEIRA, BARBOSA e LOPES, 2011).

Após a II Guerra Mundial, as cooperativas brasileiras se desenvolveram com maior intensidade, mas é a partir da década de 1970 que tomam maior força devido aos processos de reestruturação produtiva pelos quais passavam as organizações. O governo federal em 1988 passa a fomentar o cooperativismo, fundamentado no artigo 174 da Constituição Federal, parágrafo 2º, e na Lei 5.764/71, "a lei apoiará e estimulará o Cooperativismo e outras formas de associativismo" (PICCININI et al, 2003).

Profundas transformações ocorreram na década de 1980 nos modelos fordistas de gestão e organização produtiva, como nas classes

trabalhadoras, vigentes na época. De acordo com Castell (1998), a dinâmica da modernização provocou a precarização do emprego e o desemprego, culminando em novos modos de estruturação do emprego, que ocorreram devido a reestruturações industriais, impulsionadas pelo modelo japonês de gestão (toyotismo) com suas formas participativas, com a valorização do conhecimento do trabalhador no processo de trabalho e a luta pela competitividade. Cada vez mais a acumulação do capital se dá via flexibilização, tornando-se um instrumento disseminado no mercado de trabalho. A flexibilização do trabalho para os trabalhadores passa a ser sinônimo de perda dos seus direitos trabalhistas, ou seja, a forma de contratação da força de trabalho acaba sendo precarizada, e o vínculo empregatício formal passa por alterações, muitas vezes acarretando a terceirização; esta também aumenta as demissões, provocando inúmeros problemas de ordem social e econômica (ANTUNES, 2011).

Essa precarização do trabalho colocada por Castel (1998) provavelmente se inicia pela sociedade que é dividida em classes sociais, que na maioria das vezes tem interesses antagônicos e conflitantes entre si, oriundos das relações sociais de produção, características do sistema capitalista. Onde os trabalhadores buscam salários e condições de trabalho melhores, os capitalistas buscam o lucro e o aumento de suas empresas. Desde a Revolução Industrial os processos vêm sofrendo alterações e a tecnologia vai avançando e diminuindo o número de trabalhadores necessários. Com esta diminuição da oferta de trabalho e aumento da demanda por trabalho, aumentam as desigualdades e as situações cada vez mais adversas aos trabalhadores, provocando um desemprego estrutural.

Assim, este círculo vicioso vai deixando cada vez mais precarizado o trabalho, e deixando poucas possibilidades ao trabalhador, que muitas vezes vai para o mercado informal ou, pior ainda, sujeita-se a condições de trabalho ruins, como carga excessiva de trabalho, baixos salários, não recebimento de benefícios como saúde e transporte, algumas vezes passando para a terceirização, entre outros fatores negativos. De acordo com Antunes (2011) a precarização do trabalho significa o desmonte dos direitos trabalhistas.

A década de 1990 sofreu os impactos da abertura comercial com o término da política de subsídios, pois o Governo já não tinha condições de manter os subsídios ao crédito rural e a garantia de preços mínimos ao setor agrícola (LUCENA E SOUZA, 2002). Alguns setores tiveram que readequar seus processos produtivos. Tem-se então um aprofundamento da reestruturação do modelo produtivo brasileiro: o grande capital concentrou-se ainda mais e alguns setores produtivos diminuíram consideravelmente ou, em muitos casos, desapareceram; concomitante a isso registrou-se uma forte queda da produção agrícola. Aliado a este cenário, a espiral inflacionária cresceu, e a participação dos sindicatos foi importante, pois não havia uma legislação salarial que garantisse o mínimo de proteção dos salários (SCHOLZ, 2009).

2.2.3.2 Histórico da Economia Solidária no Brasil

A reestruturação produtiva resulta também na reestruturação do trabalho, e esta mudança no trabalho culmina em altos índices de excluídos do mercado de trabalho, fazendo com que estes trabalhadores busquem novas formas de sobrevivência. Essas modificações no mundo do trabalho ocorridas tanto na década de 1980 como na de 1990 provocaram o surgimento da Economia Solidária como uma das formas de sobrevivência encontrada pelos trabalhadores excluídos deste processo produtivo em bases puramente capitalistas. Segundo Singer (2002), são nestes meios que as pessoas trabalham de maneira coletiva e organizada, assim encontrando mais espaço e oportunidades de trabalho.

Para Singer (2002), na década de 1990 no Brasil houve o aumento do desemprego no setor informal. Isso trouxe impactos sobre as mobilizações e pressões dos diversos setores e movimentos sociais. Ocorre uma expansão da Economia Solidária, naquilo que se aproxima das origens do cooperativismo operário que surgiu nas lutas de resistência no período da Revolução Industrial. Este mesmo autor afirma que o cooperativismo no Brasil veio com os

imigrantes europeus no início do século XX, que constituíram, em sua maioria, cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas agrícolas se expandiram e, em alguns casos, tornaram-se grandes complexos agroindustriais. Em décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. A maioria dessas cooperativas não era fundamentada pela lógica autogestionária, ficando difícil considerá-las como parte integrante da Economia Solidária (LIMA, 2009).

Ainda na década de 1990 percebe-se um aumento expressivo de cooperativas no meio urbano, muitas delas dentro do movimento da Economia Solidária. Este aumento aconteceu pelo crescente número de desempregados nas grandes cidades, o aparecimento das ONGs, a reconfiguração dos Movimentos Sociais e o crescimento do mercado informal.

Em 1991 foi fundada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), motivada pela falência da empresa calçadista de Franca (SP). A Associação tem mais de uma centena de cooperativas filiadas a ela. Também iniciaram as atividades da UNISOL, União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, com posterior abrangência nacional. As cooperativas ligadas à ANTEAG mantêm os princípios autogestionários e as cooperativas ligadas à Organização de Cooperativas do Brasil – OCB trabalham de forma mais empresarial, sem autogestão (LIMA, 2009).

A Economia Solidária também foi impulsionada por parte do Movimento dos Sem Terra - MST. O assentamento de milhares de famílias em terras “improdutivas” com a implementação de uma agricultura organizada em forma de cooperativas autogestionárias acabou por criar o SCA – Sistema de Cooperativas Assentadas.

Em seus estudos, Scholz (2009) percebe que muitos dos Empreendimentos Econômicos Solidários se formaram frente aos problemas da conjuntura socioeconômica brasileira. Nos anos de 1980 e 1990 as iniciativas comunitárias e associativas de geração de trabalho e renda se

multiplicaram, motivadas por diversos fatores, entre eles: aspirações de pobreza digna, valorização da comunidade, desejo de propriedade própria dos meios de produção por parte dos trabalhadores, além de apoios externos provenientes de setores progressistas da Igreja Católica e outras entidades.

Scholz (2009) ainda atenta para o fato de que se as razões fossem meramente ligadas à crise financeira e à deterioração das relações de trabalho, a opção para a Economia Solidária seria quase unânime. As opções por Empreendimentos Econômicos Solidários acontecem não somente pelas crises no mercado de trabalho, mas também pelas questões de união, de compartilhamento, de aprendizado, de conhecimento, de os trabalhadores serem donos de seus próprios negócios e o resgate da autoestima.

Segundo dados do Primeiro Mapeamento Nacional (2012), os participantes deste processo eram 1.423.631, e os associados de cooperativas eram sete milhões, que também participam, de uma forma ou outra, de um processo de Economia Solidária, diferente dos processos econômicos e comerciais da economia capitalista (SENAES, 2013).

Para melhor entendimento sobre o funcionamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, busca-se a definição de Gaiger (2004) sobre as diferenças conceituais entre heterogestão e autogestão. Segundo ele, na heterogestão encontra-se a figura do chefe, do supervisor, do gerente dentro dos modelos de gestão contemporânea, que decide, orienta e define as ações a serem tomadas pelos outros trabalhadores, ou seja, os trabalhadores estão subordinados aos interesses dos chefes e do empreendimento. Na autogestão não existe a figura do “chefe”, mas todos têm uma participação igualitária nos processos de decisão do empreendimento, ou seja, tudo é feito de maneira coletiva, buscando sempre o interesse do grupo. Muitas vezes neste ponto é que o problema surge, o trabalhador encontra dificuldades ao sair do papel de simples executor da tarefa para deliberador de ações e a posterior execução, pois sempre fez parte de gestões autoritárias - heterogestões.

Albuquerque (2003, p. 20) também apresenta-nos uma definição de autogestão:

[...] o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Ainda segundo Albuquerque (2003), o conceito de autogestão apresenta caráter multidimensional, e dentro dele encontra-se “o *caráter social*, o *caráter econômico*, o *caráter político* e o *caráter técnico*” (p.20 e 21). Enquanto caráter social, a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de planejar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem. No contexto do caráter econômico, os processos de relações sociais de produção definem-se sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital. No caráter político estão alicerçados os sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de maneira a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização. E, por fim, na autogestão que apresenta caráter técnico trabalha-se com a possibilidade de outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Segundo Jesus et al (2004), a participação operacional numa cooperativa se dá em dois níveis, o objetivo e o subjetivo. A participação objetiva é aquela em que ocorre há maior frequência dos envolvidos atuando em assembleias, ocupação de cargos na diretoria e execução nas atividades dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES. A participação subjetiva

consiste na identificação do associado com o empreendimento a que pertence, sentindo-se responsável e diretamente interessado. Sob esta ótica, percebe-se que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário, ou que dentro da Economia Solidária podem ser encontradas iniciativas populares ou coletivas.

Veronese (2004) relata que, na segunda metade da década de 1990 surgiram trabalhos de pesquisa no âmbito da academia apontando o potencial de expansão das redes de cooperação solidária, integrando organizações no campo econômico, social e político. Nesta mesma época tem-se o aparecimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que são organizações universitárias e multidisciplinares que, por meio da aproximação dos conhecimentos produzidos na academia e a realidade social-econômica, buscam fomentar Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em estágio embrionário (MANCCE, 2003, LIMA, 2009).

Em junho de 2000, segundo Veronese (2004), aconteceu o lançamento da Rede Brasileira de Sócio – Economia Solidária, na cidade de Mendes no Rio de Janeiro. Este encontro entre empreendimentos e apoiadores gerou a Carta de Mendes:

Nós fazemos parte de organizações e iniciativas de Sócio - Economia Solidária. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalham no meio rural e urbano, em cooperativas e associações autogestionárias, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais na esfera local, nacional e global. Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Sócio - Economia solidária, realizado em Porto Alegre e, em 1998, buscamos criar e gerenciar redes de produção solidária, de

comércio justo, de crédito, de consumo ético, de trocas e informática solidária. Fizemos um diagnóstico dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes regiões do Brasil aqui representadas e traçamos diretrizes de ação estratégica buscando a construção e o fortalecimento destas redes, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento sócio - econômico autocentrado e soberano. Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua e nosso sentido de irmandade e solidariedade. (www.ecosol.org, em 2012)

Destaca-se nessa Carta a importância a ser dada aos empreendimentos econômicos, no sentido de valorizá-los e acima de tudo fortalecê-los, por meio de ações efetivas, conjuntas e orientadas por políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da participação comunitária e dos diversos setores da sociedade civil. Depreende-se daqui já certo valor atribuído à dimensão grupal, comunitária e cooperativa entre as pessoas.

Este encontro ocorrido no Rio de Janeiro é considerado um marco na consolidação da Economia Solidária, também fortalecida pelas edições do Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceram em anos posteriores. O movimento cresceu em força, articulação e representatividade. O Fórum ocorrido em 2003 criou oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), formado principalmente por empreendimentos, além da participação de entidades de apoio e de gestores públicos. Neste mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília (FBES, 2011).

Consolida-se então no país um campo de ação social ligado à geração de trabalho e renda norteada pela visão de cooperação e participação conjunta das pessoas:

Como modelo de produção democrático, onde as trocas não são meramente econômicas, mas também vinculadas ao contexto local das relações sociais. A cooperação e a solidariedade estão presentes nas relações estabelecidas entre seus participantes que tem foco no trabalho e não na maximização do lucro. (METELLO, 2007, p.19)

De acordo com Gaiger (2004), alguns elementos proporcionam o nascimento e a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Segundo o autor, estes elementos podem ser: a presença de setores populares em experiência em práticas associativas; a existência de organizações e lideranças populares genuínas; chances favoráveis de as práticas associativas serem compatíveis com a economia popular dos trabalhadores; a presença de entidades e grupos de mediação; a incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos de redução das modalidades convencionais de subsistência, bem como a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais.

2.2.3.3 Características da Economia Solidária

A Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Segundo Faria e Sanchez (2011) e a Secretaria Nacional de

Economia Solidária¹⁰ (SENAES), os empreendimentos solidários apresentam as seguintes características: **Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e Solidariedade.**

Na cooperação os interesses são comuns, tudo é compartilhado por todos e a responsabilidade é solidária. Reúne vários tipos de entidade coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo, entre outros. Na autogestão, todos devem participar de todas as atividades da organização. A dimensão econômica está próxima da atividade principal do negócio e sua relação com outras entidades. Nos empreendimentos solidários a solidariedade pode ser vista sob vários aspectos: distribuição dos resultados econômicos, mudanças nas condições de vida dos participantes, relação do empreendimento com o seu entorno entre outros (FARIA e SANCHEZ, 2011). Nos Empreendimentos Econômicos Solidários configura-se a solidariedade e não a competitividade, nem entre seus membros, nem com os outros empreendimentos. O trabalho executado é cooperativo e não competitivo.

De acordo com Mance (2003), alguns programas e instrumentos de articulação sob a égide da Economia Solidária foram realizados no país, como as Redes de Economia Solidária, Cooperativas de Consumo e Grupos de Aquisição Solidária, Empreendimentos Solidários de Produção e Serviço, Feiras de Economia Solidária; além destes, as Lojas de Comércio Solidário, Redes de Comércio Solidário, Fundo Solidário de Desenvolvimento Local. Para o financiamento dos empreendimentos foram criados o Banco do Povo, Banco Comunitário, Cartões de Crédito Solidário, Cooperativas de Crédito, Clubes de Troca com Moeda Social. Para tornar mais visível e possível os empreendimentos, criou-se o Portal da Economia Solidária, as Incubadoras de Empresas e os Centros de Apoio à Economia Solidária, entre outros. Para Mance (2003, p.10 a 12),

¹⁰ www.mte.org.br

- i) As Cooperativas de Consumo e Grupos de Aquisição Solidária possibilitam o acesso a produtos de qualidade, social e ambientalmente corretos a “preços justos”
- ii) Os Empreendimentos Solidários de Produção e Serviço ou empreendimentos autogestionados, nascidos de empresas falidas que foram assumidas pelos trabalhadores como as cooperativas urbanas de vários ramos e as cooperativas de produção agropecuária, como as criadas em assentamentos rurais pelo Movimento dos Sem Terra;
- iii) O Banco do Povo possibilita acesso a microcrédito para pequenos empreendimentos e prestadores de serviços, muitas vezes utilizando o instrumento de aval solidário. Também tem o Banco Comunitário, um tipo de Banco do Povo, que se diferencia por ser administrado pela própria comunidade;
- iv) As Cooperativas de Crédito que são alternativas de emprego de finanças que possibilitam que a poupança local seja reaplicada e favoreça o investimento produtivo da mesma localidade;
- v) Os Cartões de Crédito Solidário que são emitidos pelos Bancos Comunitários, para facilitar as transações comerciais;
- vi) Os Clubes de Troca com Moeda Social é instrumento suplementar, utilizado como forma de ativar fluxos de comercialização local, onde a atividade econômica se encontra estagnada;
- vii) As Feiras de Economia Solidária são espaços de comercialização, divulgação, educação e manifestação cultural da economia solidária. Os fóruns de ES pelo Brasil já realizaram feiras por quase todos os estados;
- viii) As Lojas de Comércio Solidárias são locais permanentes de comercialização de produtos da ES;
- ix) Os Complexos Cooperativos buscam a integração de empreendimentos solidários em determinado setor, para estreita cooperação entre si; as Redes de Economia Solidária integram entidades de apoio e empreendimentos solidários de todos os tipos, fortalecendo e criando novos empreendimentos;
- x) O Fundo Solidário de Desenvolvimento ainda a ser efetivado, será usado para a manutenção de recursos, a nível nacional, de apoio às diversas atividades de ES;
- xi) As Incubadoras de Empreendimentos Solidários também incluem as incubadoras tecnológicas de cooperativas

populares (ITCP's), ligadas às universidades ou à entidades de apoio, que contribuem para o nascimento de empreendimentos e fornecem capacitação e acompanhamento especializado;

xii) Os Centros de Apoio à Economia Popular Solidária (CAEPS) são espaços de referência, informação e articulação entre grupos de ES, sociedade civil e estado; e por fim

xiii) O Portal de Economia Solidária propicia a utilização da tecnologia da informação e adaptação de softwares livre a serviço do desenvolvimento sustentável e da Economia Solidária.

Com estas características, a Economia Solidária propicia a geração de trabalho e a distribuição de renda. Os resultados advindos da Economia Solidária sejam sociais, econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem discriminação de gênero, idade e raça. Esta nova situação diverge da lógica capitalista, que busca o lucro a qualquer preço, pois considera o homem como capaz de ser sujeito da sua própria história, uma história construída por ele e compartilhada pelos seus pares.

2.2.3.4 Cenário Brasileiro da Economia Solidária

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. É um instrumento para identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e, junto com outras entidades, dá apoio e fomento à Economia Solidária, além de auxiliar políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil.

O SIES (2013) elaborou o terceiro Mapeamento da Economia Solidária (2010/2012), no qual foram mapeados mais de 11.663

Empreendimentos Econômicos Solidários; foi aplicado um questionário composto por 171 questões organizadas nas seguintes seções: identificação e abrangência; características predominantes dos (as) sócios (as); características gerais do empreendimento; tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação de trabalho dos (as) sócios (as); situação do trabalho dos (as) não sócios (as); investimentos; acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental; e apreciações subjetivas a respeito dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.

O SIES foi implantado no ano de 2004, e três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários foram realizados no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005, em que foram mapeados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários. Este levantamento foi complementado em 2007, através da segunda rodada, com o mapeamento de mais 6.905 Empreendimentos Econômicos Solidários. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012, quando foram mapeados mais 11.663 Empreendimentos Econômicos Solidários. Desde 2004 o SIES já identificou 33.518 Empreendimentos Econômicos Solidários em todo o território nacional (SENAES, 2013).

Este novo Mapeamento apontou que a maior parte dos empreendimentos, num total de 19.708, estão organizados sob a forma de associações (60,0%), seguido pelos grupos informais (30,5%), cooperativas (8,8%), sociedades mercantis (0,6%) e outras formas (2,0%). O grau de formalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários é de praticamente 70%, pois 30,5% dos mesmos declaram que atuam como grupos informais. As atividades coletivas mais frequentes são a produção (56,2%), a comercialização (13,3%), e outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%). (SENAES, 2013)

Com respeito às atividades econômicas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a predominância na Economia Solidária é da indústria de transformação com 6.876

Empreendimentos Econômicos Solidários seguida pela agricultura, pecuária, produção florestal e pesca com 5.321 Empreendimentos Econômicos Solidários. Constata-se também que as atividades econômicas com destaque são aquelas relativas à produção de alimentos, de comercialização de produtos artesanais e de coleta e triagem de material reciclável.

Dos 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários estão associadas 1.423.631 pessoas, uma média de 72 pessoas associadas por Empreendimentos Econômicos Solidários. A distribuição de sócios por sexo revela o predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6). Os Empreendimentos Econômicos Solidários apresentam uma concentração no Nordeste, com 40%. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul a distribuição é bastante próxima entre si (15,9%; 16,4% e 16,7% respectivamente); na região Centro Oeste, os 2.021 Empreendimentos Econômicos Solidários representam 10,3% do total.

A distribuição regional dos Empreendimentos Econômicos Solidários revela que a participação das diversas formas de organização é bastante diferenciada. Nas regiões Sul e Sudeste, a participação de grupos informais é superior à média nacional (44% e 48,5%, respectivamente). As cooperativas estabelecidas na região Sul estão em destaque com uma participação de 18,4%, mais do que o dobro da média nacional (8,8%), e na região nordeste destaca-se a forma associativa. Nesta região, 74,2% dos Empreendimentos Econômicos Solidários declararam que são organizados sob forma de associação.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES também verificou entre os entrevistados suas percepções em relação aos principais desafios enfrentados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. Os desafios, conforme indicado na Figura 1, estão concentrados em aspectos relativos à necessidade de obtenção de uma renda adequada aos sócios (74%); que os Empreendimentos Econômicos Solidários possam ser viabilizados economicamente, ou seja, que eles tenham sustentação a longo prazo (67%); que os sócios fiquem unidos em todas as situações a serem enfrentadas pelo coletivo (56%); que os sócios participem de todo o processo

praticando a autogestão (44%); que a proteção social possa ser garantida por meio de uma previdência social, com assistência à saúde (em casos de acidentes e aposentadoria) (39%); e que possam passar aos sócios a conscientização ambiental dos Empreendimentos Econômicos Solidários, dependendo do ramo de atuação (FIGURA 1).

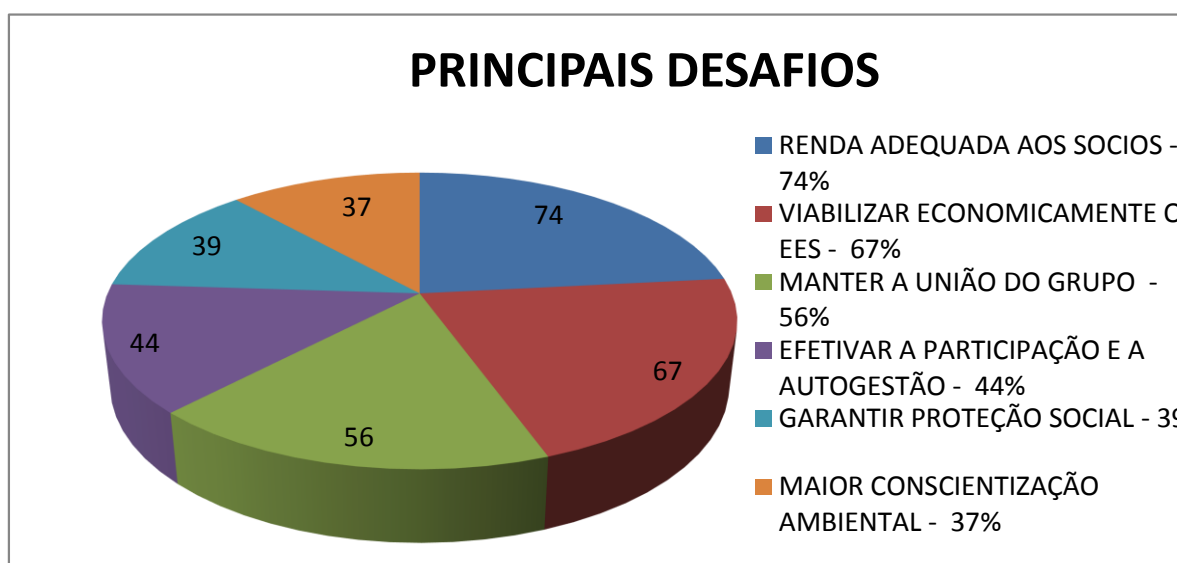


FIGURA 1. PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EES
 FONTE: SENAES (2013)

Também foram perguntados sobre as principais conquistas alcançadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (vide Figura 2). Entre as respostas aparecem, em ordem de prevalência quanto às maiores conquistas alcançadas, a integração do grupo (66%); a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios (59%); a autogestão e o exercício da democracia (49%); conquistas alcançadas pela comunidade local, em questões como moradia, escola e infraestrutura (38%); e o comprometimento dos sócios com os Empreendimentos Econômicos Solidários (37%).

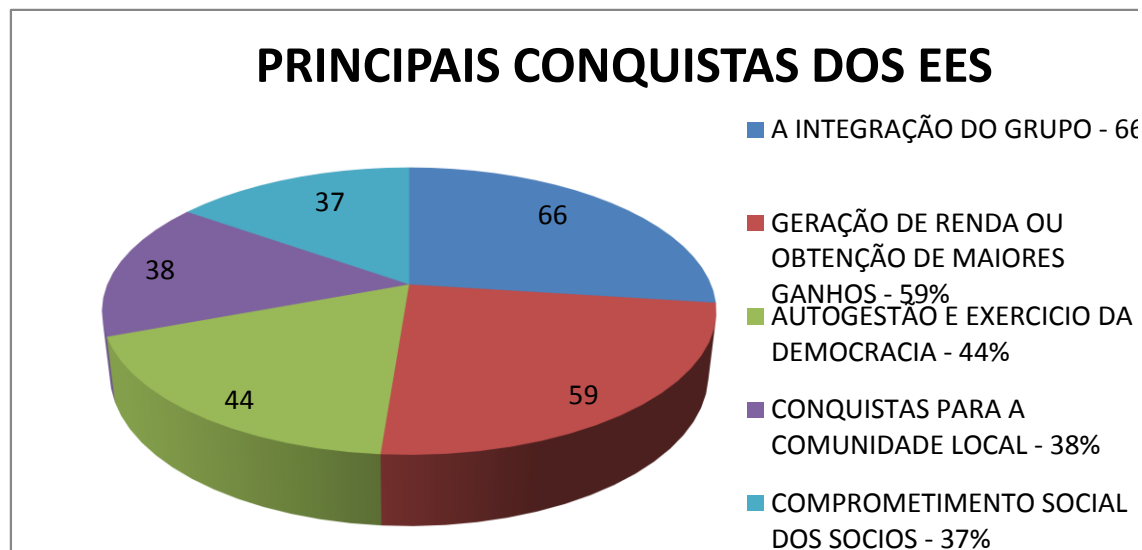


FIGURA 2: PRINCIPAIS CONQUISTAS ALCANÇADAS PELOS EES
 FONTE: SIES (2013)

2.2.3.5 A Economia Solidária e sua Área de Atuação

Algumas iniciativas proporcionam um campo para a Economia Solidária no Brasil, por meio de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), através da Caritas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando criar cooperativas agropecuárias nos assentamentos; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), impulsionando a criação de empresas autogeridas, entre outras. As mulheres têm papel fundamental na criação de padarias comunitárias, clubes de mães e projetos comunitários impulsionados por igrejas e movimentos camponeses. A Economia Solidária também ganha força pelo apoio das ONG's, das igrejas, das incubadoras universitárias, de sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo e na cidade (VERONESE, 2004; SCHNEIDER, 2010 e BERTUCCI, 2010).

Segundo Gaiger (2013, p.214) o campo da Economia Solidária constitui-se de quatro segmentos principais:

i) os *empreendimentos solidários*, com atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo.

ii) as *organizações civis* de apoio à economia solidária, contando-se inúmeras ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social, cuja atuação pioneira data dos anos de 1980;

iii) os *órgãos de representação e articulação política* dos diversos segmentos e atores, no âmbito dos movimentos sindicais, das incubadoras, dos gestores públicos, das entidades de crédito solidário, das redes de troca entre outros;

iv) os *organismos estatais por meio* de programas públicos de Economia Solidária.

A institucionalização da Economia Solidária se dá pela organização civil com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que integra o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) desde 2003, e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES). Estas entidades formalizam a identidade da Economia Solidária e contribuem para seu desenvolvimento (SCHNEIDER, 2010).

Vários eventos, encontros e programas foram realizados para o desenvolvimento e a promoção da Economia Solidária no Brasil. Em 2001 foi criado o GT Brasil – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, para articular e mediar a participação nacional e de redes internacionais da Economia Solidária, no I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, objetivando mostrar aos organizadores nacionais e internacionais a importância da Economia Solidária.

De acordo com Beatriz (2012, p.18), o GT é constituído pelas seguintes entidades:

i) Cáritas: Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – que já financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs – Projetos Alternativos Comunitários. São Projetos que buscam alternativas para geração de renda e trabalho de maneira associada para moradores de baixa renda;

ii) ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, que tem como objetivo o fomento e o apoio à transformação de empresas em crise ou falidas em cooperativas de seus trabalhadores de forma autogestionária;

iii) FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo;

iv) Fundação UNITRABALHO desenvolve um programa de estudos e pesquisas sobre Economia Solidária desde 1997. A rede reúne mais de 80 universidades e presta serviços ao movimento operário;

v) Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares participa com projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Iniciou suas atividades em 1998, e vincula de forma interativa e dinâmica as incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos;

vi) IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

Ainda de acordo Beatriz (2012, p.20), o Grupo de Trabalho Brasil tem como princípios gerais:

- i) a valorização social do trabalho humano;
- ii) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- iii) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- iv) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- v) os valores da cooperação e da solidariedade.

Na III Plenária Brasileira de Economia Solidária em 2003 criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), lugar de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento da Economia Solidária no Brasil, entidade constituída pela associação de diversas entidades de apoio e de fomento, gestores públicos e empreendimentos inseridos no mundo da Economia Solidária, e que faz parte do GT Brasil de Economia Solidária (MANCE, 2006).

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais a proposição de diretrizes para as ações voltadas à Economia Solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de Economia Solidária. O Conselho é composto por 56 entidades, divididos entre três setores: governo, Empreendimentos de Economia Solidária, e entidades não governamentais de

fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento (MTE, 2013).

A I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego - MTE, do Desenvolvimento Agrário - MDA, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Representou um importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil para a afirmação da Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, a partir do debate e proposição de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da ES (MTE, 2013).

A Conferência Nacional foi precedida por Conferências Estaduais em todas as Unidades da Federação, que elegeram delegados estaduais segundo critérios proporcionais estabelecidos na Portaria Interministerial de Convocação, que estão representados por três segmentos: empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de representação (50% dos delegados), entidades e organizações da sociedade civil (25% dos delegados), e poder público (25% dos delegados). Além dos delegados estaduais, participaram da Conferência delegados nacionais (membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros representantes indicados pela Comissão Organizadora Nacional). Ao todo, 1.073 delegados compareceram à Conferência Nacional.

Os Grupos de Trabalho debateram três eixos temáticos: (I) os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; (II) o balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas; e (III) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia Solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária teve lugar em Brasília de 16 a 18 de junho de 2010, com a temática "Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável". O evento foi realizado em conjunto pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília, e participaram diversos atores que integram a Economia Solidária no Brasil (MTE, 2013).

Os Grupos de Trabalho debateram três eixos temáticos: o primeiro, sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional; o segundo, sobre direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento; o terceiro, sobre a organização do Sistema Nacional de Economia Solidária - ES, o debate sobre os desafios enfrentados pela Economia Solidária em se afirmar e ser reconhecida como modelo de desenvolvimento sustentável, e forma de organização econômica e articuladora, cuja finalidade principal consiste na redução das desigualdades de renda e de riqueza e a forma de organização da economia solidária.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária deliberou a favor de uma Lei Nacional de Economia Solidária a ser debatida e deliberada no Congresso Nacional, possibilitando a criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária que articule as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil. Além do Sistema, a Lei deverá criar também o Fundo Nacional de Economia Solidária como instrumento de financiamento das políticas públicas de Economia Solidária, para o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

A III Conferência Nacional de Economia Solidária terá como tema: "Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável", e será realizada de 26 a 29 de novembro de 2014 em Brasília (FBES, 2013).

Os eixos temáticos a serem discutidos em 2014 baseiam-se na contextualização do plano: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas), para o desenvolvimento da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional. Também em objetivos e estratégias do plano: definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da Economia Solidária. E, por último, as linhas de ação e diretrizes operacionais do plano: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários têm encontrado respaldo em muitas entidades ligadas à Economia Solidária nos últimos anos, notadamente a partir da criação de vários órgãos e entidades de suporte, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Fórum da Economia Solidária, a Conferência Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária, o Fundo Nacional de Economia Solidária, os Grupos de Trabalho de Economia Solidária, entre outros. Estas entidades têm provocado várias discussões e reflexões no tocante às atividades econômicas de base associativa e autogestionária. As ações governamentais buscam o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda, além de alternativas de democratização da gestão produtiva e da riqueza, para fazer frente às transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas.

2.3 Histórico da Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho – COCBIX

A População Economicamente Ativa de Guarapuava é de 105.076 habitantes, porém apenas 25,64% estão formalmente empregadas, o restante, ou seja, 74,36% estão na informalidade ou desempregadas. Entre os 22 bairros

que compõem o Município de Guarapuava, encontra-se o Bairro Xarquinho, que abrange seis núcleos, com uma população de aproximadamente 16 mil habitantes, sendo um dos bairros mais populosos de Guarapuava, representando cerca de 10% da população do Município. Caracteriza-se como um bairro de periferia com uma população de baixa renda, em que a maioria é fruto do êxodo rural.

Segundo Horts (2009), no quesito situação das famílias em relação ao emprego, tem-se que 13% trabalham fora, e em 71% dos casos apenas o homem trabalha fora, em contraste com 11% em que apenas a mulher trabalha fora, e em 5% o casal encontra-se desempregado. A renda média da família é de um a dois salários mínimos e apenas 4% das famílias recebem mais de quatro salários mínimos. O grau de escolaridade é baixo, incluindo segmentos de pessoas que possuem algum grau de instrução. Encontram-se algumas pessoas com nível universitário completo e incompleto e o extremo, o segmento daqueles que não possuem instrução alguma, os analfabetos.

Além do cenário cheio de dificuldades que os moradores do Xarquinho enfrentam, mais precisamente as costureiras do bairro, também há o problema de terem uma demanda de confecção de peças de vestuário em geral acima de sua capacidade de produção. Este desequilíbrio entre demanda e oferta de peças se devia principalmente à dificuldade de articulação para se organizarem e dividirem as tarefas na produção das peças. A ausência de conhecimento dos benefícios que podiam ser colhidos por meio da estruturação do trabalho cooperado acabou por limitar a geração e o aumento de renda, enfraquecendo a disposição das Costureiras frente a um trabalho rico em possibilidades.

Outro problema importante detectado foi a falta de um espaço adequado para aumentarem a produção e a produtividade e, dessa forma, ampliar o atendimento à demanda do mercado local e regional. Com estes argumentos, a criação de uma Cooperativa poderia contribuir na resolução do problema da produção e produtividade das costureiras que já trabalhavam e estimular a inserção de outras participantes, bem como melhor a qualidade de

vida, tanto nos aspectos social e econômico, quanto promovendo a inclusão destas pessoas na sociedade como membros ativos do mercado de trabalho.

Neste cenário, a Associação de Moradores do Bairro Industrial Xarquinho – AMBIX, em Guarapuava, fundada em 1997, criou a Cooperativa de Costureiras do Xarquinho, com 23 associadas, como meio de ocupação e renda para as envolvidas e, em 2010, a Cooperativa estava formalmente constituída. O Bairro do Xarquinho enquadra-se como nível baixo de desenvolvimento, indicado por sua pouca escolaridade e nível de renda extremamente baixo, pois a maioria da população trabalha na informalidade ou em subempregos; diante deste quadro, repleto de dificuldades, algumas iniciativas tem se sobressaído como forma de inserção em determinado contexto econômico e social, como é o caso específico da formação da COCBIX, que tinha como proposta buscar a melhoria das condições de vida de seus participantes.

Em 2008 foi elaborado um Projeto denominado “Extensão Tecnológica Empresarial para a organização da Cooperativa de Costureiras da Associação de Moradores do Bairro Industrial Xarquinho – COCAMBIX”, do Programa Universidade Sem Fronteiras – Extensão Tecnológica e Empresarial¹¹. Este projeto feito em parceria com a UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste e a Associação de Moradores do Bairro Industrial Xarquinho – AMBIX, em Guarapuava, teve como objetivo geral o assessoramento para organização de um novo empreendimento, a partir da implantação da Cooperativa de Costureiras no Bairro Industrial Xarquinho para produção de vestuário. O projeto era para vigorar por dois anos

¹¹ O Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, é hoje, em investimento financeiro e capital humano a maior ação de extensão universitária em curso no Brasil. Desde outubro de 2007, equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, trabalham em centenas de projetos, presentes hoje, em mais de 200 municípios. O critério fundamental que orienta a proposição e seleção dos projetos é o seu desenvolvimento nos municípios socialmente mais críticos, identificados a partir da mensuração do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). <http://www.seti.pr.gov.br>

(dezembro/2008 a fevereiro/2010), mas foi prorrogado por mais um ano (março/2010 a fevereiro/2011).

O nome no projeto aprovado pela comissão da Universidade Sem Fronteiras era COCAMBIX, mas mudou também, em função de que a cooperativa não seria uma Cooperativa da Associação de Moradores, porque se fosse “Associação” seria de todos os moradores, e a cooperativa era tão somente das mulheres. No registro na junta comercial ficou **COCBIX** (Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho). (DALLA VECCHIA, 2011)

Os objetivos específicos do Projeto Sem Fronteiras foram:

- Desenvolver a conscientização da importância do trabalho em cooperação entre os interessados;
- Assessorar a implantação da Cooperativa, nos aspectos econômicos, jurídicos, contábeis e administrativos;
- Coordenar a qualificação dos cooperados na gestão econômica e empresarial da Cooperativa;
- Assessorar a qualificação na produção e *design* dos produtos;
- Orientar a implantação da infraestrutura física e
- Assessorar nos aspectos de publicidade e propaganda da divulgação dos produtos (DALLA VECCHIA, 2011, p.2).

Após a implantação do projeto a equipe do Projeto Sem Fronteiras realizou muitas ações para a implantação da Cooperativa, que são indicados por Dalla Vecchia (2010, p.5):

- Espaço físico, conseguido com um empresário local para o desenvolvimento das atividades produtivas das costureiras (em regime de comodato);
- Realização de uma reforma e adequação da infraestrutura do espaço para a operacionalização da Cooperativa;

- Elaboração do Estatuto Social em conformidade com as necessidades da Cooperativa e que foi confeccionado conjuntamente, ou seja, com a equipe do Projeto e as costureiras;
- Elaboração de um Código de Ética estabelecendo normas de conduta quanto as atividades realizadas e sobre as relações interpessoais das cooperadas;
- As cooperadas participaram de cursos de informática, de capacitação para a produção de peças de vestuários e gestão da Cooperativa, para ajudá-las no processo de produção e gestão, alguns em parceria com o SENAI;
- Participaram de palestras e capacitação sobre os princípios do cooperativismo e o trabalho em cooperação, onde foram elaborados materiais de apoio e apostilas; também tiveram noções de matemática e português, ministrados pela equipe do Projeto;
- Entrega das máquinas de costura e equipamentos adquiridos com os recursos do Projeto Sem Fronteiras;
- Criação da logomarca, de um site para a divulgação da Cooperativa e dos produtos e materiais de propaganda;
- Elaboração do *layout* produtivo, projeto elétrico e de incêndio.

A equipe do Projeto Sem Fronteiras também identificou a percepção das cooperadas nas atividades realizadas, que foi feito por meio de depoimentos que avaliaram a participação delas no processo de implantação da Cooperativa, bem como suas perspectivas de vida com o trabalho na Cooperativa. Elas destacaram a importância do contato com a Universidade por meio da equipe do projeto, bem como os cursos de informática e de gestão realizados na sede da Universidade. Para elas, foi a realização de um sonho, que era o de frequentar o ambiente universitário, nunca antes concretizado. Estas ações contribuíram para que adquirissem confiança em si mesmas e aumentassem a autoestima, além dos conhecimentos adquiridos em informática e gestão (DALLA VECCHIA e TEIXEIRA, 2010a).

O curso ofertado pelo SENAI com o respectivo certificado, segundo os depoimentos colhidos por Dalla Vecchia e Teixeira (2010a), foi a etapa mais

importante do projeto, pois garantiu-lhes a profissionalização, a confiança e o respeito da comunidade em relação ao trabalho delas e da futura Cooperativa.

A formalização da Cooperativa, com a entrega das máquinas em janeiro de 2010 e o início da produção, foi o momento em que elas tiveram a percepção da concretização do projeto e a realização do “*sonho de serem donas do próprio negócio*” (DALLA VECCHIA e TEIXEIRA, 2010b, p.6). A responsabilidade da gestão econômica, financeira e administrativa da Cooperativa era um desafio, mas se sentiam preparadas para enfrentá-lo.

Na avaliação que fizeram do processo de implantação da Cooperativa, todas consideraram que esse processo provocou importantes transformações em suas vidas, proporcionando um novo olhar da realidade. A principal transformação foi autoconfiança, porque passaram a acreditar que eram de fato capazes de participar do planejamento e implantação de um empreendimento, como a Cooperativa. Com relação às suas capacidades intelectuais, perceberam que têm grande potencial, e que podem superar as dificuldades, com esforço e perseverança (DALLA VECCHIA e TEIXEIRA, 2010b).

Ainda segundo Dalla Vecchia e Teixeira (2010b), as ex-cooperadas relataram que houve por parte delas a compreensão e a assimilação teórica dos princípios do cooperativismo, que foram trabalhados durante esse processo, mas as mulheres encontraram e ainda encontram muita dificuldade em colocá-los em prática, pois tiveram que rever alguns valores culturais para mudar atitudes e comportamentos.

No entanto, a transformação mais esperada era a socioeconômica, pois acreditam que essa só será possível com a geração de renda obtida com o trabalho e o sucesso da Cooperativa. A perspectiva de ter assegurado o trabalho e a renda faz com que se sintam motivadas a se empenharem para o crescimento e a prosperidade da Cooperativa e a melhorar a qualidade de vida. A Cooperativa das Costureiras começou a funcionar em janeiro de 2010, produzindo confecção feminina, masculina, infantil, cama, mesa e banho, uniformes profissionais e escolares.

Aqui, neste ponto, faz-se um resgate da fala de Freitas (1999), que nos diz que a Psicologia Social Comunitária utiliza-se do enquadre teórico da Psicologia Social, privilegiando o trabalho com grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos, e é isto que se pretende, ou seja, avaliar esta participação das cooperadas no sentido coletivo para o trabalho e quem sabe para uma nova visão de si e do mundo.

Conforme citado anteriormente, o Projeto Sem Fronteiras foi desenvolvido entre dezembro/2008 a fevereiro/2010, e prorrogado por mais um ano, de março/2010 a fevereiro/2011. Após este período, a equipe ainda visitava constantemente a Cooperativa dando suporte técnico, porém o tempo foi passando e o vínculo foi gradativamente diminuindo e, no ano de 2012, a COCBIX encerrou suas atividades.

A Cooperativa iniciou suas atividades com 23 mulheres, sendo que o número mínimo para a constituição de uma cooperativa é de 20 integrantes. No decorrer do tempo os problemas começaram a surgir, dentre eles: desunião e dificuldades em assimilarem os princípios e os valores do cooperativismo, provocando desta forma a saída gradativa de algumas mulheres, ficando no final das atividades apenas três cooperadas (DALLA VECCHIA, 2013).

Considerando tudo o que foi exposto aqui, o objetivo desta pesquisa é sobre as ex-cooperadas, ou seja, busca-se investigar a trajetória laboral e de vida de mulheres que fizeram parte da COCBIX. E os objetivos específicos são:

- caracterizar o perfil sócio - econômico das ex-cooperadas;
- verificar os motivos para entrada, permanência e saída da Cooperativa das ex-cooperadas;
- descrever as percepções das ex-cooperadas em relação ao trabalho cooperativo, à educação e à comunidade.

A problemática levantada nesta pesquisa é: quais são os significados da COCBIX e seu fechamento para as mulheres ex-cooperadas?

A escolha de tal tema se fundamenta na importância em se estudar esta nova alternativa de trabalho, o cooperativismo no âmbito da Economia Solidária. As alterações no mundo do trabalho proporcionaram a abertura de novas frentes de trabalho, ou ainda, novas alternativas de geração de renda e trabalho, e a formação de novas Cooperativas se enquadra neste quesito. Muitas cooperativas foram formadas por homens e mulheres, muitas vezes com dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, seja por falta de vagas, seja por baixa qualificação profissional e ou educacional.

III. PROPOSTA METODOLÓGICA

Este capítulo apresenta o caminho metodológico adotado neste estudo, que se apoia em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, realizada em campo. Investigou-se a opinião das mulheres cooperadas antes, durante e após sua participação na Cooperativa, seja em seu percurso integral ou parcial, buscando-se identificar dimensões que marcaram essa história pessoal e grupal. O caminho da pesquisa enfocou as atividades laborais desempenhadas pelas mulheres durante a sua participação na cooperativa, destacando-se as mudanças sociais, econômicas e educacionais, as atividades profissionais, as marcas, rupturas e conquistas vivenciadas durante a existência da cooperativa, os cargos assumidos e as relações entre elas. Com o intuito de complementar as informações sobre o processo de constituição e desenvolvimento da COCBIX, assim como complementar informes sobre o que aconteceu antes, durante e após a COCBIX, duas professoras integrantes do Projeto Sem Fronteiras também foram entrevistadas.

3.1 Participantes da Pesquisa

Para esta pesquisa foram selecionadas seis mulheres, e o critério de escolha baseou-se, primeiramente, nas mulheres que passaram mais tempo trabalhando na Cooperativa. Após isto, estas entrevistadas indicariam outras ex-cooperadas para participarem da pesquisa. As duas últimas que ficaram até o final, por exempl, indicaram duas ex-cooperadas e estas duas indicadas, indicaram mais duas para participarem da pesquisa. Das quatro últimas, três foram entrevistadas, uma que ficou dois anos, outra por aproximadamente um ano e meio e a outra que ficou quatro meses. As entrevistas foram realizadas em julho de 2013, na casa de cada uma delas, após contato telefônico prévio marcando o encontro.

Para a realização das entrevistas, foi utilizada a entrevista semiestruturada. O roteiro da entrevista (Apêndice I) contempla questões a respeito de itens socioeconômicos e sobre as percepções sentidas e vividas pelas ex-cooperadas antes, durante e após a existência da COCBIX.

Foram também entrevistadas duas professoras que participaram da equipe¹² do Projeto Sem Fronteiras, em fevereiro de 2013.

3.2 Instrumento de Coleta de Informações

Foram realizadas entrevistas semi estruturadas, envolvendo 28 questões abertas, com as ex-cooperadas da COCBIX, em julho de 2013, com seis das 23 mulheres que começaram a Cooperativa. O local de realização foi na casa de cada uma delas. O roteiro de entrevista contemplou questões socioeconômicas e sobre as percepções sentidas e vividas pelas ex-cooperadas antes, durante e após a COCBIX. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice III). De acordo com este Termo, as ex-cooperadas concordaram em participar desta coleta dos dados, com a posterior publicação e divulgação, desde que garantidos o sigilo, o anonimato e a confidencialidade de suas informações. As entrevistas com as ex-cooperadas foram marcadas previamente, algumas por telefone, e outras foram realizadas pessoalmente na casa delas, no mesmo bairro em que a Cooperativa estava sediada. As seis entrevistadas foram muito acolhedoras e se mostraram dispostas a falar sem preocupação alguma com o tempo (a duração em média das entrevistas foi de 70 minutos, uma delas falou por quase duas horas) ou com o conteúdo das perguntas, bem como das suas próprias falas. Antes de iniciar as entrevistas (todas foram gravadas, com a permissão delas), foi

¹² A equipe do Projeto Sem Fronteiras era formada por cinco professores, sendo uma coordenadora e mais quatro professores orientadores; duas recém formadas e dois alunos de graduação (DALLA VECCHIA, 2013).

apresentada uma relação de nome de flores em que elas poderiam escolher uma, e que esta flor representaria o seu nome na pesquisa.

Em fevereiro de 2013 foram colhidas informações com duas participantes do Projeto Sem Fronteiras, por meio de um roteiro semiestruturado, com cinco questões, ambas professoras da UNICENTRO. O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice II, contemplando questões sobre suas opiniões e visão a respeito da Cooperativa. As Professoras foram convidadas a participarem da pesquisa, ao que concordaram prontamente e a entrevista aconteceu na UNICENTRO. As duas entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice III). Com o intuito de manter a confidencialidade das informações e do anonimato, e seguindo o padrão de dar nome de flores às entrevistadas, as duas entrevistadas serão a partir de agora denominadas de Margarida e Angélica.

3.3 Procedimentos Adotados

O projeto de pesquisa deste trabalho foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP, sendo aprovado em 18 de junho de 2013. Posteriormente a isto iniciaram-se os contatos com as ex-cooperadas, e as entrevistas efetivamente ocorreram em julho.

As participantes da pesquisa receberam informações sobre os propósitos e procedimentos da pesquisa e, a partir da sua anuência em participar, foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando com uma cópia do documento. Elas também foram informadas que tinham direito de recusar a participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma consequência. Também foi solicitada a autorização para que a entrevista fosse gravada em áudio.

O roteiro da entrevista envolveu os seguintes tópicos:

- a) Perspectivas antes do ingresso na Cooperativa;

- b) Perspectivas durante a participação na Cooperativa; e
- c) Perspectivas após o término da Cooperativa.

Após a realização das entrevistas com as ex-cooperadas, as informações foram organizadas de acordo com os seguintes eixos temáticos: perfil das entrevistadas, trajetória de vida, vida familiar e pessoal, interações com as outras mulheres cooperadas, participação dentro da cooperativa e trajetória de vida pós COCBIX.

Tomando por base os eixos temáticos, o conteúdo das entrevistas foi reunido e organizado em treze categorias à posteriori, que foram nomeadas da seguinte maneira: Ingresso na Cooperativa; Motivos para entrarem na Cooperativa; Importância de estar na Cooperativa; Atividades desenvolvidas na Cooperativa; Significado do Trabalho; Facilidades Encontradas na Cooperativa; Dificuldades encontradas na Cooperativa; Motivos para a saída da Cooperativa; Motivos para o término e continuação da Cooperativa; Alternativas e Possibilidades na Cooperativa; Trabalho em Grupo; Relações com a Educação; e Relações com a Comunidade. Na seção de Resultados é feita a apresentação e descrição de cada uma dessas categorias, envolvendo todas as participantes das entrevistas. Na seção seguinte apresentam-se estes resultados sistematizados e organizados através da utilização da análise de conteúdo.

IV. O QUE DIZEM AS MULHERES EX- COOPERADAS

4. 1 Entrevistas com as Ex – Cooperadas

4.1.1 Histórico das ex - cooperadas da COCBIX

Das 23 mulheres que iniciaram na Cooperativa, foram até o final apenas três mulheres, ou seja, até o seu encerramento, em março de 2012. Durante todo o percurso da COCBIX desde a ideia inicial, os cursos, a sua legalidade e funcionamento efetivo, muitas mulheres foram saindo e em menor proporção outras entraram; iniciou-se com 23, depois foram quinze, dez, sete, quatro e, por fim, apenas três mulheres. Assim, a Cooperativa funcionou por três anos.

A Cooperativa inicia suas atividades com o apoio do Projeto Sem Fronteiras, desde dezembro de 2008 até fevereiro de 2010. O projeto teve início após a demanda feita pela Associação de Moradores do Bairro Industrial do Xarquinho, com a intenção de promover emprego e renda às costureiras do bairro. No ano de 2009 foram realizados cursos de capacitação para as cooperadas e a constituição legal da Cooperativa¹³. Em 2010, a Cooperativa recebeu as máquinas em regime de comodato e iniciou-se a produção. O Projeto foi prorrogado de março de 2010 a fevereiro de 2011. Durante o período de fevereiro de 2011 a março de 2012 as cooperadas trabalharam efetivamente sozinhas, o Projeto já havia se encerrado, mas de maneira

¹³ Roteiro para a constituição de uma Cooperativa: Reunir um grupo de pessoas interessadas; Definição dos objetivos do grupo; Elaboração de um estudo de viabilidade técnico, econômico e financeiro; Elaboração do Estatuto Social; Realização da Assembleia de Constituição e eleição da diretoria; Subscrição e integralização das cotas; Encaminhamento dos documentos para registro na Junta Comercial; Solicitar registro do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas na Delegacia da Receita Federal; Solicitar registro na Receita Estadual e no INSS e Alvará de licença e funcionamento na Prefeitura Municipal e em todos os demais órgãos necessários. (OCB, 2013)

informal a equipe continuava dando suporte, até aos poucos diminuírem as visitas e o apoio até não terem mais contato nenhum com as cooperadas.

Metade das 23 mulheres que iniciaram na Cooperativa não sabia nada sobre costura, então fizeram um curso ofertado pelo SENAI de seis meses para aprender a costurar. Depois do curso, elas foram para o local destinado a COOCBIX, que foi cedido por um empresário local, em regime de comodato por dois anos, sem custo de aluguel, água e luz. Como eram muitas mulheres, não haviam máquinas¹⁴ suficientes para todas. Por isso, neste período de adaptação, algumas desistiram por falta de máquinas individuais e também porque não tinham ainda muita habilidade com a costura.

4.1.2 Perfil das entrevistadas

A primeira entrevistada foi a **ACÁCIA**, de 58 anos, com ensino médio completo, casada, com dois filhos e renda familiar de R\$ 2.200,00¹⁵. Mora no bairro há mais de vinte anos e ficou na Cooperativa por dois anos.

Sua vida profissional antes de entrar na Cooperativa era com costura e fazia principalmente uniforme escolar. Hoje continua costurando e frequenta a academia três vezes por semana. Participa de atividades promovidas tanto pela Igreja Católica quanto da Associação de Moradores do Bairro – AMBIX. Também participa nas atividades com a Terceira Idade no bairro e com o programa desenvolvido pela UNICENTRO, denominado UNATI

¹⁴ Equipamentos adquiridos com os recursos da Fundação Araucária por meio do Projeto Sem Fronteiras: 02 máquinas de costura tipo overlok 220/ marca Janome /8002D; 01 máquina de cortar tecido marca Sun Special/ RC100; 01 máquina de costura e bordado marca Janome/ MC 2006; 01 máquina de costura tipo galoneira marca Bracob/BC2600; 01 máquinas de costura reta industrial, marca Protex modelo TY 8500 com mesa motor e acessórios; 08 máquinas de costura reta industrial, marca Joyee modelo JY-A320 com mesa motor e acessórios; 01 máquina de costura interloque industrial, marca Protex modelo TY 757 com mesa motor e acessórios; 01 ferro a vapor industrial, marca Giffer, completo. (DALLA VECCHIA, 2013)

¹⁵ Equivale a 980 dólares.

– Universidade Aberta à Terceira Idade¹⁶.

A segunda entrevistada foi a **VIOLETA**, 57 anos, casada, com dois filhos, tem o ensino fundamental incompleto, com renda familiar de R\$ 1.300,00¹⁷. Mora no bairro há 30 anos e trabalhou na Cooperativa por quatro meses. Anteriormente à Cooperativa, trabalhava com vendas, vendia roupas, joias, perfumes e trabalhou como doméstica também. Sabia costurar, fez curso de costura ofertado pela Prefeitura muito antes de entrar para a Cooperativa. Hoje continua no mesmo ramo, vendendo e costurando.

A terceira ex-cooperada entrevistada foi a **CAMÉLIA**, 38 anos, casada, tem uma filha adolescente, ensino fundamental completo e sua renda familiar é de R\$ 1.300,00. Mora no bairro há 5 anos e atuou na Cooperativa desde o início até o seu fechamento.

Antes de entrar na Cooperativa já trabalhava com costura, fazia uniforme. Continua na costura, fazendo uniforme escolar, trabalha para algumas empresas. Às vezes terceiriza o trabalho, passando alguns serviços para algumas costureiras do bairro.

A quarta entrevista foi com a **ORQUÍDEA**, 60 anos, fez até a quinta série do ensino fundamental, tem uma renda familiar de R\$ 1.300,00. Reside no bairro há 28 anos e ficou na Cooperativa por um ano e meio. Trabalhava em casa, fazendo crochê para vender. Veio de Cascavel para Guarapuava e aprendeu costura com a mãe, já falecida, antes de entrar na Cooperativa. Hoje só cuida de casa, por ter uma saúde delicada. Fez cirurgia de tireoide em junho. Casou com um viúvo que era pai de 4 crianças, o mais velho de 12 anos e o menor de 3. Estão há trinta anos juntos e tem netos e bisnetos.

A quinta entrevista foi feita com a **PETÚNIA**, 54 anos, tem o ensino

¹⁶ A Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) criada em 2000 como programa de extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Constitui um espaço de interação das pessoas da terceira idade no âmbito universitário, integrando profissionais, professores, pesquisadores e acadêmicos de todos os cursos da instituição. Além disso, proporciona um espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a inserção efetiva dos idosos na comunidade universitária e em geral. (UNICENTRO, 2013)

¹⁷ Equivalente a 579 dólares.

médio completo, com renda familiar de R\$ 650,00¹⁸. Mora no bairro há 29 anos e participou da Cooperativa desde a sua concepção, saindo quinze dias antes do fechamento de suas portas. É casada, tem oito filhos, sendo seis mulheres todas casadas e dois filhos que são solteiros, um mora em Curitiba e o outro mora com ela e o marido. Antes de ingressar na Cooperativa trabalhava no campo, com colheita. Sabia costurar apenas o básico, mas não dava muita importância para tal atividade. Hoje trabalha ajudando o marido, que é pedreiro. Faz todo tipo de serviço em obra como massa, concreto, ajuda a fazer chapisco, assenta tijolo e ajuda a cobrir casas.

Fez parte da Associação de Bairro, era do Conselho Fiscal. Também faz um curso de operadora de máquina, oferecido pelo SENAI, no qual aprende sobre questões básicas de computação.

A sexta e última entrevistada foi a **JASMIN**, 37 anos, tem o ensino médio completo, é casada e tem três filhos e um neto. A renda familiar é de R\$ 1.200,00¹⁹; mora no bairro há 15 anos, e participou da Cooperativa desde o seu início, saindo um pouco antes de a mesma fechar. Anteriormente à Cooperativa era vendedora autônoma. Sabia costurar, trabalhava só em casa, embora “para fora”, além de trabalhar com vendas, vendendo roupas vindas de fora da cidade. Agora trabalha em uma malharia na cidade há mais de um ano e meio, fazendo costura.

Os resultados das entrevistadas proporcionaram a formação de categorias que facilitam a análise. Foram estabelecidas treze categorias que têm como proposta buscar o entendimento sobre a problemática levantada nesta pesquisa: “quais foram os fatores que determinaram o fechamento da COCBIX?”, bem como atingir o objetivo proposto que é fazer um estudo sobre as ex-cooperadas, ou seja, busca-se investigar a trajetória ocupacional de mulheres que fizeram parte da COCBIX.

¹⁸ Equivalente a 289 dólares.

¹⁹ Equivale a 535 dólares.

4.1.3 Ingresso na Cooperativa

As entrevistadas acharam interessante a proposta feita pela Associação de Moradores do Bairro – AMBIX em conjunto com a equipe do Projeto Sem Fronteiras para fundarem uma Cooperativa de costura, apesar de nada saberem de cooperativismo e de algumas não saberem costurar. O que motivou esta parceria foi a possibilidade de gerar renda e trabalho para as mulheres do bairro, visto que algumas já trabalhavam com costura. A Acácia, a Petúnia e a Violeta sempre estão envolvidas nas atividades do bairro, e quando a Associação de Moradores as convidou para uma reunião elas aceitaram participar e aderiram ao Projeto; mas na hora de formalizar a Cooperativa, poucas aderiram à proposta: somente vinte e três mulheres, que não sabiam costurar em máquinas industriais.

Das entrevistadas, apenas uma delas, Petúnia, não sabia costurar, apesar de ter uma máquina de costura em casa, utilizando-a apenas para pequenos reparos em roupas dos familiares. A outra entrevistada, Camélia²⁰, auxiliou diretamente no processo de formação da Cooperativa, e ficou até o seu fechamento.

[...] daí quando foi a primeira reunião que a Margarida veio fazer, o Narciso que era o presidente de bairro me convidou a participar da reunião como ouvinte, daí me interessei. (Petúnia)

Quando eu vim morar no Xarquinho tinha bastante costureira, era aquela briga por duas escolas prá fazer o uniforme, então tinha muita costureira, aí que nos fomos nos juntando e foi ideia do presidente da Associação,, o Narciso na época, me procurou e porque não se junta porque tem um projeto assim na UNICENTRO daí nos fomos e corremos atrás, até fui eu e ele prá UNICENTRO procurando a Professora Margarida e demos

²⁰ As falas transcritas são exatamente iguais à transcrição independentemente do atendimento às normas semânticas e sintáticas.

início na Cooperativa aí né. Eles fizeram aquelas reunião, aqueles encontros – teve toda aquela formação. (Camélia)

Daí nós fomo, eu fui convidada né, prá fazer o curso, daí entremo trabalha. (Orquídea)

Fomo chamada na Associação de Moradores prá uma reunião, sobre um Projeto. (Jasmin)

Esta concordância das mulheres em participarem da COCBIX está ligada ao interesse de participarem em algum tipo de projeto social ou comunitário, seja da Igreja, seja da Associação de Moradores ou de algum órgão público, principalmente aqueles promovidos pela Prefeitura de Guarapuava. Participam ativamente de atividades desenvolvidas na e para a comunidade, como é o caso da Petúnia, que já fez parte do Conselho Fiscal da AMBIX.

4.1.4 Motivos para entrar na Cooperativa

As entrevistadas foram convidadas pela Associação de Moradores do Bairro a participarem da formação da Cooperativa. Elas não tinham ideia de como era uma cooperativa e muito menos como funcionava, como pode ser percebido pela fala da Acácia: *“a gente sabia o que era uma empresa, mas não uma Cooperativa.”*

Não, nem fazia ideia. Daí nós fomo, eu fui convidada né, prá fazer o curso, daí entremo trabalha. Mais eu não tinha ideia, só ouvia falar, mas não tinha ideia nenhuma. (Orquídea)

Não, não sabia. Comecei desde o começo. (Violeta)

Não, não tinha. Assim a gente na verdade não tinha noção do que era uma Cooperativa com que funcionava lá dentro, não sabia. (Jasmin)

No primeiro momento, acharam interessante a proposta por ser uma possibilidade de terem um emprego, uma renda, uma ocupação, trabalharem unidas. Nada sabiam de cooperativismo, e por este motivo a equipe do Projeto Sem Fronteiras ministrou um curso sobre.

Não, aí eu não sabia foi tudo pelo Projeto, foi treinada, a gente tinha uma ideia que assim né, a gente trabalha unida era melhor, se juntar a força e a concorrência. (Camélia)

Não, eu achava assim que ser cooperada era sei mais uma comunidade né, tipo uma comunidade né, que as pessoas iam se ajudando um ao outro, não sabia assim direito o que era isso o que existia lá dentro. (Petúnia)

Depois que fizeram o curso as entrevistadas aprenderam que o sistema cooperativista representa outra forma de trabalho, uma alternativa diferente do sistema capitalista, pois apresenta certas características que o diferenciam, por exemplo, tudo é feito democraticamente, baseado em valores éticos, a autogestão é praticada, há igualdade de direitos e deveres, cada associado é um voto. Esta igualdade de direitos e deveres é percebida pela Petúnia: *“porque eu acho que uma Cooperativa todo mundo tem que trabalhá igual, de igual prá igual, não tem escolha né [...]”* e corroborada pela Camélia: *“sim, essa parte eu conhecia bem, assim todo mundo era de igual prá igual”*.

O cooperativismo procura atender aos interesses e necessidades de um determinado grupo e não apenas a busca de lucro. Como é um sistema de formação coletiva, o cooperativismo se apresenta como uma alternativa socioeconômica equilibrada, pois promove a justiça entre os associados. Mesmo que o Cooperativismo já estivesse estabelecido na sociedade há muitos tempo (desde o séc. XIX), muitos não conhecem o seu sistema de funcionamento, como se percebe na fala da Orquídea: *“quando eu entrei e daí que eles deram este curso prá nós, nós sabia que tudo ali, nada era de ninguém, era de todo mundo, só que não funcionava assim”*. Elas tiveram um curso específico sobre cooperativismo.

Dentro do cooperativismo existem dois termos que parecem sinônimos, mas não são, embora se complementem; estes termos fortalecem o motivo de as pessoas se associarem nas Cooperativas, quais sejam: cooperar e cooperação. O primeiro consiste na união de pessoas para o enfrentamento de situações adversas, no intuito de transformar estas situações em oportunidades e bem-estar social e econômico aos cooperados; e o segundo é um método de ação no qual sujeitos com interesses comuns se juntam e formam uma Cooperativa (FRANTZ, 2012).

4.1.5 Importância de estar na Cooperativa

A importância atribuída pelas ex-cooperadas em estarem envolvidas com a Cooperativa está na possibilidade de trabalharem em grupo. Quanto menor for o grupo, mais fácil se torna o relacionamento entre os participantes (FRANCO e SANTOS, 2010). Para que um grupo se consolide, é fundamental que as pessoas se conheçam e que compartilhem objetivos comuns e aceitem as normas construídas pelo próprio grupo, aqui no caso na COCBIX.

Eu sempre... eu gosto de trabalha em grupo sabe, onde está uma reuniãozinha eu tô metida no meio, que nem com a Acácia nós tamô sempre juntas [...] (Violeta)

Disseram se sentir bem trabalhando juntas, de poderem compartilhar ideias e conhecimento. Sentiam-se motivadas em levantarem todos os dias e irem até a COCBIX, e ter uma ocupação. *‘Eu gostava ih! nossa gostava, eu gostava, não via a hora de levantá de manhã, se mandá trabalha, nossa gostava!’*(Orquídea)

Também destacam o aprendizado que foi acontecendo aos poucos, através dos cursos que foram oferecidos a elas para melhorarem ou terem os conhecimentos adequados para que pudessem exercer a função, bem como passar seus conhecimentos para as outras cooperadas que ainda não dominavam a costura. De acordo com a Orquídea, o mais importante era o aprendizado e poder dividir o conhecimento entre aquelas que realmente queriam aprender.

Além do curso de costura, tiveram cursos sobre Cooperativismo, informática, aulas e palestras sobre diversos assuntos sempre ligados às funções e conhecimentos necessários para poderem saber sobre o sistema cooperativista e sobre a costura.

Para Violeta e Camélia, o aprendizado foi muito importante: fizeram os cursos ofertados pelo SEBRAE, SENAI e os cursos ministrados pelos Professores do Projeto Sem Fronteiras.

Bem, mais a gente aprendeu com a Papoula, né foi muito bom o curso. Eu aprendi mais um pouco foi as calça industrial. (Acácia)

Além de tudo eu aprendi ainda a costura né, tive conhecimento de muitas coisa é, mexia nas máquinas, eu consegui é

desmontar, ponha fio, coloca agulha, desmonta prá, desmontava as veiz quase toda máquina. (Petúnia)

Aprendi a trabalha melhor com a máquina industrial, que a minha é daquelas pequenininha, né? (Jasmin)

4.1.6 Atividades desenvolvidas na Cooperativa

As Cooperativas apresentam uma estrutura organizacional de acordo com seus interesses e necessidades. No caso da COCIBX, a estrutura organizacional estava dividida em: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração tinha seis membros, divididos em: presidente, vice-presidente, tesoureira, secretária e demais membros. O Conselho Fiscal era composto por três membros sem designação de cargos.

Durante as entrevistas não se pode precisar quais eram as cooperadas que exerciam tais cargos, somente ficou claro quem era a presidente, a vice-presidente e que uma das entrevistadas assumiu por um determinado período de tempo o cargo de secretária. Uma das entrevistadas era a presidente da Cooperativa durante todo o período de sua existência. A vice-presidente foi convidada a participar da pesquisa. Num primeiro momento, a entrevista teve que ser adiada; em um segundo momento, ela foi procurada várias vezes, mas não deu retorno ou às vezes marcava uma data, e não comparecia, sem avisar. Dessa forma, não foi possível fazer a entrevista com esta ex-cooperada.

As ex-cooperadas entrevistadas trabalhavam basicamente na costura, e duas delas, além da costura, também cortavam tecido com ajuda dos moldes prontos para cada tipo de roupa ou uniforme confeccionado.

Costurava, era eu que cortava, desenvolvia as peças, que fazia a modelagem e elas costuravam. Uniforme industrial a maior parte que nós costurava. Criava alguma coisa assim modinha, alguma coisa a gente acabava fazendo, que eu já sabia, já tinha uma prática acaba pegando prá não fica totalmente parada, uniforme nós vendia bastante, pronto já. (Camélia)

Eu costurava, nós fazia uniforme escolar, fazia uniforme industrial. (Orquídea)

Uma das entrevistadas relatou que depois que aprendeu bem sobre costura, copiava vários moldes. De posse destes moldes, fazia alguns produtos que vendia ali mesmo no bairro. Esta ex-cooperada, quando iniciou a Cooperativa, pouco sabia de costura.

[...] e muitas coisas que as pessoas traziam de fora também né, que tipo bolsa, essas coisas assim, eu consegui acata prá mim assim sabe, tipo não queria tava por ali os moldes, aquelas coisas assim, eu pegava molde quando não tinha muita coisa prá fazê, eu vô lá e pega um molde prá faze, e tal coisa. (Petúnia)

A COCBIX funcionava em horário comercial de segunda a sexta-feira, pela manhã das 8h às 11h30min e no período da tarde das 13 horas até as 17h30min. Este era o horário que todas as entrevistadas disseram fazer, às vezes com uma diferença de 15 minutos nos horários de entrada ou de saída. O trabalho executado pela maioria das entrevistadas era com a costura, sendo diferenciada esta atividade em virtude das máquinas que as mesmas utilizavam. O Projeto Sem Fronteiras, em regime de comodato, forneceu as máquinas para a COCBIX, que, segundo as entrevistadas, eram máquinas de alta tecnologia, sendo necessário que aprendessem a operá-las, no mesmo curso em que aprenderam a costurar.

Costurava, as vezes de cedo até a noite, só na costura. Às vezes a gente ainda cortava, mas mais era a Rosinha que cortava. (Acácia)

Eu costurava. Aí eu fazia das 8 às vezes 8 e meia até as 11 e meia e daí da uma até cinco e meia, que daí eu vinha pra ir prá escola né, todos os dias de segunda a sexta. (Jasmin)

Como a maioria das mulheres sabia um pouco de costura, e com o tempo foram melhorando suas habilidades, mesmo assim continuaram apenas costurando, e somente duas delas trabalhavam com corte de tecidos. Neste período de funcionamento da Cooperativa elas aprenderam muitas coisas, como mexer com a máquina de costura (limpeza e manutenção), utilização de máquinas diferentes (reta, galoneira, overloque, bordadeira, interloque), confecção de uniformes industriais, utilização de moldes, confecção de camisetas, fazer cós, entre outras atividades.

Uma se dá mais com a overloque, outra se dá mais com a interloque, outra cá bordadeira. (Orquídea)

4.1.7 Significado do Trabalho

Considera-se o trabalho como um conjunto de atividades realizadas pelo esforço feito por indivíduos com uma determinada finalidade. O trabalho também proporciona ao sujeito concretizar seus sonhos, atingir suas metas e objetivos de vida, além de ser uma forma de expressão. Por meio do trabalho os indivíduos demonstram ações, iniciativas, desenvolvem habilidades e competências ou podem aperfeiçoá-las. Também com o trabalho aprende-se a

conviver com outras pessoas, com as diferenças, a compartilhar e, no caso da Cooperativa, aprende-se a trabalhar no coletivo e para o coletivo. (HOCAYEN-DA-SILVA E CASTRO, 2011)

Quando a pessoa realiza um trabalho bem feito e principalmente faz o que gosta, também contribui para a sua autoestima, satisfação pessoal e realização profissional. *“O trabalho nosso lá era muito bom né, era de primeira, nunca né, pelo menos as minhas costuras nunca volto prá traiz né, mais era, era dessa maneira que era conduzido lá dentro.”* (Petúnia)

Eu já cuidava da parte assim do cliente, de buscar mais empresas, sabe de estar negociando prazo, cortando, trabalhando, costurando, tudo prá ajudar. (Camélia)

De acordo com a fala das entrevistadas, percebe-se que, para elas, o trabalho significa poderem estar reunidas, de poderem compartilhar, de aprenderem, de ensinarem, de terem um bom motivo para levantar todos os dias e de serem reconhecidas como as mulheres da Cooperativa.

Nossa é deis vezes melhor do que você trabalhar sozinha, prá você entrar no mercado, prá você mostrar o teu trabalho. (Violeta)

Eu gostava assim sabe... porque era animado né... eu gostava. (Acácia)

Eu me senti gratificada de tá sendo uma microempresária, uma nossa eu, até me senti lá no alto quando vestia a camiseta e saía, fiz a camiseta tudo da Cooperativa, né. Eu me sentia assim sabe, que tava caminhando nas nuvens, que eu era uma empresária de bairro. (Petúnia)

Mais eu gosto de trabalha, com pessoa a gente aprende a trabalha, ensina como aprende, né? (Jasmin)

O dia a dia era gostoso, nós nós dividia o lanche, uma levava uma coisa, amanhã uma traiz tal coisa e outra outra coisa de tarde, fazia um chá, levava as coisas repartia. (Orquídea)

O trabalho, além de resgatar a dignidade das pessoas, propicia, segundo as entrevistadas, o conhecimento, a união e a autoestima, a valorização da pessoa.

4.1.8 Facilidades encontradas na Cooperativa

As facilidades atribuídas à Cooperativa ou ao sistema cooperativista percebidas pelas ex-cooperadas estavam ligadas principalmente ao fato de serem um coletivo, e isso facilitava muito as negociações, abrindo algumas portas. Negociar como personalidade jurídica é mais rentável e mais fácil do que negociar como pessoa física. A Violeta e a Acácia salientaram a questão de terem o apoio da equipe do Projeto Sem Fronteiras, pois sem este apoio tudo seria muito difícil.

“Nossa é deis vezes melhor do que você trabalhá sozinha, prá você entrá no mercado, prá você mostrá o teu trabalho em grupo é. A diferença é grande sabe, é bem mais fácil.”
(Camélia)

Trabalhá unido é melhor, né. Bastante gente negocia melhor.
(Orquídea)

Dentro do Projeto Sem Fronteiras estavam previstas viagens técnicas para as cooperadas tomarem conhecimento do cooperativismo, bem como fazer e estabelecer contatos com empresas para futuras parcerias. “[...] *nos trouxemo contato de lá, do dumas lojas lá que queriam o nosso trabalho.*” (Petúnia) Ela também comenta que quando falavam que eram de uma Cooperativa, o tratamento era outro e que isto facilitava a negociação.

De posse destes conhecimentos e com o dia a dia na Cooperativa, as entrevistadas começam a ver o empreendimento sob outro aspecto, principalmente porque no cooperativismo tudo é feito no coletivo e para o coletivo e este coletivo no mundo empresarial tem um diferencial, como pode ser observado na fala da Camélia,

Acho que ganhei dois ou três clientes que fizeram uniformes comigo e deixaram de fazer com a Lírio Jeans que era anos de mercado na cidade, porque era Cooperativa prá fazer com as meninas da Cooperativa. (Camélia)

O Cooperativismo tem sido visto nos últimos anos como um gerador de renda e emprego e isto facilita algumas situações, como no caso de empresas que assumem comprometimento social, que neste caso, ao realizarem alguma negociação, dão preferência às Cooperativas, pois o valor recebido por elas é dividido e não concentrado como na empresa capitalista, quando existe a figura do dono, do que a determinadas empresas.

Na hora de fechar algum negócio, a personalidade jurídica atribuída à Cooperativa facilita as negociações, o que não acontece com o empreendedor individual. Hoje o mercado está mais aberto às empresas coletivas, ao trabalho coletivo. “*Ah! uma Cooperativa tem muitas vantagens, ela abre muitas portas que assim prá você sozinha você não consegue.*” (Camélia)

A presença da equipe do Projeto Sem Fronteiras foi considerada pelas entrevistadas um grande incentivo a todas, bem como para o

desenvolvimento da Cooperativa. *“Foi importante, é porque elas incentivaram bastante né, se sempre que precisava elas tavam ali pra conversá e tudo e explicá, tira dúvidas, foi importante.” (Violeta)*

Como as cooperadas tiveram o primeiro contato com o cooperativismo por meio do Projeto, esta parceria era muito importante para o aprendizado e para o desenvolvimento da COCBIX e também das cooperadas.

Era um projeto bem aberto, era orientado bastante, eu pelo menos aprendi bastante com o Sem Fronteiras e que agora eu vejo a diferença assim de eu trabalhar lá antes, eu já era costureira sozinha. Depois da Cooperativa agora eu sozinha assim minha visão é outra, mudou assim ver assim a forma de administrar. (Camélia)

As falas da Camélia neste item se destacam mais do que as outras, porque a visão dela neste sentido mais empresarial estava a seu cargo, e por este motivo ficou mais em evidência do que as outras.

4.1.9 Dificuldades enfrentadas na Cooperativa

Quando as pessoas entram para uma cooperativa acreditam que vão receber igual a um trabalhador normal, com direitos e obrigações trabalhistas e se surpreendem quando isto não acontece (LIMA, 2009).

Às vezes era motivo até prá elas saírem dali, sabe a reclamação era sempre dinheiro, dinheiro, porque elas achavam que entravam na Cooperativa elas já iam ser registradas, e ter salário mensal, não era assim. (Camélia)

As cooperadas acreditavam que com a confecção das roupas iriam conseguir um capital, e que este capital poderia ser usado para todas as despesas relativas ao desenvolvimento da COCBIX, para novos investimentos e, se houvessem sobras dos recursos, elas poderiam distribuir entre as cooperadas; mas, como todo empreendimento econômico, existe um tempo de amadurecimento do negócio, ou seja, um tempo para desenvolvimento do negócio e somente após este tempo que as sobras ou os lucros aparecerão e poderão ser distribuídos.

A gente recebia os pingadinhos que dava na Cooperativa né, porque sempre ia tudo em despesa na Cooperativa. Quando chegava o dia da gente recebe a gente não tinha nada pra recebe. Ali elas passavam a gente por fundo da agulha. (Acácia)

No caso da COCBIX e de tantos outros empreendimentos sob a égide do cooperativismo, não existia um capital para se iniciar as atividades, capital este que deveria ser usado para compra de matéria-prima e demais produtos necessários à produção. Além do capital inicial, necessário para as atividades produtivas, também são necessários recursos financeiros para o dia a dia da Cooperativa, o capital de giro. Mesmo sem pagarem aluguel, luz e água, elas tinham muitas outras despesas, como transporte, telefone, impostos²¹, taxas e demais despesas.

²¹ Impostos pagos pelas Cooperativas: IRPF - Imposto de renda retido na fonte; INSS – Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social, 11% da remuneração dos associados. ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços, cooperativas de produção pagam esse imposto mediante alíquotas variadas; ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, corresponde a alíquota de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do serviço prestado. (OCB, 2013)

[...] tinha que comprar a malha, desde elásticos, esses aviamentos, fio sabe... não tinha nada e daí nós tinha que compra até muitos fios, daqui meu e até você né Violeta? Era nós, levava fio, levava o que faltava lá, nós levava, até pra ter que comprar o que tava precisando, no começo assim sabe... no começo foi bem difícil. (Acácia)

[...] eu acho assim não poderia ter os impostos, aquelas coisas assim que no começo assim a gente achava que não ia pagar sabe, tipo assim nós tinha ICMS, tributos, aquelas coisas, eu achava muito caro, tinha aquelas coisas que era 10% em cima da peça, então a peça acabava ficando cara ali e você não conseguia fazer em preço mais barato, né? Prá iniciantes deveria ser menos as taxas [...] eu lembro assim que tinha coisa que chegava a 22% do total assim de imposto né, que você tinha que pagar. (Camélia)

Sendo assim, tiveram que criar estratégias para conseguir recursos financeiros, de modo a dar andamento a produção, ou seja, às atividades diárias da COCBIX.

Eu não recebi nada, eu paguei prá trabalha, porque eu paguei carnê, nós pagamos nestes 4 meses, eu fiz rifa com as coisas minhas, eu peguei, fiz rifa pra arrecadá dinheiro prá Cooperativa. Eu trabalhei e fui a tal que trabalhou e não recebi, eu trabalhei né, e ainda paguei pra trabalhá, que nem diz o outro. (Violeta)

As estratégias utilizadas pelas cooperadas para arrecadarem recursos para a Cooperativa foram várias, como bazares, rifas, venda de pastel, de pizza, entre outros.

[...] nos fizemos bazar, pastel, nos fizemos uma porção de vezes, bazar nós até saímos prá outros bairros, nós fomos prá o Jardim das Américas, fizemos um bazar lá grande assim, aqui nos fizemos dois. (Camélia)

Diante das dificuldades financeiras para dar conta do dia a dia, criaram alternativas para ultrapassarem estas barreiras, e assim, com muitas dificuldades, iniciaram seu processo produtivo. Mesmo com a produção e venda, os recursos recebidos, ou seja, a receita, sempre ficou aquém das despesas e desta forma a distribuição dos recursos financeiros sempre foi difícil e, segundo as entrevistadas, nem sempre aconteceu.

Não, nunca chegamos a fazer a distribuição de dinheiro, o que sobrava assim de alguma coisa isso foi assim muito pouca coisa, tipo 100 reais pra cada uma, a cada dois ou três meses, quando tava sobrando isto, agora no final a gente divida por peça, por produção né, porque tinha aquela que trabalhou assim, trabalhou a semana inteira e tem aquela que trabalhou só veio um dia. (Camélia)

[...] trabalhava, trabalhava e não, num ganhava nada. Quem que qué trabalha de graça prá elas lá? Trabalha, trabalha e costura né... nunca aparecia o dinheiro! (Acácia)

Porque na verdade a gente não recebia dinheiro, nós só tinha despesa. Dinheiro, dinheiro recebido ali deu nada. Fiquei um ano e meio, mais pagava prá trabalha, isso mesmo! (Jasmin)

Ainda sobre a questão financeira, quatro das entrevistadas mostraram-se indignadas com a cobrança de um carnê, que deveria ser pago todos os meses por todas cooperadas, independentemente de haver ou não recebido algum valor da Cooperativa. Também destacaram que não sabiam o

motivo do carnê e muito menos o que era feito dos valores pagos. Os valores pagos foram de R\$ 25,00 e R\$ 34,00, e com certeza tiveram reajuste, daí a diferença.

Carnezinho prá nós pagá prá trabalha lá dentro. Porque eu não sei de onde veio aquela ideia, era R\$ 25,00 por mês, mais tipo assim, você vê assim que as veiz, juntando todo o orçamento que elas faziam, aí a gente saia descontado aquilo ali, aquele tal carnê, suposto carnê que diz que era prá ajuda no orçamento lá dentro, mais no final das contas a gente saia até perdendo, porque a gente tinha as veiz coloca, foi desde o começo. Pois é, mais sempre que tinha, tinha que paga esse carnê. (Petúnia)

Outra dificuldade apontada por quatro das entrevistadas era a falta de transparência por parte da diretoria em questões concernentes aos recebimentos financeiros que não eram de conhecimento de todas. Relataram situações em que houve recebimento, mas que estes recebimentos não eram anotados corretamente no livro caixa. Elas tinham um livro caixa no qual deveriam ser anotadas todas as entradas e saídas de dinheiro, ou seja, as receitas e as despesas, mas que estas anotações não refletiam a realidade do dia a dia da COCBIX. Percebiam que algumas vezes eram anotadas as saídas (despesas), mas não eram registradas as entradas (receitas). E que toda a movimentação (entradas e saídas) era anotada de forma correta apenas no computador, e que estas atitudes geraram muitos conflitos, desconfianças, rompimentos e saída das cooperadas.

[...] elas tiravam xerox e a gente não via entra né, porque eu sempre ia correndo no livro caixa quando vinha, e vinha bastante xerox prá xerocar, tipo de gente de fora né, a gente ia lá né, as veiz era 10 centavos e tava marcado 5. Então era sonegação era, tava sonegando coisa lá dentro. (Petúnia)

Eu cansei de pegar o livro caixa, cansei de pegar e via a coisa errada – desde o começo ali mais fizemos bazar, dinheiro que não apareceu! (Acácia)

Quanto às dificuldades iniciais de capital para o andamento da Cooperativa, e o trabalho árduo empregado para que conseguissem recursos, aos poucos a situação foi melhorando. Segundo cinco das entrevistadas, duas das cooperadas que exercem cargo de confiança e de poder não seguiram as regras básicas da contabilidade, tampouco do cooperativismo, e não apresentaram, e muito menos dividiram aquilo que receberam, desestimulando o grupo e provocando conflitos.

[...] tudo por baixo dos panos, quem diz o outro! Digo ih! Eu sei que tudo tem as dificuldades mas também tem a né, eu digo também que ter tido marcadinho né, levar tudo certinho, o que entra e o que sai né, é o que é vendido e o que não é né. Tudo tem que tá marcado né. (Violeta)

Como qualquer empresa, a Cooperativa também precisa de elementos fundamentais para o seu funcionamento, que é a sua parte administrativa. Mesmo que seja um empreendimento simples, é necessária uma organização. O primeiro passo é definir quais serão as funções de cada um. A definição das funções para o desenvolvimento e controle das atividades da Cooperativa deve levar em consideração as condições reais do empreendimento e, no caso, a aptidão das costureiras para exercer determinadas responsabilidades.

A COCBIX foi formada por 23 mulheres, algumas das quais sabiam costurar e outras não e, de acordo com o perfil das entrevistadas, todas já trabalharam fora de um jeito ou de outro, com carteira assinada ou não. Porém,

nenhuma delas apresentou algum tipo de especificidade de trabalho, ou seja, sempre exerceram funções mais simples sem tantas responsabilidades e conhecimentos. Ao se inserirem na Cooperativa, muitas atribuições e competências foram requisitadas, principalmente para aquelas que exerceram os cargos de presidente e vice-presidente (também era responsável pelo financeiro).

De acordo com cinco das entrevistadas, as duas cooperadas que exerceram os cargos de presidente e vice-presidente (também responsável pelo financeiro), não estavam preparadas para assumirem estas funções, por falta de conhecimento. Há de ser levado em conta o fato de que eram apenas costureiras e não empresárias, tampouco administradoras.

Que nem eu te disse uma pessoa mais preparada podia até ter dado certo, porque o maquinário tinha, serviço tinha, vontade de trabalhar tinha, faltou alguém experiente. (Jasmin)

[...] mais ela nunca foi uma presidente, uma coisa né, é tocá um grupo de mulher ali né, uma firma né, é difícil tem que ter, ser preparada prá isso né, então que fosse então uma pessoa preparada poderia então até ido prá frente, né? (Orquídea)

As contas nunca fechavam nunca fechô, sempre a menos, eu não sei o que acontecia na hora de administrá as partes que sempre tinham um que lá que a gente não conseguia tira tudo. (Petúnia)

Trabalhar em grupo exige a superação de muitos desafios, principalmente quando este grupo apresenta características heterogêneas. No caso da COCBIX não foi diferente, pois umas sabiam costurar e outras, não.

Das seis entrevistadas, quatro delas apontaram algumas divergências, como, por exemplo, no início eram muitas mulheres e poucas máquinas para uso, muitas nada sabiam de costura e também mostravam pouco interesse em aprender, havia também um individualismo.

Quando começaram a produção após o curso, as máquinas não eram suficientes para todas: as mulheres iam ao trabalho e não podiam aprender ou melhorar a forma de costurar porque não haviam máquinas suficientes para todas. Além de algumas máquinas exigirem conhecimentos para serem operadas, e aquelas cooperadas que já sabiam costurar também tinham que deixar as que não sabiam usarem as máquinas para aprender, o que causou um desconforto entre algumas delas. Às vezes o individualismo entre algumas era mais forte do que o coletivismo.

Era tudo muito individual, porque era um grupo que veio da Igreja, elas trabalharam assim a vida inteira na Igreja, elas se conheciam antes delas eram todas comadres. Então foi ai que o espírito de toda a Cooperativa começou a enfraquecer, daí gerava conflito, o individualismo. (Camélia)

Também relataram que nem todas mostraram real interesse em participarem da Cooperativa. Uma entrevistada comentou que algumas entravam na sede, davam uma “olhada” e depois iam embora, e que isto também aconteceu durante os cursos ministrados.

Sem duvida, eu queria aprende, e eu aprendi então as outras que não tinham muito interesse chegavam lá e simplesmente não tinha o que fazê e já iam embora e já não vinham mais. (Petùnia)

Uma cooperativa, além de se preocupar com as questões de produção, de administração, de finanças, precisa também construir e passar uma imagem ao seu cliente, para o mercado. Precisa fazer a sua marca, o seu produto ser conhecido e reconhecido, para obter sucesso (FERREIRA, HORST E OLIVEIRA, 2011). E a COCBIX, para poder entrar no mercado, precisava de ajuda de algum órgão, seja Municipal, Estadual ou Federal, senão tudo complicaria, segundo a colocação de uma das entrevistadas.

Prá começo né, eu acho que o governo tinha que dá uma ajuda assim, uma verba prá compra o material, as coisas prá começa né, prá ter um começo né, porque sem ter um começo é difícil. (Acácia)

A COCBIX, de modo a iniciar suas atividades, contou com o apoio de várias entidades, como o governo do Estado do Paraná, a Fundação Araucária, a UNICENTRO, o SENAI, o SEBRAE, somados a outros parceiros individuais e todo o suporte jurídico, contábil, administrativo e econômico para viabilizar o empreendimento, o que não acontece com muitos empreendimentos estabelecidos em nosso país. Mesmo assim, ainda de acordo com as entrevistadas, não foi suficiente, pois não tinham como começar a produção, devido à falta de capital.

Tipo com matéria prima né, porque na verdade ninguém tinha dinheiro prá investi, pra comprá tecido de bastante, fio de bastante então tanto que nós fazia os bazarinho pra pagá conta, fazia pastel e pizza, fazia bastante. (Jasmin)

O Projeto Sem Fronteiras cedeu as máquinas (regime de comodato), promoveu viagens técnicas, deu todo o apoio para a fundação e o desenvolvimento da Cooperativa, mas não forneceu a matéria prima para a

produção e nem o capital de giro. A ausência destes elementos, segundo as cooperadas, dificultou demais o desenvolvimento da COCBIX.

O sistema cooperativista era algo novo para as entrevistadas, principalmente em relação aos pagamentos pelos serviços executados. O trabalho executado em empresas capitalistas remunera seus trabalhadores com salários mensais, direito a férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, previdência social, auxílio doença, auxílio maternidade, entre outros benefícios, que não são oferecidos pela Cooperativa (LIMA, 2009). Nas Cooperativas, não existe a figura do capitalista que pode proporcionar estes benefícios: a “figura do capitalista” é representada por todos os cooperados e esta configuração por vezes confunde os envolvidos.

4.1.10 Motivos para saída da Cooperativa

De acordo com as entrevistadas, as demais cooperadas foram saindo aos poucos da Cooperativa. Não souberam precisar os reais motivos de saída das colegas, embora tenham elencado alguns possíveis motivos: falta de pagamento pelo serviço; falta de habilidade para a costura, mesmo após o curso de costura oferecido por seis meses pelo SENAI; Camélia aponta, ainda, problemas de ordem pessoal, filhos, marido, casa, e dificuldade em equilibrar sua vida pessoal com a vida na Cooperativa.

Por causa do problema de finança trabalhava, trabalhava e não num ganhava nada. Quem que qué trabalha de graça prá elas lá? Trabalha, trabalha e costura né... nunca aparecia o dinheiro! (Acácia)

Pois olha... tinham outras que diziam, diziam olha não vou vir mais, mais e pronto e acabou, não se explicava. O motivo delas deveria ter mais, não posso te dizer. (Orquídea)

Das seis entrevistadas, cinco afirmaram que saíram da Cooperativa por não terem recebido pelo trabalho que realizaram, e também por falta de transparência em relação às receitas e às despesas. Comentaram que muitas reuniões eram maquiadas, ou seja, quando a equipe do Projeto estava presente eram discutidos alguns assuntos, não todos e nem os mais importantes, e muitas vezes as cooperadas eram “pressionadas” pela diretoria a não falarem sobre os problemas e situações que ocorriam no dia a dia da Cooperativa. Segundo a Violeta: *“Eu não recebi nada, eu paguei prá trabalhá.”*

[...] era tanta coisa a primeira, a primeira coisa que eu brigava, d’eu trabalha bastante e chegá no dia de recebe não tinha o que recebe. Não tinha o que recebê! (Acácia)

A Jasmin também afirma que muitas vezes elas contribuíram na cooperativa com dinheiro próprio: *“que nem diz às vezes a gente tira do da gente, da casa né, prá levá lá e não vê resultado nenhum, daí eu saí.”*

Estes problemas referentes à entrada e à saída dos recursos financeiros provocavam muitos dissabores. Se todas eram cooperadas, tinham direitos e obrigações iguais, por que as informações não eram divididas com todas? Cinco das entrevistadas chegaram a afirmar que somente as despesas eram compartilhadas, e não as receitas. A fala da Jasmin confirma que as despesas realmente eram compartilhadas: *“pra pagá sempre aparecia assim, tinha que pagá telefone, que tinha que pagá internet, que tinha pagá o contador [...]”*

[...] entro tanto no caixa venha vê, no final ela dava o livro caixa prá nós, mais nunca tava o que... só tinha despesa, era um livro de despesa, num era um livro de faturamento do mês. O faturamento era registrado no computador, na chave lá. Você entendeu? Tudo fazia pra escondê, faziam tudo prá esconde. (Petúnia)

Dessa forma, quando havia reunião das cooperadas com a equipe do Projeto Sem Fronteiras, elas queriam discutir estes assuntos financeiros para que fossem resolvidos, mas a presidente e a vice-presidente pressionavam as cooperadas que mostravam descontentamento da situação, para que não suscitassem os problemas.

Porque na reunião falavam alguma coisa e depois na prática era outra. Não, a gente nunca entendia onde que tava o certo, onde que tava o errado. Tinha reuniões lá na UNICENTRO, vinham prá fazê reunião, elas vinham acho que todo mês elas vinham, a cada 15 dias vinha fazê, tinha uns Professor que vinha, a Professora Margarida, e ela sempre vinha, ela sempre tava com nós. (Orquídea)

Uma delas afirmou ter saído por não existirem mais costureiras para atender os clientes. Também disse que o grupo não estava preparado e maduro o suficiente para exercer tais atividades: *“então falta de preparação mesmo nossa ali que acabou.”* (Camélia)

Com a saída de várias cooperadas, a produção ficou comprometida, ou seja, a demanda era grande, mas não tinham como produzir e muito menos aceitar novos pedidos.

Além de todos os aspectos apresentados anteriormente sobre os motivos que levaram as mulheres a deixarem a Cooperativa, surge uma nova

preocupação, salientada pela Petúnia: a questão do espaço ocupado pela COCBIX, que foi cedido em regime de comodato por dois anos e que já estava se encerrando - para onde a Cooperativa iria?

E fui até o final, 15 dias antes de fecharem de darem o xeque mate. E eu acho que ia virá bagunça, e também não tinha sede, a sede ali não era apropriada prá fazê uma Cooperativa. (Petúnia)

Muitos foram os motivos que levaram as ex-cooperadas a saírem aos poucos da COCBIX, segundo a visão delas, como a falta de pagamento pelos serviços realizados; a falta de transparência quanto ao financeiro por parte da diretoria; a falta de uma administração profissional para conduzir a Cooperativa; e um lugar para o estabelecimento da Cooperativa. Na opinião das professoras do Projeto Sem Fronteiras, a saída das mulheres da cooperativa deu-se em função de problemas de relacionamento entre elas, da falta de um projeto mais longo, com uma incubadora do projeto. Assim, elas teriam mais tempo de acompanhamento, e talvez a Cooperativa tivesse se desenvolvido melhor e quem sabe ainda hoje estaria funcionando.

4.1.11 Motivos para o término e continuação da Cooperativa

De todo o material analisado por meio das entrevistas, evidencia-se a pouca familiaridade das ex-cooperadas com o sistema cooperativista, mesmo com o curso que fizeram sobre cooperativismo e com a vivência na Cooperativa. Percebe-se que elas aceitaram este desafio mais no sentido de ser uma empresa, onde se trabalha oito horas por dia e recebe-se salário ao final do mês, mas não esperavam que o contrário acontecesse: trabalharam como numa empresa, mas não receberam como um trabalhador.

Os princípios cooperativistas e a sua filosofia não foram absorvidos pelas cooperadas; a administração da Cooperativa não era profissional e a falta de informações da diretoria para as demais cooperadas, segundo as cinco entrevistadas, acabou por deixá-las desacreditadas do sistema cooperativista. Estas colocações podem ser observadas pela fala da Orquídea:

Que nem eu te disse uma pessoa mais preparada podia até ter dado certo, porque o maquinário tinha, serviço tinha, vontade de trabalhar tinha, faltou alguém experiente. Não adianta você sabê e fazê a coisa e não tem quem administrá, que nem uma firma, não adianta ter bom funcionário se não tive uma administração bem feita né, certa. (Orquídea)

Tinha que ser uma pessoa que entendesse né, e que tivesse uma pessoa assim que trabalhasse assim no negocio. (Acácia)

Algumas compreenderam o funcionamento de uma Cooperativa, pois permaneceram por aproximadamente dois anos, mesmo sem receber nada e ainda ter que contribuir de alguma forma, seja por meio do pagamento do carnê mensal, seja cedendo materiais próprios e outros recursos financeiros.

De acordo com Teixeira (2013):

Elas tinham grande dificuldade em assimilar os princípios e valores do cooperativismo. A principal dificuldade era compreender o papel do cooperado, e o papel do conselho e diretoria de uma cooperativa. A maioria nunca havia trabalhado em uma empresa, e menos ainda sabiam de como era o funcionamento de uma cooperativa. Ser empreendedor e a responsabilidade que advém com o negócio, algumas não tinham essa percepção. Outra dificuldade era a compreensão de que o início de um negócio são apenas gastos e elas queriam um retorno imediato. Algumas comportavam-se como empregadas e queriam a sua cota por produção e acordo com

o estatuto e não compreendiam que eram donas do empreendimento.

As entrevistadas disseram que mesmo sem compreenderem bem o sistema e sofrerem com uma administração pouco treinada e sem os conhecimentos básicos de como gerenciar uma Cooperativa, muitas sentem falta da COCBIX.

Sinto, morro de dó quando vejo minhas camisetas, meus uniformes. Morro de dó, porque prá mim o projeto, prá mim sabe é muito. Era um sonho ali, então agora a gente comenta: ai que dó, uma com a outra, mais andou... bola prá frente. Vamos que vamos, né?(Camélia)

Eu sinto. Ai nossa eu pensava assim meu Deus um projeto, nunca vem projeto prá nós, nosso bairro, era de pegá com as duas mãos, deixá e nunca fechá. Era uma coisa que se fosse, que funcionasse, hoje era prá tá nossa!!! (Orquídea)

Sinto falta das pessoas né, a gente sempre tá conversando com uma ou com outra, e a gente era muito né, eu... o ambiente de trabalho fez falta. (Violeta)

Os motivos apresentados pelas entrevistadas que sentem falta da Cooperativa estão ligados à importância que o Projeto Sem Fronteiras teve para elas. Enquanto estavam na Cooperativa, porém, não tiveram essa percepção, e acabaram deixando “escapar” uma oportunidade de trabalho e de renda. Como elas destacaram, é raro um bairro ou o bairro delas ser escolhido para a implantação de um Projeto, e principalmente um Projeto que consiga gerar emprego e renda.

4.1.12 Alternativas e Possibilidades na Cooperativa

O cooperativismo é um sistema econômico próprio com um fim em si mesmo, caracterizando, assim, um modo de produção alternativo ao capitalismo.

O Cooperativismo apresenta características próprias, pois pode atuar empresarialmente, ou seja, com características de uma empresa capitalista, como pode atuar em organizações autogeridas. Nos empreendimentos cooperativistas, pratica-se a solidariedade e a cooperação, sob uma perspectiva que não prioriza a competição e a acumulação de lucros, embora estes sejam necessários e bem-vindos, mesmo que não sejam a mola propulsora das Cooperativas (FRANTZ, 2012).

Eu aprendi assim que as pessoas trabalhando junto, unido né, elas vão longe né, se tiver união né, porque se não for unido não vai prá frente, que nem não foi né, porque ali se fosse todo mundo fosse unido né, eu acho que teria dado certo, mais né.
(Violeta)

As possibilidades advindas com o cooperativismo estão norteadas na possibilidade de geração de emprego e renda, além de ser uma ferramenta de inclusão social. O cooperativismo pode ocasionar melhorias sociais e econômicas para as populações de baixa renda ou de pouco poder aquisitivo, principalmente se forem feitas por Cooperativas que tem unidades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, pois assim podem ajudar trabalhadores e pequenos produtores/proprietários, rurais e urbanos, a mudarem seu cenário econômico e social (HOCAYN-DA-SILVA e CASTRO, 2011).

Se fosse prá eu escolhe hoje, escolher pessoas prá trabalhar na Cooperativa teria que ser totalmente diferente. Eu já sabia dizer o perfil do que eu queria montá numa equipe. Eu acho assim prá uma Cooperativa andá tem que ter uma equipe formada já no inicio. [...] ninguém sabia nada de Cooperativa. É uma empresa. (Camélia)

A questão financeira obscureceu a visão delas sobre o sistema cooperativista: não perceberam a importância do sistema cooperativista como um todo, e as possibilidades que poderiam advir dele.

Eu gostei, ainda assim se um dia tivesse uma opção né, prá mim entrá numa Cooperativa desde que não fosse dessa maneira, que fosse prá ganha dinheiro mesmo eu gostaria. (Petúnia)

Ah! não sei, eu acho que sim, primeiro formar uma equipe pra trabalhar melhor né, a gente tinha uma equipe, tinha conselheiros, tinha toda aquela diretoria, mais elas não eram formadas, a visão que uma tinha a outra não tinha, é assim entende? Mais sobre a Cooperativa acho que ali faltou muito conhecimento. (Orquídea)

4.1.13 Trabalho em Grupo

Trabalhar em grupo é quando um grupo de pessoas com objetivos comuns se unem para realizar alguma atividade. É um esforço coletivo para atingir um objetivo ou realizar uma tarefa ou determinado trabalho. Nestes grupos, são compartilhados conhecimentos e há a promoção da agilidade no cumprimento de metas e objetivos (FRANCO e SANTOS, 2010).

Lane (1994) explica o motivo da formação de grupos:

Quando um grupo de pessoas se reúne para discutir seus problemas, muitas vezes sentidos como excluídos de cada um dos indivíduos, descobrem existirem aspectos comuns, decorrentes das próprias condições sociais de vida. O grupo poderá se organizar para uma ação conjunta visando a solução de seus problemas. E aquelas necessidades, que sozinhos não podiam satisfazer, passam a ser resolvidas pela cooperação entre eles. (p.69)

De acordo com a explicação de Lane (1994), percebe-se que trabalhar em grupo proporciona maior articulação entre as pessoas, pois cada um precisa da ajuda do outro. As demandas solicitadas por uma só pessoa tem um determinado peso e, quando esta demanda é solicitada por um grupo de pessoas, a situação muda radicalmente, e muda para melhor.

“Olha eu gosto de trabalhar em grupo. Nossa é deis vezes melhor do que você trabalhar sozinha, prá você entrar no mercado, prá você mostrar o teu trabalho em grupo é. A diferença é grande sabe, é bem mais fácil. (Camélia)

Trabalhá em grupo é gostoso, as vezes você não tem tempo de conversá com uma pessoa, lá nós brincava, dava risada, tinha hora de nós trabalhá e hora de nós da risada sabe conversá, falá. (Orquídea)

Sobre trabalhar em grupo, as ex-cooperadas foram unânimes em suas falas, afirmando que em conjunto o trabalho é melhor. Destacaram o compartilhamento, a união e de estarem com outras pessoas.

Mais eu gosto de trabalhá com pessoa, a gente aprende a trabalhá, ensina como aprende, né? Agora na Cooperativa era bom. (Jasmin)

Percebe-se pelas falas das ex-cooperadas que elas se sentiam motivadas e felizes por estarem rodeadas de pessoas e que, quanto mais pessoas, melhor.

É eu gosto, eu não gosto de ficá sozinha, eu gosto de trabalha em grupo, eu gosto de viver junto com pessoas, eu não consigo fica assim, eu sou muito assim de bastante, de gente sabe, gosto de trabalho em grupo. Desde quando a gente tava fazendo cursinho a gente levava lanche né, daí compartilhava com as outras. (Petúnia)

Em relação às dificuldades encontradas pelas entrevistadas quanto ao relacionamento com as outras do grupo, há uma certa superficialidade. Conflitos existiam, mas são apontados como uma normalidade em um grupo tão grande. “*Nóis, entre nós, entre pessoas não tinha diferença nenhuma, todo mundo se tratava bem.*” (Jasmin)

Nóis... eu não sou de briga né, eu digo eu não sou de briga, então eu engulo sapo né, me calo e eu não sei briga. (Violeta)

[...] elas brigavam entre elas, porque qualquer coisa, tudo era motivo de briga, sabe qualquer coisa, tinha que ter muita delicadeza [...]. (Camélia)

4.1.14 Relações com a Educação

O cooperativismo está pautado em sete princípios²², que são as linhas orientadoras, por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática cotidiana. Estes princípios foram aprovados na Inglaterra, em 1844, pelos fundadores da primeira cooperativa do mundo, e foram alterados em 1995 pela Aliança Cooperativista Internacional.

O quinto princípio trata da “**Educação, formação e informação**”, em que as cooperativas buscam promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Além de informarem ao público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação, tal princípio fundamenta-se em uma educação formal e não formal.

Segundo Gadotti (2005), a educação formal apresenta objetivos específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Tem por base uma diretriz educacional centralizada, como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos Ministérios da Educação. Os objetivos que norteiam a educação formal relacionam-se com o ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, buscando a formação do indivíduo como um cidadão ativo, procurando desenvolver habilidades, competências várias, criatividade, percepção e motricidade.

E, de acordo com Gohn (2006), a educação não formal pode ser caracterizada como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino. A educação não formal também se caracteriza por ser menos hierárquica e ter menos burocracia. As atividades desenvolvidas na educação não formal muitas

²² Os Princípios do Cooperativismo serão abordados no próximo capítulo, intitulado “Reflexões sobre os dois Princípios do Cooperativismo.”

vezes não seguem um padrão sequencial ou hierárquico de progressão, sua duração é variável e emitem certificados de aprendizagem ou não. Também não estão sujeitos a leis específicas como a educação formal.

O Projeto Sem Fronteiras ofereceu vários cursos às cooperadas, em parceria com outras entidades. As cooperadas participaram de cursos de informática, de capacitação para a produção de peças de vestuários e gestão da Cooperativa, para ajudá-las no processo de produção e gestão, alguns em parceria com o SENAI e SEBRAE. As cooperadas receberam tanto educação formal, quanto educação não formal. De acordo com as entrevistadas, os cursos foram ministrados por cargas horárias, mas não souberam precisar quantas horas de duração tinham cada curso. “[...] *a gente aprendeu muita coisa, coisa assim né.*” (Violeta)

As cooperadas participaram de palestras e capacitação sobre os princípios do cooperativismo e o trabalho em cooperação, nos quais foram elaborados materiais de apoio e apostilas; também tiveram noções de matemática e português ministrados pela equipe do Projeto. “*Nós fizemos um curso de cooperativismo.*” (Orquídea)

A gente já tinha prática do curso que nois aprendemo no SEBRAE, ah! no SENAI ah! É tudo a mesma coisa. Nóis tivemo aula com os professores lá na UNICENTRO, foi muito bom, quis muito bem elas, nossa! E no curso de informática também, eu já gostei, gostei muito de lá. (Acácia)

A entrada das mulheres na Cooperativa, além de proporcionar uma educação formal e não formal, possibilitou-as uma melhora em seu nível educacional, e a busca de uma educação formal. Foi o que aconteceu com duas das ex-cooperadas que, durante e após a COCBIX, continuaram seus estudos.

Petúnia: daí eu estudava na Primavera ali, fiz o CEBEJA ali, mais quando eu terminei depois de 2010, que eu terminei minhas horas de aula lá, aí quando ficava até 10h15min da noite. (Petúnia)

Daí da uma até cinco e meia, que daí eu vinha pra ir prá escola né, todos os dias de segunda a sexta, durante todo esse tempo. (Jasmin)

No caso da Petúnia, ela fez o primeiro grau e iniciou o ensino médio durante o período em que esteve na Cooperativa. Hoje continua fazendo cursos (operadora de máquina – computador) e sempre diz estar em busca de melhorar sua qualificação e educação. Acalenta um sonho de um dia ser advogada, diz gostar de ajudar as pessoas.

4.1.15 Relações com a Comunidade

Este tópico, relações com a comunidade, fundamenta-se no **7º - Interesse pela Comunidade**. Neste princípio, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades e do seu bairro, por meio de atitudes, como políticas, projetos, associações, entre outros e todos aprovados pelos membros participantes.

A relação estabelecida das cooperadas com a UNICENTRO, mais precisamente por meio do Projeto Sem Fronteiras, foi estabelecida porque a comunidade buscou esta parceria, essa oportunidade na figura da Associação de Moradores do Bairro Industrial do Xarquinho – AMBIX.

As ex-cooperadas, ao longo das entrevistas, sempre mostraram

muita intimidade e interesse com a comunidade, seja participando dela, seja contando com ela para que projetos, programas ou atividades desenvolvidas na e para a comunidade sejam compartilhados com todos, de modo que cada um faça sua parte na comunidade, prestigiando e dando preferência às coisas locais, do Bairro Industrial do Xarquinho. *“É importante né, a união das pessoas que nem diz a “união faz a força, né?” (Violeta)*

Consideram que a formação de uma Cooperativa ou de uma associação pode e deve influenciar a vida no bairro.

Pode sim. Se for uma Associação ou uma Cooperativa organizadinha com esta união que eu falo que tem que ter, todo mundo trabalhando junto ali é que nem música, pode trabalhar nem em vários tons diferentes de voz, mais numa sintonia só, tudo voltado prá aquela coisa ali.

Você pode fazer várias coisas dentro dali da Cooperativa e no final você unir ali, muda totalmente uma comunidade pode trazer muito benefício. (Camélia)

Uma das entrevistadas disse que algumas vezes oportunidades de melhorar o bairro ocorrem, mas que na maioria das vezes essas iniciativas externas não tem contrapartida dos moradores; que no bairro faltam muitas coisas, como foi o caso da abertura de uma farmácia no bairro, algo inédito, mas que tal empreendimento teve curta duração, pois os moradores não prestigiaram a farmácia, ou seja, não compraram nada lá, o que motivou o seu fechamento.

Vem uma farmácia é uma empresa né, ela dura tipo 60 dias e o povo não coopera de comprá, a farmácia vai embora, contanto que nós não temos uma farmácia no bairro, se nós quizé compra em remédio, nós tem que ir pro centro, pegá um ônibus e ir pro centro. (Petúnia)

Este tipo de atitude se repete muito no bairro e isto prejudica o seu desenvolvimento. Os moradores precisam ser mais participativos e solidários. Se a COCBIX tivesse mais aceitação e participação da comunidade, talvez a situação pudesse ter sido revertida e a Cooperativa poderia ainda estar em funcionamento.

Todo mundo dizia né, ai eu tô satisfeito que vem uma empresa boa pro nosso bairro né, só espero que dure, porque aqui as coisas não duram no nosso bairro. (Petúnia)

Como a Cooperativa funcionou por um pequeno período de tempo (aproximadamente três anos), pouco impacto causou na comunidade, e mesmo assim algumas entrevistadas evidenciam alguns fatos:

Eles conheciam assim a Cooperativa, mais era um grupo de mulheres, lá dentro trabalhando, não sabiam assim do trabalho. (Camélia)

Então eu acho assim que o bairro que não ajudou muito, quando veio, eles deviam lá incentiva pra subi né, mais não foi isso que aconteceu e então quando caiu foi pior aí foi quase ninguém fala mais, né. (Petúnia)

Das entrevistadas, cinco delas disseram fazer parte da comunidade de alguma forma. As atividades realizadas, em sua grande maioria, são desenvolvidas com a Igreja Católica, com a Pastoral da Criança, Associação de Moradores do Bairro, Terceira Idade e com projetos desenvolvidos pela vice-prefeita de Guarapuava.

Um destes projetos é o “Movimento Mulheres da Primavera”, onde vários cursos são oferecidos e as mulheres têm abertura para serem ouvidas, além de ser um espaço para promover a interação da comunidade. Hoje este Movimento tem se expandido para outros bairros carentes da cidade. Também é sobre este movimento que a entrevistada Petúnia se refere,

Agora eu tô participando do movimento das mulheres né? É um movimento das mulheres do bairro, é em conjunto com a Primavera e com o Morro Alto né, é tipo assim leva ao conhecimento prá s pessoas. (Petúnia)

A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava oferece cursos de artesanato e orientações sobre orçamento familiar, empreendedorismo e direitos da mulher, através do Projeto Orquídea. Tem como objetivo principal incentivar a participação e a inserção na sociedade, além de proporcionar atividades que auxiliem na renda familiar. Com o projeto, as mulheres podem aprender um novo ofício, proporcionar renda extra e saber como melhor administrar despesas. As mulheres aprendem a produzir e vendem as peças de artesanatos, além de auxiliá-las na administração do dinheiro, com palestras sobre economia familiar. Este projeto também tem se estendido para outros bairros e também irá para o bairro das ex-cooperadas.

Das seis mulheres entrevistadas, quatro delas se mostram muito participativas em ações na comunidade em que moram. Participam principalmente em atividades ligadas à Igreja Católica e à Terceira Idade.

Trabalho. Eu gosto, eu acho muito importante, como eu gosto! Eu sou coordenadora da Terceira Idade, toda semana a gente se reúne, se encontra ali né é tão bom o dia que tem festa, a gente tá tudo trabalhando ali na Paróquia São Pedro. (Acácia)

Ah! eu faço parte da comunidade, adoro aquilo! Trabalho com estes projetinhos de artesanato com a Igreja assim. Cada um aprende a fazer o seu, o curso é gratuito, você vai pega o material, a gente ensina o que sabe, busca umas coisas novas. (Camélia)

Mesmo sem projetos específicos ou até mesmo festas e demais atividades para arrecadação de recursos financeiros para auxiliar estas entidades nominadas, dizem também sentir muito prazer e gratificação em exercerem tais atividades.

Eu trabalho na comunidade, na Igreja, eu trabalho nas barraquinhas quando tem festa eu to ali, eu sô a fazedera de quentão, então eu sempre to direto ali na frente ajudando até o final, do começo ao fim. (Violeta)

Acho importante, que a comunidade é o bairro que você mora, mesmo você querendo ou não querendo você faiz parte, você mora ali, quem não vai cuidar do que é seu, né? Todo mundo deveria participar da comunidade. (Orquídea)

Pelas entrevistas, percebe-se que as mulheres sempre estiveram muito ligadas entre si e também com a comunidade em que vivem, preocupam-se com o bairro e buscam de alguma forma ajudá-lo a melhorar.

4.2 Entrevistas com a Equipe do Projeto Sem Fronteiras

Em fevereiro de 2013 foram realizadas duas entrevistas, por meio de um questionário semi – estruturado, aplicado a duas professoras integrantes do Projeto Sem Fronteiras, ambas lecionando na UNICENTRO e lotadas no Departamento de Ciências Econômicas. Como foi mencionado anteriormente, no intuito de manter a confidencialidade das informações e do anonimato, as duas entrevistadas serão a partir de agora denominadas de Margarida e Angélica.

Os resultados das entrevistadas serão apresentados seguindo a ordem das perguntas feitas. Como no Projeto Sem Fronteiras o nome da Cooperativa não era o mesmo do nome constante no estatuto, pergunta-se a elas: qual era o nome correto da Cooperativa?

De acordo com Angélica e Margarida, o nome do projeto aprovado pela comissão da Universidade do Projeto Sem Fronteiras era Cooperativa das Costureiras da Associação dos Moradores do Bairro Industrial do Xarquinho – COCAMBIX, mas foi alterado porque a cooperativa não era da Associação de Moradores. Quando a Cooperativa foi registrada na Junta Comercial, o nome sofreu alterações, passando a ser Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho – COCBIX. Esta retirada de “Associação de Moradores” do nome causou um pouco de confusão, mas a Cooperativa seria das costureiras, e não da Associação de Moradores.

Perguntou-se também a elas sobre as suas percepções em relação ao projeto como um todo, se foi válido e o que acrescentou na vida acadêmica e, talvez, na pessoal. Para Margarida, no contexto do Programa Universidade Sem Fronteiras, como uma política pública de geração de emprego e renda, visando estimular o desenvolvimento econômico e social, em municípios com baixo IDH-M, o projeto alcançou seus objetivos na implantação da Cooperativa. Porém, houve a preocupação de encerrar o projeto, sem dar continuidade ao assessoramento prático da gestão operacional, financeira, contábil, jurídica e administrativa da Cooperativa.

Quanto à perspectiva acadêmica, considerou como uma das experiências mais importantes: este tipo de Projeto requeria um trabalho especial na divisão de tarefas, na resolução de conflitos, e tinha que dar o exemplo de trabalho em equipe, de coesão do grupo e de cooperação, para passar confiança e conhecimento.

O contato com as costureiras e sua realidade complementou a minha vida acadêmica e enriqueceu a minha vida pessoal, foi gratificante poder contribuir para realização de um sonho, e por outro foi frustrante o encerramento da Cooperativa. (Margarida)

Segundo Angélica, o projeto foi extremamente válido. A experiência foi muito enriquecedora, profissional e pessoalmente. O projeto possibilitou integrar os conhecimentos produzidos dentro da Universidade com a comunidade. Para ela, a interação entre comunidade e a Universidade se concretizou por meio do Projeto.

O próximo questionamento foi sobre como era estar com as mulheres na época do projeto, e como foi depois do encerramento do projeto estar com elas.

De acordo com a Angélica, a entrada da equipe na comunidade não foi de início uma tarefa fácil, pois elas olhavam com desconfiança a equipe, achavam que era algo político com interesses políticos. Tiveram que trabalhar para ganhar a confiança e adequar a linguagem de forma clara e simples, para serem compreendidas. Depois de a confiança ser estabelecida, elas procuravam a equipe para resolver dúvidas que surgiam. Entretanto, existiam muitos conflitos a serem resolvidos, e a equipe tinha que atuar como mediadora e fazê-las compreender a necessidade de diálogo e respeito à decisão tomada em assembleia. Após o término do Projeto, percebeu-se que as poucas que ficaram sentiam certo receio e até mesmo não queriam fornecer informações sobre a parte contábil e financeira, o que dificultou ajudá-las com a organização financeira da Cooperativa.

Ainda em relação à este questionamento, Margarida falou sobre as reuniões semanais que faziam com elas no período do Projeto. Estes momentos eram os mais importantes, pois eram lá que aconteciam os cursos, as palestras, as discussões sobre os próximos passos, os esclarecimentos, a intermediação e a solução dos conflitos entre elas. Também procuravam motivá-las e incentivá-las a continuar no Projeto, mostrando a importância da Cooperativa para a melhoria na qualidade de vida delas e do Bairro, com a geração de renda e emprego.

Margarida diz que, com o encerramento do projeto, as visitas foram se espaçando. *“No início ficávamos felizes, pois a Cooperativa estava tendo muitas encomendas, inclusive fora do Estado.”* As cooperadas estavam entusiasmadas com o volume das encomendas, começaram a contratar costureiras, pois algumas cooperadas já haviam saído. Porém, com o decorrer do tempo, a Cooperativa encerrou suas atividades por falta de cooperadas.

Perguntou-se às entrevistadas se elas sabiam o motivo de a Cooperativa ter encerrado suas atividades.

Na visão de Angélica, as cooperadas não assimilaram os princípios do cooperativismo, além de faltar um conselho fiscal atuante e esclarecido e, também, o projeto não foi incubado como deveria. Ainda disse que as cooperadas não estavam preparadas para levar adiante sozinhas a gestão econômica e administrativa da cooperativa. Margarida acha que faltou um período maior de acompanhamento após a implantação da Cooperativa. As cooperadas ainda não estavam prontas para assumirem a gestão do empreendimento quando o projeto se encerrou. Enquanto a assessoria estava sendo prestada, as cooperadas se sentiam mais seguras. Também afirmou que a gestão da Cooperativa deveria ter sido terceirizada. E finalmente diz que as situações de caráter pessoal interferiram nas relações profissionais. Ainda salienta a enorme dificuldade das cooperadas em assimilar o cooperativismo na sua essência, que nada mais é que a cooperação e o companheirismo entre elas. Esses princípios deram lugar à desconfiança e à falta de comprometimento com a Cooperativa. Outro ponto foi a questão financeira, “das sobras” no cooperativismo. Com a visão do lucro imediato, queriam um

resultado financeiro em curto prazo. Em razão do baixo nível de renda, e da urgência de suprirem suas necessidades, esperavam que as “sobras” fossem divididas entre elas conforme a produção de cada uma, e que isto acontecesse já no início, e equivalente a um salário. Como dependiam da produção e produtividade de cada uma, preferiram trabalhar “fichadas”.

Como no sistema cooperativista não existe a figura do chefe e do trabalhador assalariado, e sim de associados, de cooperados, e que todos têm as mesmas obrigações e direitos, elas se surpreenderam com esta situação. De acordo com Margarida, esta realidade não permitiu que tivessem a perspectiva de que a Cooperativa a médio ou a longo prazo seria um empreendimento promissor que poderia melhorar e ampliar o nível de renda e a qualidade de vida delas.

E se o tempo voltasse, o que teriam feito de diferente no Projeto?

Angélica disse que o projeto propunha a formação de uma cooperativa e que este objetivo foi alcançado, além de outros objetivos que vieram no decorrer do tempo. Ajudaram na constituição da Cooperativa, e deixaram a Cooperativa em condições de funcionamento e produção.

Margarida disse que trabalharia mais ainda com as relações interpessoais. Pensou também que, se simulassem o funcionamento da Cooperativa já no início, desde a gestão financeira, contábil e administrativa, as cooperadas teriam entendido melhor o processo; faria mais visitas técnicas em outras Cooperativas, para que elas vivenciassem a experiência do trabalho em Cooperativa; também mudaria alguns professores orientadores, por outros mais comprometidos com o projeto. Ainda comentou sobre o período de prorrogação do Projeto, em que ações mais efetivas foram feitas pela equipe, face aos problemas que aos poucos iam surgindo no dia a dia da Cooperativa. Estas ações foram no sentido de prepará-las para otimizar o relacionamento interpessoal no processo produtivo, bem como o relacionamento com fornecedores e clientes. Aprimorar e diversificar a produção das confecções, por meio de cursos e treinamentos com a finalidade de ampliar o mercado; adquirir experiência e contatos com visitas técnicas em outras cooperativas;

preparar as cooperadas para leitura e compreensão dos relatórios contábeis e documentos em geral; dar condições às cooperadas de elaborar planilhas de custos e receitas com finalidade de acompanhar suas atividades; preparar as cooperadas para que realizassem orçamentos e cotações que garantissem a eficiência econômica da cooperativa. Este acompanhamento e estas ações foram primordiais para o desempenho da Cooperativa.

Diante da exposição destas ações realizadas pela equipe do Projeto, e refletindo sobre as falas das ex-cooperadas entrevistadas, percebe-se nitidamente que elas pouco falaram sobre isso. Todas foram unânimes sobre os mesmos assuntos, sempre mais rasos e conflituosos. E onde foram parar estas tentativas de passar conhecimento e conteúdo cooperativista, comportamental, empresarial de mercado e contábil? Talvez tenha sido muito conteúdo para pouco tempo de aprendizado, ainda tendo que se levar em conta o nível educacional das cooperadas e das ex-cooperadas.

V. REFLEXÕES SOBRE OS DOIS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Neste capítulo serão feitas reflexões a respeito dos Princípios do Cooperativismo, o 5º Princípio – Educação, Formação e Informação, e o 7º Princípio – Interesse pela Comunidade, sob a ótica das entrevistas realizadas com as ex-cooperadas.

Os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática, e são eles: 1º - Adesão voluntária e livre; 2º - Gestão democrática; 3º - Participação econômica dos membros; 4º - Autonomia e independência; 5º - Educação, formação e informação; 6º - Intercooperação; e 7º - Interesse pela comunidade.

Em 1995 a Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester, na Inglaterra, reformulou os princípios, que passaram a ter a seguinte redação (FRANTZ, 2012 e OCB, 2013):

1º - Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, ou discriminações sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º - Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam

democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão, além de destinar os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- i) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível;
- ii) benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e
- iii) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão maior força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Os sete Princípios do Cooperativismo são muito importantes para o desenvolvimento e consolidação do sistema cooperativista. Nesta pesquisa serão utilizados com maior profundidade o quinto e o sétimo princípio, por atenderem melhor aos objetivos propostos nesta pesquisa. O quinto princípio que trata da Educação, Formação e Informação vem de encontro ao próprio Programa de Pós-Graduação na área da Educação; o sétimo princípio, que trata do Interesse pela Comunidade, será abordado no próximo item e também foi escolhido pela ligação com a área de pesquisa em Psicologia Social Comunitária.

5.1 Quinto Princípio – Educação, Formação e Informação

O Quinto Princípio do Cooperativismo trata da “**Educação, formação e informação**”, e defende que as cooperativas promovam a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores. A finalidade é que os cooperados possam, posteriormente, contribuir para o desenvolvimento de suas cooperativas, ao mesmo tempo em que assimilam os conhecimentos a respeito da natureza e vantagens da cooperação. Este princípio fundamenta-se na educação formal e não formal. A educação formal é ministrada nas escolas, que são instituições regulamentadas por lei, que emitem diplomas e são organizadas de acordo com as diretrizes nacionais; na educação formal, geralmente os ambientes são definidos previamente e seguem regras e padrões comportamentais para tal atividade, e um projeto político pedagógico que tem a presença dos professores. A educação não formal pode ser caracterizada como qualquer tentativa educacional; é também organizada e sistemática e, normalmente, se realiza fora dos ambientes tradicionais do sistema formal de ensino (FRANTZ, 2012).

Para Libaneo (1994, p.17), a educação proporciona aos indivíduos “[...] conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no

meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.” A educação, seja ela formal ou informal, procura repassar e proporcionar aos indivíduos conhecimentos e comportamentos que os tornem aptos a atuarem em todas as áreas da sociedade.

A prática educativa em nossa sociedade, através do processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimento e habilidades, deve ter em vista a preparação de crianças e jovens para uma compreensão mais ampla da realidade social, para que essas crianças e jovens se tornem agentes ativos de transformação dessa realidade. (LIBANEO, 1994, p.151)

Para um melhor entendimento de educação formal e não formal, serão apresentados alguns conceitos e posicionamentos de alguns autores sobre o tema.

Educação Formal

De acordo com Gandin (1995), a educação formal escolar possui três objetivos básicos: a formação da pessoa humana, o desenvolvimento da ciência e o domínio da técnica. Estas três características são indispensáveis para que o homem consiga se inserir numa sociedade e viver de acordo com as regras desta sociedade, e estão ligadas às necessidades humanas mais fundamentais:

[...] a ciência é o meio indispensável para compreender a realidade, a técnica é utilizada para transformar essa realidade, visando o bem estar, e a formação é entendida aqui como elemento básico na realização da identidade das pessoas e

dos grupos, incluindo a própria utilização da ciência e da técnica. GANDIN (1995, p.96)

Para Gohn (2006, p.28) “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados”.

Os resultados esperados na educação formal baseiam-se em uma aprendizagem efetiva, com emissão de diplomas, certificados e títulos, capacitando os indivíduos para um melhor posicionamento na vida.

Como nos diz Brandão (1986, p. 26-27),

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor. Mesmo em algumas sociedades primitivas, quando o trabalho que produz os bens e quando o poder que reproduz a ordem são divididos e começam a gerar hierarquias sociais, também o saber comum da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a diferença, no lugar de um saber anterior, que afirmava a comunidade.

Educação Não Formal

Gadotti (2005) apresenta uma conceituação de educação não formal:

A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.2)

Gohn (2006) também conceitua educação informal e não formal,

a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados, e a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (p.28)

As ex-cooperadas, desde o início de formação da Cooperativa, receberam educação formal e não formal, por meio de vários cursos, treinamentos, palestras e viagens técnicas. Estas atividades sempre estavam ligadas a várias entidades: UNICENTRO, SENAI e SEBRAE.

Já trabalhava com costura há muito tempo. Nois tivemos curso pelo SEBRAE. Fizemo três meses de curso para começar a trabalhar na Cooperativa. Já costurava em casa com uniforme escolar. (Acácia)

Para Brandão (1986), a educação não formal apresenta significados específicos, pois está relacionada com um processo livre de transmissão de certos saberes e conhecimentos, como o jeito de falar de um determinado grupo, as tradições culturais, as atitudes comportamentais, entre outros, como

acontece no sistema cooperativista. Na fala de Orquídea percebe-se bem as colocações do autor: “né, a Professora Margarida vinha, dava aquelas palestras, incentivava a gente, a gente se sentia né, num digo preparada, mais se sentia incentivada.”

Na educação não formal os objetivos estão canalizados para a socialização dos indivíduos, buscando desenvolver novos hábitos, atitudes, comportamentos, modo de pensar e de se expressar no uso da linguagem, de modo a capacitá-los para se tornarem cidadãos, proporcionando conhecimento e ampliando suas relações com o mundo, muitas vezes no campo da formação política e sociocultural. Neste caso, é um processo que vai sendo construído ao longo do tempo, dentro de um processo interativo, voltado aos interesses e necessidades dos indivíduos. “*Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais.*” (GOHN, 2006, p.29)

Os seres humanos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de suas vidas. Os conteúdos desse processo educativo são, por isso mesmo, ora mais técnicos, ora mais políticos. (FRANTZ, 2012, p.28)

Tudo que foi ensinado às cooperadas sempre levou em conta uma melhor compreensão delas em relação ao sistema cooperativista, além de ter como objetivo mudar o perfil destas mulheres, buscando conhecimento e aprendizado para que estas ferramentas pudessem mudar o dia a dia delas e de seu ambiente.

A educação é um processo que se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais, as quais ocorrem nos mais diferentes espaços da vida humana: no trabalho, nos grupos sociais, nos movimentos sociais, na família, na escola, na

igreja, no partido político, no sindicato e na cooperativa. É um fenômeno que contém aspectos técnicos, políticos e culturais. (FRANTZ, 2012, p.50)

De acordo com o depoimento de Petúnia, percebe-se o entendimento dela com o recebimento do aprendizado; esta ex-cooperada, entre as seis entrevistadas, pouco sabia sobre costura. Ela aprendeu a costurar na máquina reta, na máquina overlock, a pregar botão, fazer corte de tecido e tudo o mais que precisasse ser feito e, se não soubesse, procurava alguém para ensiná-la.

Por isso eu me interessei, porque agora chegou a minha vez, agora eu vô consegui dá um andamento pro que eu aprendi né. Daí nois tivemo curso de costureira, daí foi de 200 horas de curso, eu aproveitei muito bem tudo, o que eu aprendi lá né. Faço camiseta, faço calça, uniforme escolar, tudo o que eu aprendi lá embaixo eu consigo passa agora passa sozinha né. (Petúnia)

A educação não formal é menos hierárquica e com menos burocracia. Os programas desenvolvidos na educação não formal muitas vezes não seguem um padrão sequencial ou hierárquico de progressão, sua duração é variável e emitem certificados de aprendizagem ou não, além de não estarem sujeitos a leis específicas como a educação formal está.

A educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. (GOHN, 2006, p.30)

Em contrapartida, na educação não formal os ambientes utilizados são construídos coletivamente, não necessariamente adequados, mas são os que estão disponíveis e acessíveis para tais atividades. São locais condizentes com as trajetórias de vida dos indivíduos, longe da escola, em locais informais, embora sejam locais que estão referenciados a um indivíduo específico, seja pela idade, sexo, nacionalidade, localidade, religião, ou outros modos. Tais locais apresentam uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou de troca de saberes (GOHN, 2006). As atividades de aprendizado e conhecimento dirigidas às ex-cooperadas foram realizadas na sede da Cooperativa e outras vezes no prédio central da UNICENTRO, no Bairro Santa Cruz. O curso de costura foi ministrado no SENAI. Esta alternância de lugares de aprendizado foi intencional, no sentido de elas poderem frequentar outros ambientes. Resgatando uma fala de Gadotti (2005, p.3) *“Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente.”*

Para Gadotti (2005), toda educação é, de certa forma, educação formal, mesmo sendo ministrada em espaços ou ambientes diferenciados, seguindo uma regularidade ou não. Exemplo de espaços utilizados para a educação não formal: as organizações não governamentais (ONGs), as entidades religiosas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, entidades de classe, entre outros. O autor ainda destaca que o tempo da aprendizagem na educação não formal é mais flexível, e as diferenças e as capacidades de cada um são respeitadas.

A gente já tinha prática do curso que nois aprendemo no SEBRAE, ah! no SENAI ah! É tudo a mesma coisa.
Era muito caro o curso a Margarida conseguiu pra nois e foi muito bom. Eu já tinha feito um curso o mesmo só que com outra professora, né mais daí surgiu esse que aprendi muita coisa. (Acácia)

Na educação não formal, os resultados somente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, que orienta sua forma de pensar e de agir espontaneamente.

A ex-cooperada Acácia, considerada por todas as entrevistadas a melhor costureira, com anos de prática, principalmente com uniformes escolares, diz que aprendeu muito e aprimorou seus conhecimentos confeccionando uniformes industriais, o carro chefe da produção da COCBIX.

Ah! depois dos cursos melhorou bastante. Ah! Eu sabia fazê bastante coisa... ih! Eu já costurava bem antes do que a Cooperativa. (Acácia)

Segundo Gohn (1999), a educação não formal pode ser um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciado, muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A educação comunitária está relacionada ao compartilhamento e à divisão, e foi o que aconteceu com as ex-cooperadas, o que pode ser comprovado pela seguinte fala: *“eu aprendi assim que as pessoas trabalhando junto, unido né, elas vão longe né, se tiver união né, porque se não for unido não vai prá frente.”* (Violeta)

A ex-cooperada Jasmin acredita que esse tipo de sistema (cooperativista) dá mais oportunidade para as pessoas, o que a faz se sentir motivada em trabalhar com muitas pessoas, pois ao mesmo tempo em que aprende, ensina. Tem-se aqui a questão do compartilhamento e da divisão.

Ainda de acordo com Gohn (2006), a educação não formal apresenta algumas características que podem promover processos planejados de ações coletivas grupais: o aprendizado das diferenças. Aprende-se a

conviver com os demais; socializa-se o respeito mútuo, a adaptação do grupo a diferentes culturas, o reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, além de trabalhar o “estranhamento”, a construção da identidade coletiva de um grupo, e o balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente.

O conhecimento serve primeiramente para nos conhecermos melhor, a nós mesmos e a todas as nossas circunstâncias. Serve para conhecermos o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do trabalho; serve para tomarmos parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreendermos o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicarmos, para comunicarmos o que conhecemos, para conhecermos melhor o que já conhecemos e para continuarmos aprendendo. (GADOTTI, 2005, p.4)

Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da cidade (apenas para definir um cenário da educação não formal) é marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. São múltiplos os espaços da educação não formal. Além das próprias escolas (nas quais pode ser oferecida educação não formal) temos as organizações não governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, entre outros. Na educação não formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um. Uma das características da educação não formal é sua flexibilidade, tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços (GADOTTI, 2005).

Depreende-se então que a educação não formal pode ser aquela que tem lugar mediante procedimentos ou instâncias que rompem com algumas determinações que caracterizam a escola, como o espaço próprio, o calendário escolar, os horários pré definidos, a separação aluno/professor, os planos de estudos, o projeto político pedagógico, e os métodos avaliativos. O sistema educacional nem sempre conseguiu resolver de maneira satisfatória sua relação com o mundo do trabalho, e é neste meio que a educação não formal vai se consolidando e aproveitando estas lacunas para se inserir no mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores de maneira mais pontual, como no caso das ex-cooperadas, que receberam educação não formal para melhorem sua capacidade de trabalho, mas também receberam educação formal por instituições voltadas à área educativa, como o SENAI e o SEBRAE.

Na educação não formal, os conteúdos, as habilidades, as competências e as destrezas geradas não fazem parte do sistema educacional graduado. Não se supõe alcançar um título, grau ou nível oficial, ou seja, são cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento e não necessariamente de melhoramento educacional formal, por meio de títulos e diplomas. Porém, são tão importantes e válidos quanto a educação formal, pois atendem interesses diferenciados e pessoas diversas.

5.1.1 Educação Cooperativa

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros e de todos que estão envolvidos no sistema cooperativista, com a intenção de que estas pessoas possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.

As novas **tecnologias da informação** criaram *novos espaços do conhecimento*. Agora, além da escola, também a empresa,

o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, podendo, de lá, acessar o **ciberespaço da formação** e da aprendizagem a distância, buscar fora das escolas a informação disponível nas redes de computadores interligados, serviços que respondem às suas demandas pessoais de conhecimento. Por outro lado, a **sociedade civil** (ONGs, associações, sindicatos, igrejas...) está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos. (GADOTTI, 2005, p. 3)

Baseada na educação não formal, há a educação cooperativa que, segundo Frantz (2001, 2012), pode ser um instrumento de libertação humana e de comprometimento social, no qual as mudanças de vida podem acontecer, pois quando o sujeito detém o saber, pode também deter o poder. A educação cooperativa provoca o desenvolvimento e o enriquecimento de um processo social dinâmico, integrando sujeitos e a coletividade.

Esta colocação de Frantz (2001) assemelha-se aos objetivos propostos pelo Projeto Sem Fronteiras: desenvolver a conscientização da importância do trabalho cooperativo entre os interessados; assessorar a implantação da Cooperativa, nos aspectos econômicos, jurídicos, contábeis e administrativos; coordenar a qualificação dos cooperados na gestão econômica e empresarial da Cooperativa, entre outros objetivos (DALLA VECCHIA, 2011). Há de se notar, nas entrelinhas dos objetivos propostos, outros objetivos, que estão norteados na busca de uma transformação social e econômica de uma determinada coletividade. Estes objetivos dizem respeito às transformações que podem ou que foram atingidos pelas cooperadas. Estas entrelinhas falam sobre as mudanças de comportamento, sobre novos conhecimentos e aprendizados, sobre a convivência, o conhecimento de novos lugares, novas cidades e pessoas.

A educação cooperativa está voltada para a construção de saberes através de práticas de trabalho dentro dos empreendimentos cooperativos,

além de incentivar o lastro doutrinário e filosófico dentro do movimento cooperativista.

Nós fizemos um curso de cooperativismo.
Quando eu entrei e daí que eles deram este curso prá nós, nós sabia que tudo ali, nada era de ninguém, era de todo mundo. (Orquídea)

Quando a Cooperativa começou a ser construída, poucas pessoas sabiam o que era uma Cooperativa, muito menos o que era o sistema cooperativista. A primeira providência que a equipe do Projeto tomou foi a elaboração e aplicação de um curso sobre cooperativismo. Este curso feito pelas cooperadas trouxe todo o conhecimento que elas não tinham sobre o sistema cooperativista. No início elas acharam que uma Cooperativa era como uma empresa, ou, quando muito, uma “comunidade”, e que o trabalho era coletivo, além de pensarem que receberiam salários, décimo terceiro, férias e demais benefícios sociais.

Não, aí eu não sabia foi tudo pelo Projeto, foi treinada, a gente tinha uma ideia que assim né, a gente trabalha unida era melhor, se juntar a força e a concorrência. (Camélia)

Não, nem fazia ideia. Daí nós fomos, eu fui convidada né, prá fazer o curso, daí entremo trabalha. Mais eu não tinha ideia, só ouvia falar, mas não tinha ideia nenhuma. (Orquídea)

Não, eu achava assim que ser cooperada era sei mais uma comunidade né, tipo uma comunidade né, que as pessoas iam se ajudando um ao outro, não sabia assim direito o que era isso o que existia lá dentro. (Petúnia)

Para Veronese (2009), a educação não formal ministrada nas cooperativas provoca um desenvolvimento institucional a todos os envolvidos, e muitas vezes conduzem estes mesmos sujeitos para a educação formal, como foi o caso de duas das entrevistadas, Jasmin e Petúnia, que fizeram o ensino médio durante o período em que estavam na Cooperativa.

“[...] porque eu tinha aula né, daí eu estudava na Primavera ali, fiz o CEBEJA ali, mais quando eu quando eu terminei depois de 2010 que eu terminei minhas horas de aula lá.” (Petúnia)

As cooperativas podem ser importantes espaços de aprendizagem para o enfrentamento das adversidades promovidas pelas transformações no mundo do trabalho (FRANTZ, 2001). Mesmo com o fechamento da Cooperativa, o aprendizado e os conhecimentos adquiridos pelas mulheres não estão perdidos. *“Mas só aprendemos quando nos envolvemos profundamente naquilo que aprendemos, quando o que estamos aprendendo tem **sentido para as nossas vidas.**”* (GADOTTI, 2005, p.3)

A educação cooperativa é um dos pontos fundamentais de sustentação do cooperativismo, pois não somente está ligada à questão teórica do aprendizado, mas sim à reunião de pessoas dentro do processo de cooperação, tendo um enfoque participativo e democrático (BAIOTO, 2008). Esta questão democrática proporcionada pelo cooperativismo pode ser observada na fala da Jasmin:

Ah! sei lá porque dá mais oportunidade pra aquela pessoa né, ali tinha pessoas que não sabiam costurá, né? E seria uma oportunidade dessas pessoas que não sabem, que não sabiam terem aprendido.

A gente vê, né quantas cooperativas que dá certo que começa, que nem diz do nada e fica assim grande né, tem umas de

botão, nossa tem bastante, a gente vê na internet né, então.
(Jasmin)

Pretende-se mudar o comportamento do agente da cooperação, no sentido de transformar o perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado bem informado, solidário, motivado e participativo (SCHNEIDER, 2003, p. 13 e 14).

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. (SCHNEIDER, 2003, p. 13)

Com esta abordagem feita por Schneider (2003), verificou-se que a equipe do Projeto centrou seus esforços em passar o máximo de conhecimento às cooperadas, como otimizar o relacionamento interpessoal no processo produtivo e com os fornecedores e clientes; aprimorar e diversificar a produção das confecções; treiná-las com a finalidade de ampliar o mercado; preparar as cooperadas para leitura e compreensão dos relatórios contábeis e documentos em geral; dar condições às cooperadas de elaborar planilhas de custos e receitas com finalidade de acompanhar suas atividades; preparar as cooperadas para que realizassem orçamentos e cotações que garantissem a eficiência econômica da cooperativa (DALLA VECCHIA, 2013).

Para Schneider (2003), o valor social da educação cooperativa é imprescindível para o movimento da cooperação, além de todos os atores envolvidos no processo cooperativo estejam presentes e também chamem

agentes externos para participarem, como outras entidades, classes, instituições de ensino, entre outras.

De acordo com Culti (2006), a educação cooperativa é um processo pedagógico complexo, criativo, coletivo e que pode modificar a realidade de determinados sujeitos, pois envolve atividades de cunho técnico e social.

Como vivemos num mundo um tanto quanto individualista, os indivíduos não sabem muitas vezes trabalhar no coletivo e para o coletivo, sendo então necessária a educação cooperativista para aprenderem a cooperar entre si (FACHINETTO, 2010). Produzir de maneira cooperativa exige conhecimento e clareza de todo o processo produtivo, bem como de suas ações individuais para proporcionar bem estar ao coletivo. A função das cooperativas não deve estar somente direcionada às questões econômicas, ou seja, estar mais interessada no mercado de produção, do que nos interesses e mudanças necessárias pelas quais os cooperados devem passar. Questões como autonomia, liberdade, emancipação social, compromisso com a coletividade, gestão democrática e aprendizagem, sem educação, seja informal ou formal, nada são.

Para Freitas (1996), tanto a cultura como a educação podem ser entendidas como instrumentos que podem ser utilizados para auxiliar nos processos de conscientização da população.

E, de acordo com Freire (2000), a educação deve proporcionar contextos formativos que sejam adequados para que os educandos possam se fazer autônomos, pois a autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de ação. "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela" (FREIRE, 1983, p.32). O autor ainda destaca que a libertação não se faz com homens e mulheres passivos, é necessária conscientização e intervenção no mundo. A autonomia exige um homem consciente e ativo, por isso o homem passivo é contrário ao homem autônomo. A autonomia é conquistada aos poucos, é um processo que

consiste no amadurecimento do ser para si, por isso a educação deve possibilitar experiências que estimulem as decisões e a responsabilidade. E este processo de formação educativa acontece ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática.

5.2 Sétimo Princípio – Interesse pela Comunidade

O Sétimo Princípio trata do **Interesse pela Comunidade**. As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, do seu bairro, por meio de atitudes políticas, ou projetos e associações, todos aprovados pelos membros participantes.

Ao final da década de 40 e início dos anos 50 a expressão trabalhos em comunidade aparece no seio das mudanças acontecidas no terreno produtivo, quando o país estava saindo do modelo agropecuário e ingressando no agroindustrial. Nessa década 50, no período do chamado desenvolvimentismo, em diversas cidades são realizados trabalhos, de caráter social, junto aos setores mais desfavorecidos da população [...]. (FREITAS, 1996, p.65)

Nesse sentido, a COCBIX foi formada de modo a buscar melhorias para a comunidade, visando a aproximação e a colaboração das mulheres em torno de um objetivo comum. Quando a Associação de Moradores procurou a UNICENTRO, seu interesse era buscar emprego e renda para a população, na tentativa de auxiliar a comunidade e talvez transformá-la, tanto social como economicamente.

No instrumento de pesquisa utilizado para conhecer as opiniões das ex-cooperadas, foram feitas perguntas sobre questões ligadas à comunidade.

Perguntou-se se a formação de uma cooperativa ou de uma associação pode mudar a vida de uma comunidade. Todas as entrevistadas afirmaram que a formação de uma associação, cooperativa ou qualquer projeto que possa proporcionar situações melhores à comunidade são bem vindas, e sim, pode transformar a realidade em que vivem. Porém, em decorrência do pouco tempo de existência da Cooperativa no bairro, nada mudou. As transformações que poderiam ocorrer para beneficiar toda a comunidade nunca aconteceram, por vários motivos, mas principalmente pelo fechamento precoce da COCBIX.

Para Montero (1984, p.397),

A Psicologia Comunitária se apresenta então como uma via de interação, geradora de tecnologia social, cujo objetivo é lograr a autogestão para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato.

Esta mesma autora define, ainda, a Psicologia Social Comunitária, afirmando que esta disciplina constitui a

área da psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social, para solucionar problemas que os afetam e lograr mudanças nestes ambientes e na estrutura social". Seus princípios básicos são os de: 1) união entre teoria e prática; 2) transformação social como meta; 3) poder e controle dentro da comunidade; 4) conscientização e socialização; 5) autogestão e participação (MONTERO, 1983, p.16).

Mesmo que ideias e projetos sejam implantados na comunidade, é fundamental a participação de todos, senão nada poderá acontecer. Violeta

salienta que “*é importante né, a união das pessoas que nem diz a ‘união faz a força’, né?*”

Pode sim. Se for uma Associação ou uma Cooperativa organizadinha com esta união que eu falo que tem que ter, todo mundo trabalhando junto ali é que nem música, pode trabalhar nem em vários tons diferentes de voz, mais numa sintonia só, tudo voltado prá aquela coisa ali.

Você pode fazer várias coisas dentro dali da Coop. e no final você unir ali, muda totalmente uma comunidade pode trazer muito benefício. (Camélia)

Para Orquídea, a sua visão sobre uma Cooperativa ou uma Associação no bairro agrega pessoas para um trabalho, levando em consideração a falta de emprego e salário e as dificuldades para sustentar a família; tem ainda em uma visão de coletividade, de compartilhamento, que muitos enfrentam dificuldades e que todos podem ser beneficiados.

Para Campos (1999), são centrais, nessa prática, processos de conscientização. Para isso, busca-se trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua história, conscientes das determinantes sociopolíticas de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados.

A concretização destas transformações dependem de inúmeras etapas a serem vencidas junto à comunidade e com a comunidade. Nesta direção, Freitas (2007:60) sugere que:

A primeira destas tarefas é que os trabalhos e práticas comunitárias, assim como os enfrentamentos por uma busca de soluções dignas e adequadas, só têm sentido se fortalecerem as dinâmicas e processos comunitários, e se possuírem uma perspectiva de libertação e superação das formas de opressão e exploração, com vistas á transformação social. A segunda tarefa que, hoje, cada vez mais aparece

como urgente em diferentes lugares e situações, refere-se a “o quê fazer” para voltarmos a semear, construir e fortalecer valores básicos e fundamentais de convivência humana — como uma convivência digna, solidária e compartilhada.

Petúnia afirma que uma Cooperativa pode transformar o bairro. Segundo ela, quando a Cooperativa começou suas primeiras atividades “ [...] *muita gente que viu ela com bons olhos, tipo é mais uma empresa que veio pro nosso bairro.*” As pessoas criaram expectativas quanto a um futuro promissor da COCBIX, pois muitos projetos já foram iniciados lá sem terem frutificado. Ainda diz que as pessoas não cooperam, não participam destes projetos ou atividades e que isso compromete o andamento e a manutenção deles. Destaca bem a importância da participação do coletivo em projetos e trabalhos desenvolvidos na comunidade.

Então quando chegô a Cooperativa aí eu pensei ai meu Deus agora vai, chegou uma coisa boa né, aí esparramemo panfleto por tudo quanto é canto, eu vestia a camiseta e saia muito faceira, fomo né, naquela romaria da mulher, né. na Primavera, fizemo camiseta, fizemo os lencinhos, eu fui muito chique né, com os lencinhos, mostrando que eu sou participante de uma Cooperativa. A gente era assim muito bem vista sabe, aí aquelas ali são as mulher da Cooperativa, tiramo foto, tudo, com a Verbena e tudo aquela coisa.

Esta fala de Petúnia centraliza a questão de pertencimento, de pertencer a algum lugar, de poder ser referenciada, ligada a algo e a satisfação ligada a este sentimento.

Outro ponto percebido nas entrevistas é sobre a interação que elas tiveram com a equipe do Projeto Sem Fronteiras. Petúnia destaca tal interação, o conhecimento travado foi muito importante. Diz que mesmo a equipe sendo

mais qualificada, em relação à educação e ao trabalho que desenvolvem, elas eram tratadas de igual para igual.

[...] eu me sentia que eu era no mesmo nível dela, contudo a sabedoria dela ser maior, mais ela me tratava assim como, eu sentia assim que ela era uma pessoa normal prá mim né.
(Petúnia)

Esta interação ficou bem evidenciada com a viagem técnica que fizeram para Cianorte e Londrina,

[...] a gente se sentiu muito bem sendo acompanhada pelas mulher lá, fomo visita lá a Morena Rosa lá, aquela lá loja nós tava no pique da alta, os shopping tudo né, foi como diz foi por esse intermédio que a gente conseguiu conhecer lugares, né.”
(Petúnia)

Fomo, eu fui num evento, até fui eu e a Cravo até prá Londrina, lá a gente viu as coisas cooperativa, como funcionava assim sabe e a gente veio assim com a vontade com aquele entusiasmo que tudo desse certo. (Acácia)

Pode-se dizer também que a autoestima delas foi melhorada, motivada por várias razões, como o pertencimento a algum lugar, a interação com a equipe do Projeto e a valorização das pessoas. Petúnia destaca muito esta questão da valorização da pessoa, da sua pessoa, que o Projeto lhe proporcionou, melhorando a sua autoestima, e que com essas atividades externas (as viagens técnicas) a Cooperativa e o relacionamento com a equipe do Projeto foi muito válida.

[...] gente no dia né, se sentiu muito importante né, fui almoça no shopping né, todo mundo junto com a gente. Não querendo né, que nem pisa em cima das outras, mais a gente se sentiu... se valorizou né, conhecimento que entrou tudo, que ninguém tira mais, né? (Petúnia)

Sobre se algo mudou na comunidade após a fundação e o encerramento da Cooperativa, as ex-cooperadas avaliaram que não houve tempo para isso ocorrer. O tempo de duração foi pequeno e a falta de sucesso do empreendimento também comprometeu essa possibilidade. Para a Violeta “*não. Pois olha sei lá, se foi acho no meu ver não teve uma divulgação bem né, porque as pessoas nem comentaram né, não comentaram nem nada, não conheciam, né.*”

Camélia diz que as pessoas conheciam a Cooperativa como apenas um grupo de trabalho formado por mulheres, mas que não sabiam do dia a dia das atividades delas lá dentro. Petúnia acredita que faltou participação da comunidade no empreendimento, que não foi solidária nas questões desenvolvidas nela própria (a comunidade), e que houve sólida preferência dos empreendimentos de fora da comunidade, em detrimento dos empreendimentos criados no próprio bairro.

[...] porque eu acho que aqui falta muita compreensão do povo né, que ajudou a fechá, porque de repente não deram a devida bem-vinda pra a Cooperativa levando as coisas né, as coisas pra faze, né.

Então eu acho assim que o bairro que não ajudou muito, quando veio, eles deviam lá incentiva pra subi né, mais não foi isso que aconteceu e então quando caiu foi pior aí foi quase ninguém fala mais, né.

[...] mais o povo não soube valorizá, o valor devido não foi dado. (Petúnia)

As pessoas de modo geral sempre colocam algum tipo de resistência quando algo novo surge. Algumas vezes por não entenderem o processo, como no caso citado pela Camélia, quando fala que as pessoas não conheciam ou não sabiam das atividades da Cooperativa, e no caso da Petúnia, que disse que a comunidade não prestigia o seu próprio bairro.

De acordo com Freitas (1999, p.73), a Psicologia Social Comunitária utiliza-se do enquadre teórico da Psicologia Social, *“privilegiando o trabalho com grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos.”*

Quanto à parte de trabalhar com e para a comunidade, as entrevistadas afirmaram estar sempre presentes nas atividades desenvolvidas no bairro; a comunidade conta com elas em suas diversas atividades. *“Ah! eu faço parte da comunidade, adoro aquilo!”* (Camélia)

Trabalho. Eu gosto, eu acho muito importante, como eu gosto! Eu sou coordenadora da Terceira Idade, toda semana a gente se reúne, se encontra ali né é tão bom o dia que tem festa, a gente tá tudo trabalhando ali na Paróquia São Pedro. (Acácia)

Acho importante, que a comunidade é o bairro que você mora, mesmo você querendo ou não querendo você faz parte, você mora ali, quem não vai cuidar do que é seu, né? Então a comunidade é nossa, então todo mundo tem que ajudá a cuidá. Eu acho muito importante a gente participá da comunidade, ou de um jeito ou do outro você tem que participá das reunião, das votação né. (Orquídea)

Cinco das entrevistadas disseram que participam ativamente de atividades ou ações comunitárias, principalmente aquelas relacionadas com a Igreja Católica, com a Associação de Moradores e com a Prefeitura Municipal.

Eu me envolvo no que tiver, eu estou envolvida. Eu trabalho na comunidade, na Igreja, eu trabalho nas barraquinhas quando tem festa eu to ali, eu sô a fazedera de quentão, então eu sempre to direto ali na frente ajudando até o final, do começo ao fim.

Tive no clube de mais durante 8 anos, eu fui coordenadora do grupo de mães. Sempre ajudei né, continuo né. (Violeta)

Agora eu tô participando do movimento das mulheres né?

É um movimento das mulheres do bairro, é em conjunto com a Primavera e com o Morro Alto né, é tipo assim leva ao conhecimento pras pessoas, é aquelas mulheres que tão precisando assim de ajuda, é psicológica, é tipo assim uma ajuda assim que vai ajuda a pessoa a enxerga melhor as coisas, porque tem muitas mulheres que tão sendo discriminadas, porque o marido bate, porque o marido bebe, elas não sabem como reagi, não sabem às vezes os direitos que elas tem hoje. (Petúnia)

Foi feita uma última pergunta às entrevistas: “o que espera do futuro?”

Espero que melhore o nosso bairro!

Prá mim não adianta, eu quero que melhore o nosso bairro, quero muita coisa, que venha prá nós, que nem é prá vir os aparelhos prá Terceira Idade, eu espero que venha.

E agora com o novos diretores que entraram agora na Associação, tão trabalhando e espero que melhore o nosso bairro e tá melhorando e até o asfalto já arrumaram aí, tem o espaço cidadão. (Acácia)

As outras entrevistadas disseram esperar do futuro que sua vida profissional melhore, e ainda acalentam alguns sonhos.

Ah! não sou muito assim de futuro, eu gosto mais do presente, mesmo eu gosto de fazer hoje é vê resultado, claro que a gente pensa no futuro né, ali daqui um ano mais ou menos, sair desta salinha, por a minha malharia sozinha. Eu já estou trabalhando prá isso, prá abir minha lojinha e tal é uma coisa futura. Colocar mesmo lugar, no bairro. Do bairro eu não saio, sou costureira exclusiva daqui, prá melhor aqui a gente sempre tá buscando coisas novas, melhorando. (Camélia)

Ai eu espero muito do futuro ainda, quero muitas boas coisas do futuro. Eu penso assim, que eu nem comecei a viver ainda (risos), porque eu tenho tanta coisa, tanta coisa assim, vontade de vive que sabe, que a minha vontade é maior do que o meu ser, que eu acho que eu não envelheci sabe, eu a minha idade, eu acho ainda que eu tenho tipo uns 20, 25 anos, que eu tenho um monte de coisa pra fazê ainda. (Petúnia)

Eu do futuro espero muita coisa. Eu quero ainda montá uma loja, nem que seja de costura mesmo. De roupa assim, fabricá sei lá, porque lá onde eu trabalho eles terceirizam sabe, eu imagino assim tanto que quando nós trabalhava na Coop. eu fui em vários lugar prá ver se eles terceirizavam, mais daí ninguém quis, porque dava muito problema e agora tipo agora falta costureira assim prá terceirizá sabe. (Jasmin)

As entrevistadas percebem bem a importância de estarem inseridas em uma comunidade e quanto faz bem ao coletivo estarem envolvidas com as questões do outro e poderem compartilhar, ajudar. Todas sempre afirmaram gostar de pessoas, de estar entre elas, da união, do compartilhamento, do pertencimento a algum lugar. Até mesmo quando falam do que esperam do futuro, que deveria ser para elas, elas pensam no outro, na coletividade, na comunidade.

O resultado de todas as entrevistas feitas, seja das ex-cooperadas, seja das professoras do projeto, endossaram muito a questão do sistema

cooperativista como uma alternativa de emprego e renda. O cooperativismo na sua essência busca o conjunto, a coletividade, a união de pessoas, o compartilhamento, o pertencimento a algum lugar. Promove sob vários aspectos o aprendizado e o conhecimento de maneira igual para todos, é um aproximador de pessoas com interesses comuns.

O Projeto Sem Fronteiras tinha uma proposta interessante e promissora para aquela coletividade, o Bairro do Xarquinho. Esforços humanos foram canalizados à execução deste Projeto, mas, em virtude de vários fatores já descritos, ainda assim houve o fechamento da COCBIX.

Acredita-se que lições foram deixadas com esta parceria, tanto quanto do que fazer como do que não fazer, ou seja, aprender a não repetir os erros cometidos. Tantos foram os fatores que culminaram o fechamento da Cooperativa, mas a questão de que talvez tenha faltado uma maior aproximação das cooperadas com outros profissionais foi um dos principais motivos. Pelo Projeto Sem Fronteiras, os profissionais envolvidos eram das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, economistas, administradores e contadores. Uma das professoras entrevistadas destacou que sentiu falta de uma assistente social no andamento e desenvolvimento do Projeto. Quem sabe se o Projeto tivesse envolvido profissionais das áreas das Ciências Humanas, um pedagogo ou um psicólogo, o enfoque teria se direcionado para outro caminho, destacando outros tipos de conhecimento e outras reflexões.

Percebe-se pelas entrevistas que, mesmo em decorrência do fechamento da Cooperativa, as mulheres se sentiram valorizadas e com autoestima elevada, pois perceberam sua importância no contexto de trabalho. Gostavam de participar do dia a dia da Cooperativa; tinham um motivo a mais se levantarem todas as manhãs, aprenderam coisas novas, compartilharam conhecimento e aprendizagem com as outras mulheres. Elas percebiam e valorizavam a questão do pertencimento, de pertencerem a algo, de estarem ligadas à alguma coisa. O trabalho em grupo deve auxiliar na formação de uma consciência crítica e na busca por uma identidade social; talvez aqui também tenha falhado a questão da consciência crítica que deveria ter sido formada, ou a ajuda da equipe do Projeto Sem Fronteiras.

O Projeto cumpriu com os seus objetivos de auxiliar na abertura da Cooperativa, no seu desenvolvimento e no seu crescimento, de várias maneiras. As mulheres se sentiam ligadas à Cooperativa, faziam seu trabalho, tinham clientes, tinham condições de fazer a produção. Mesmo assim, fica a pergunta: por que a COCBIX encerrou suas atividades? É uma pergunta difícil de ser respondida; aparentemente, tinham todas as condições, mas alguma coisa faltou para que o negócio tivesse sucesso. Não se pode afirmar, também, que não alcançaram o sucesso, pois tinham clientes, produção, espaço físico e apoio do Projeto, apesar de não receberem pelo trabalho executado. Em que ponto este sucesso resultou em fracasso? Pode se afirmar que os mesmos fatores positivos que alcançaram o sucesso também causaram o fracasso da Cooperativa, o que não equivale a dizer que o empreendimento foi um equívoco, pois tudo o que foi feito, seja bom ou ruim, teve seu resultado, seu aprendizado, além de ter promovido certo conhecimento. Dessa forma, fica evidente a ocorrência de perdas, assim como de ganhos, em especial para as ex-cooperadas, como já anteriormente mencionado. As entrevistadas não demonstraram pelas entrevistas grandes expectativas quanto à Cooperativa: transpareceu mais à pesquisadora um lugar para ocuparem seu tempo, aprenderem coisas novas e obterem um ganho econômico. Com certeza não esperavam que precisassem muito mais do que isto para fazer a Cooperativa funcionar, pois eram apenas costureiras, e não empresárias.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta tese se iniciou com a proposta de se fazer um estudo sobre as ex-cooperadas, que permitisse investigar a trajetória laboral de mulheres que fizeram parte da COCBIX.

Vários foram os momentos e etapas que compuseram este trabalho. Num primeiro momento foi feita uma caracterização das mudanças ocorridas nas últimas décadas (a partir de 1970) no mercado de trabalho, notadamente no Brasil a partir da década de 1990. Nesta década, a Economia Solidária foi se fortalecendo e se tornando uma alternativa às mudanças no mercado de trabalho, proporcionando geração de renda e emprego, auxiliando e integrando muitos homens e mulheres no mercado de trabalho.

O último mapeamento sobre o desempenho dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES apontou que a maior parte dos empreendimentos, num total de 19.708 estão organizados sob a forma de associações (60,0%), seguido pelos grupos informais (30,5%), cooperativas (8,8%), sociedades mercantis (0,6%) e outras formas (2,0%). O grau de formalização dos EES é de praticamente 70%, pois 30,5% dos mesmos declaram que atuam como grupos informais. As atividades coletivas mais frequentes são a produção (56,2%), a comercialização (13,3%), e outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%). (SENAES, 2013)

Nesta pesquisa foram escolhidas as Cooperativas dentre os Empreendimentos Econômicos Solidários para serem estudadas, mais precisamente a Cooperativa de Costureiras do Bairro Industrial do Xarquinho – COCBIX em Guarapuava no Paraná.

Mesmo sem a COCBIX estar formalmente ligada à Economia Solidária, ela se enquadra na Economia Solidária por preencher certas características como a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade.

Apresentou-se um histórico da COCBIX, desde a sua formação, sobre a parceria com a UNICENTRO, por meio do Projeto Sem Fronteiras e o encerramento de suas atividades em 2012.

As entrevistas realizadas com seis ex-cooperadas, nas quais foram perguntadas sobre sua vida antes, durante e após a COCBIX, culminaram na elaboração de treze categorias de análise. Estas categorias proporcionaram um conhecimento sobre a visão, percepção e vivência de cada uma delas dentro do processo de constituição, vida e encerramento da Cooperativa.

Percebeu-se a intensa ligação que elas mantiveram dentro da Cooperativa, ao constantemente afirmarem a existência da união, do compartilhamento entre elas, tanto do trabalho quanto dos momentos de descanso (quando dividiam o lanche na hora do intervalo). Mencionaram também o fato de gostarem de trabalhar com pessoas, de estarem junto com muitas pessoas. Enfatizaram por diversas vezes a questão do aprendizado, do conhecimento: aprendiam e também ensinavam o que sabiam às outras. Destacaram a importância do trabalho, de terem ocupação, de terem horário a cumprir, de resgatarem a autoestima, de se sentirem importantes, de pertencimento, de ter um referencial - “as mulheres da Cooperativa”. Foram quase unânimes em afirmar a importância da comunidade, de viver em sociedade, de trabalhar para o coletivo e para o bairro em que moram. Com os cursos, palestras e treinamentos aprenderam muitas coisas, frequentaram lugares diferentes, seja por meio das viagens técnicas, seja na UNICENTRO: *“um sonho realizado, frequentar a Universidade”*.

Com relação à problemática levantada nesta pesquisa - quais são os significados da COCBIX e seu fechamento para as mulheres ex-cooperadas? - foram destacados pontos de conflito, que culminaram com o encerramento da COCBIX, quais sejam a falta de transparência nas atividades do dia a dia, o desinteresse das ex-cooperadas em participar do processo todo, não somente da produção, além da falta de enfrentamento em relação aos problemas diários e a falta de pagamento pelo serviço executado.

Outro ponto levantado foi o desconhecimento técnico administrativo por parte da diretoria, afinal, as mulheres que compunham a diretoria eram costureiras, nada sabiam de administração, de empreendimento, de finanças, de contabilidade e demais requisitos básicos para dar andamento a uma Cooperativa, mesmo com os cursos e treinamentos recebidos. Eram muitas informações para pouco tempo de aprendizado e sua aplicação. Neste caso específico, a educação cooperativista precisaria ser mais efetiva, com mais cursos e com cargas horárias maiores. O aprendizado precisaria ser contínuo e eficiente. Para as mulheres que faziam parte da COCBIX, o entendimento sobre cooperativismo estava mais ligado ao coletivo e ao fato de serem “donas do próprio negócio”, mas o sistema cooperativista vai, além disto, pois exige todo um conhecimento empresarial, produtivo, administrativo, técnico e financeiro que as mulheres não tinham como absorver neste curto período de tempo. Elas aceitaram participar, porém muito mais no sentido de costurar e não de assumirem funções empresariais que exigiam muito mais do que elas efetivamente poderiam dar.

Para Gramsci (2001), uma análise crítica da própria concepção de mundo significa criar uma "consciência do que realmente somos"; isto contribui para a formação de uma nova cultura, novos costumes, novos valores mais convincentes com a realidade. Nem sempre criar nova cultura significa descobrir coisas novas, mas, sobretudo, socializar as já existentes para que sejam melhoradas pela prática.

A formação destes tipos de empreendimentos precisa de muito amadurecimento dos envolvidos, conhecimento de todo o processo, seja de produção, seja de administração. E, sem a ajuda de entidades e de órgãos oficiais, os empreendimentos tendem ao fracasso.

Dentro do sistema cooperativista, ou melhor, dentro das cooperativas, têm-se histórias de vida com experiências profissionais em organizações capitalistas, com hierarquias, com a nítida divisão entre os que decidem e os que trabalham. Também são detectadas faltas de experiências estruturadas de trabalho de pessoas, pois algumas sempre estiveram à margem do mercado de trabalho, mesmo que informal, o que constitui a

realidade frequentemente encontrada, que serve como ponto de partida para o desenvolvimento de complexas competências necessárias para garantir qualidade técnica do trabalho, gestão administrativa, e manutenção de relações igualitárias entre os cooperados. E a COCBIX não ficou longe deste padrão, o que de certa forma prejudicou o andamento das atividades diárias da Cooperativa.

É provável também que tenha faltado solidariedade entre elas, no sentido de se unirem mais e serem solidárias nas questões concernentes ao dia a dia da Cooperativa. Percebeu-se em alguns momentos das entrevistas certo distanciamento entre a diretoria e as demais cooperadas, além de uma certa dificuldade por parte de algumas das entrevistadas em aceitarem bem a questão de serem dirigidas e conduzidas por suas “vizinhas”. Mesmo que elas tenham escolhido a presidente e a vice-presidente, isso não significou um processo totalmente democrático entre elas e em sua prática laboral.

As professoras entrevistadas destacaram a importância de um empreendimento ficar por um tempo incubado, talvez em uma incubadora tecnológica, para ter tempo de amadurecer antes de deixá-lo seguir sozinho. Com este tipo de acompanhamento, a possibilidade de êxito, neste caso, com a incubação é muito maior. O Projeto Sem Fronteiras acompanhou-as por dois anos e, segundo as professoras, esse tempo não foi suficiente para dar sustentação à Cooperativa, mesmo com todo o empenho e trabalho realizado pela equipe. Promover aprendizagem coletiva para garantir processos de tomada de decisões democráticos, no âmbito das cooperativas, constitui um dos mais fundamentais desafios para aqueles que assumem o fomento deste tipo de organização, neste caso para a equipe do Projeto.

Verificaram-se as várias ligações das ex-cooperadas com a educação, com a comunidade, com o cooperativismo, umas com as outras, com a equipe do Projeto Sem Fronteiras, com os clientes, com os fornecedores dos materiais utilizados na produção. Todos estes elementos citados são ricos em proporcionar uma nova visão de vida para qualquer pessoa. Como as ex-cooperadas disseram nas entrevistas, o trabalho que elas executavam em conjunto, o dia a dia da Cooperativa, a integração, o conhecimento e o

aprendizado foram fundamentais em suas vidas, muitas não tinham passado por uma experiência como esta. Enfim, a Cooperativa proporcionou muitas possibilidades que ficaram além da percepção das ex-cooperadas, como algo imaterial, lúdico. O universo que foi construído neste período de aproximadamente três anos foi muito mais do que elas puderam ou podem perceber.

Como foi mencionado anteriormente, as ex-cooperadas não compreenderam o sistema cooperativista. As contribuições que a Cooperativa trouxe a elas foram em relação ao trabalho coletivo, ao grupo e ao aprendizado na costura.

Percebe-se que os erros principais da não continuidade da Cooperativa, apontados pelas entrevistadas, estão norteados em problemas de relacionamento, desconhecimento do sistema cooperativista e falta de incubação do projeto.

O cooperativismo é um sistema agregador, que possibilita muitas oportunidades, porém é, sobre outro prisma, muito diferente da empresa capitalista, e desse modo podem surgir problemas e incoerências. É voltado para o coletivo, busca o melhoramento econômico, social, educacional dos envolvidos; tem características capazes de mudar uma comunidade, de transformar ambientes e pessoas; precisa ser melhor aproveitado e usado em benefício das pessoas.

As cooperativas são organizações de trabalho coletivo nos quais os trabalhadores são donos de seu próprio negócio e estão sob a orientação de um conjunto de princípios: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática pelos sócios; participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, capacitação e formação para os sócios; cooperação entre cooperativas e compromisso com a comunidade. Os cooperados em empreendimentos autogestionários, como donos, devem se preparar para realizar a gestão destas organizações e, como trabalhadores, devem se capacitar constantemente para que apresentem alto nível de qualificação dos produtos e serviços que oferecem. Através desta

pesquisa, percebe-se, com as cooperadas e com as professoras integrantes do Projeto, que isso não aconteceu, ou seja, as ex-cooperadas pouco compreenderam o que era realmente ser a “dona do negócio”, e, neste caso, como “donas”, precisariam participar de todo o processo, desde o começo até o final.

Outro ponto que não foi abordado nem pelas ex-cooperadas, tampouco pelas Professoras, mas que é imprescindível para a melhor compreensão da razão do encerramento das atividades da Cooperativa, foi o fato de que as cooperadas precisavam de uma educação cooperativista que as capacitasse para a execução do trabalho, bem como para o conhecimento do sistema cooperativista. A questão da busca pela emancipação econômico-política, porém, não foi explanada juntamente às cooperadas, mas tão somente a emancipação econômica conseguida pelo trabalho. Esta ausência de explicação sobre a emancipação econômica-política faz e talvez tenha feito muita diferença neste contexto, pois através dela as mulheres envolvidas na cooperativa teriam conseguido sua autonomia. Se a equipe do Projeto Sem Fronteiras tivesse sido formada por uma equipe multidisciplinar, ou seja, tivesse envolvido profissionais de outras áreas do conhecimento, não somente das Ciências Sociais Aplicadas, como pedagogos e psicólogos, a situação poderia ter se configurado sob outro contexto, quem sabe mais promissor.

No sistema cooperativista é fundamental uma educação permanente para os cooperados, garantindo um desenvolvimento integral e cooperativo do quadro de sócios, e a construção de uma capacidade própria para gerar conhecimento e poder, por meio da institucionalização de mecanismos de autocontrole confiáveis e da sistematização de programas de treinamento e capacitação gerencial. Os cooperados precisam ter autoconfiança, que é sustentada permanentemente por meio da educação cooperativa que permite criar e gerir os negócios de modo comunitário e trabalhar sem intermediários. Esta educação também precisa estar voltada para a conscientização dos cooperados nas questões políticas: faz-se necessária uma emancipação político econômica por parte dos cooperados, para melhor entendimento do sistema cooperativista e a sua devida aplicabilidade. A educação

proporcionada aos envolvidos em cooperativas precisa capacitá-los para que criem sua própria autonomia, pois somente assim poderão realmente transformar suas vidas.

VII. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.107, pp. 405-419. ISSN 0101-6628.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

BAIOTO, Carlos Daniel. **Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, 2008.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia Solidária – os caminhos da autonomia coletiva**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social**. Tese de doutorado. UNB, 2010.

BERTUCCI, Ademar de Andrade e ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). **20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília DF: Gráfica Terra, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org). *Introdução: a psicologia social comunitária*. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTEL, Robert. **Relações humanas nos negócios**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CERQUEIRA, Jackson B. A. de. **Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000. p. 91-141.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo. 2006.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. **Entrevista** concedida à Sandra Mara Matuisk Mattos, em fevereiro de 2013 na UNICENTRO em Guarapuava.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Políticas Públicas Indutoras à cooperação para a geração de trabalho e renda : estudo em uma cooperativa de costureiras. In: Marcos de Castro; Antonio João Hocayen-da-Silva; Giomar Viana. (Org.). **Relações de Cooperação para geração de trabalho e renda**. Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2011.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. **Cooperativa das Costureiras da Associação dos Moradores do Bairro Industrial do Xarquinho - COCAMBIX**, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen; TEIXEIRA, Josélia Elvira (a). **Geração de renda**. Extensão Universitária como indutora de desenvolvimento local: Cooperativa das costureiras do Xarquinho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen; TEIXEIRA, Josélia Elvira (b). **Extensão universitária como indutora de desenvolvimento local: cooperativa das costureiras do Xarquinho**. Anais do 3º Salão de Extensão e Cultura – Institucionalizando a Extensão. Qual Extensão? UNICENTRO (20 a 25 de setembro de 2010).

DICIO – Dicionário online de português. Disponível em <www.dicio.com.br/falantério>. Acesso em 02/02/2013.

DINIZ, Bismarck Duarte. Flexibilização: uma abordagem crítica. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho/** Procuradoria-Geral do Trabalho. Ano XII - nº. 23-março de 2002. Brasília: LTr, 2002.

DURAES, Bruno José Rodrigues. **Novas Configurações no Mundo do Trabalho:** o que há de novo na informalidade de rua? São Paulo: Pegada. Vol. 8. n. 1 Junho 2007.

ECOSOL – Economia Solidária. Disponível em <www.ecosol.org.br>. Acesso em 20/05/ 2012.

FACHINETTO, Lisiane. Aprendizagens Universitárias: algumas aproximações. In: HENGEMÜHLE, Adelar (Org.). Capacitar para o empreendedorismo: uma proposta teórico-prática para as instituições de ensino superior. Uberaba: CNEC, 2010.

FARIA, Mauricio Sarda de; SANCHEZ, Fabio José Bechara. **A Economia solidária no governo federal:** intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. BENINI, E.A et all (org.) Gestão Pública e Sociedade. Fundamentos e políticas públicas da economia solidária. Vol.1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FBES – Forum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em <www.fbes.org.br>. Acesso em 22/08/ 2011.

FERREIRA, Izamara de Oliveira. HORST, Joselma Ap. dos Santos. DOLIVEIRA, Sergio Luis Dias. Processo de formação das relações de cooperação: um estudo sobre a implantação de uma cooperativa de trabalho do setor de construção civil na região de Cantuquiriguaçu. In: Marcos de Castro; Antonio João Hocayen-da-Silva; Giomar Viana. (Org.). **Relações de Cooperação para geração de trabalho e renda.** Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; et al. **O conceito de informalidade:** problema ou solução?. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000, (mimeo).

FRANCO, Julia Hosana Santos. SANTOS, Jair Nascimento. Um estudo da relação entre o trabalho em equipe e a aprendizagem organizacional. **GES – Revista Gestão e Sociedade**. CEPEAD/UFMG. Vol.4. n 9. Set/dez. 2010.

FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí – RS: Editora Unijuí, 2012.

FRANTZ, Walter, **Educação e Cooperação: práticas que se relacionam**. Sociologias: Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001. p. 242-264.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, M. F. Q. **Que legado recebeu e que desafios enfrenta a psicologia social comunitária?** Reflexos sobre a intervenção e a vida cotidiana. In: OSNAYA, Martha C. E PEREZ, José Carlos R. *Psicologia Social – perspectivas y aportaciones hacia un mundo posible*. México: Amapsi Editorial, 2007.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. ***Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária - prática da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil***. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária**. Minas Gerais: *Psicologia e Sociedade*; 8(1): 63-82; jan./jun.1996.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Institut International des droits de l'enfant (IDE). Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. <http://www.virtual.ufc.br>. Acessado em 21/07/2013.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. RBCS Vol. 28 n° 82 junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf> Acessado em 30 de setembro de 2013.

GAIGER, Luiz Inácio (a) **Por um Olhar Inverso**: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. (b) **A Presença Política da Economia Solidária**. Considerações a partir o Primeiro Mapeamento Nacional. In: I. Georges e M. Leite (orgs.), *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009: 81-99.

GAIGER, Luiz Inacio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Eficiência Sistêmica. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como pratica educativa**. 8º ed. São Paulo: Edições Loyola. 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* [online]. 2006, vol.14, n.50, pp. 27-38. ISSN 0104-4036.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (trad. Carlos Nelson Coutinho).

2ed. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.

HOCAYEN-DA-SILVA, Antonio João. CASTRO, Marcos. Organização da sociedade a partir de relações de cooperação: muitos caminhos uma só direção. In: Marcos de Castro; Antonio João Hocayen-da-Silva; Giomar Viana. (Org.). **Relações de Cooperação para geração de trabalho e renda**. Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2011.

HORTS, Joelma Aparecida. **O comportamento das famílias no processo de consumo de produtos alimentícios sob a influência das crianças a partir da mídia**. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. UNICENTRO. Guarapuava, 2009.

JESUS, Paulo; RIOS, Gilvando Sá Leitão; SOARES, Guilherme José de Vasconcelos; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco. IN: **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

JUSTA TRAMA. Disponível em www.justatrama.com.br. Acessado em 17 de julho de 2013.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 246p.

LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 22ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LAUDARES, João Bosco. **As relações de trabalho numa sociedade capitalista**. A sociedade tecnizada e capitalista. Revista tecnologia e sociedade. N.2. Curitiba: 1º semestre de 2006.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.5-9.

LEITE, Marcia de Paula. **Economia Solidária e o trabalho, associativo teorias e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.24, n.69, p.31-51, fev. 2009.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Jacob Carlos. **Paradoxos do trabalho associado**. Tempo soc. [online]. 2009, vol.21, n.1, pp. 113-132. ISSN 0103-2070.

LUCENA, Andrea Freire de. ESTRELA, Flavia Evangelista e MONSUETO, Sandro Eduardo. **Empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres em Goiás: caracterização e evidências**. IN: DIAS, Luciana de Oliveira; EL KADI, Nágila Ibrahim e NASCIMENTO, Telma Ferreira (organiz.). Plantar, bordar e colher – mulheres cooperadas, diagnósticos e reflexões. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

LUCENA, Romina Batista de. SOUZA, Nali de Jesus de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000. http://www.nalijSouza.web.br.com/downloads/artigos/pol_agr_br.pdf em 05/02/2013. (2002).

MANCE, Euclides André. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil. Texto subsídio para a I Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Conferencia/textoeuclidesmance.pdf> . Acessado em 10/07/2013.

MANCE, Euclides André. (1999) **Globalitarismo e Subjetividade** - algumas considerações sobre ética e liberdade. www.solidarius.com.br em 16/01/2013.

MANCE, Euclides André. **Governo Lula e economia solidária: desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda e erradicação da fome** (2003). Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/Biblioteca.htm>. Acesso em setembro de 2009.

METELLO, Daniela. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama.** Cadeia solidária de algodão agroecológico. UFRJ. RJ 2007. Dissertação (Mestrado).

MONTERO, M. *Fundamentos teóricos de la Psicología Social Comunitaria en Latinoamérica.* AVEPSO,5(1):15-22, abril, 1983.

MONTERO, M. *La Psicología Comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos.* Revista Latinoamericana de Psicología, 16(3): 387-400, 1984.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/>. Acesso em 18/08/ 2012.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** Dissertação de mestrado. UFSC, 2004.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático.** Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de recursos humanos – FDRH, 1979.

PICCININI, Valmiria Carolina et all. **Cooperativas de trabalho: forma de autogestão ou flexibilização precarizada?** Anais XXVII Encontro Anual da ANPAD. Atibaia, set.2003.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1982.

POCHMANN, Marcio, Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Revista Eletronica FEE, 1998. volume 26.n.2

REGO, Eduardo Ernesto; MOREIRA Emília. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista OKARA: Geografia em debate, v.7, n.1, p. 63-80, 2013.

SANTOS, Tania Steren dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital.** *Sociologias* [online]. 2001, n.6, pp. 170-198. ISSN 1517-4522.

SCHNEIDER, Élen Cristine. **As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero.** Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST, 2010. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp11>. Acessado em 28 de agosto de 2013.

SCHNEIDER, José Odelso. (Org.) **Educação Cooperativa e suas práticas.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

SCHNEIDER, Jose Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHOLZ, Robinson Henrique. **Uma andorinha não faz verão: relações de solidariedade promotora da liderança solidária compartilhada.** Dissertação. UNISINOS, 2009.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm. Acessado em 30 de setembro de 2013.

SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em <www.seti.pr.gov.br>. Acesso em 18/08/ 2011.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da. PEREIRA, Karina Liotti Guimarães M. **Precarização do trabalho no Brasil e competitividade internacional: uma análise do período recente.** Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás – UEG ISSN: 1809 970-X Revista de Economia, Anápolis, v.7, n.1, p. 84-101, jan./jun. 2011. [<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia>] 84. Acessado em 20/12/2012.

SINGER, Paul Israel. **Economia solidária.** *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.62, pp. 289-314. ISSN 0103-4014.

SINGER, Paul Israel. Economia solidária. **Entrevista.** Revista Estudos Avançados, São Paulo: USP, n. 22. p. 289, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>.

SINGER, Paul Israel. **As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária**. Proposta, n.97, p.12-16, jun/ago, 2003.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Ingrid Tayse de. BARBOSA, Nayanne Pereira e LOPES, Vanessa de Moraes. **Cooperativismo**: definições e reflexões da arte de cooperar. IN: DIAS, Luciana de Oliveira; EL KADI, Nágila Ibrahim e NASCIMENTO, Telma Ferreira (organiz.). Plantar, bordar e colher – mulheres cooperadas, diagnósticos e reflexões. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

SOUZA, Marcius Cruz da Ponte. **Neoliberalismo e globalização**: reflexos no direito do trabalho. Revista Jus Navigandi, 2008. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/13300/neoliberalismo-e-globalizacao-reflexos-no-direito-do-trabalho>, acesso em 21.01.2013.

TEIXEIRA, Josélia Elvira. **Entrevista** concedida à Sandra Mara Matuisk Mattos, em fevereiro de 2013 na UNICENTRO em Guarapuava.

TERRASOLTA - Movimento de Sociedade Alternativa. Disponível em <www.terrasolta.org>. Acesso em 05/03/2011.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VEIGA, Sandra; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VERONESE, Marília Veríssimo. Economia solidária e desigualdades imateriais. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 33, 2009, Caxambú. São Paulo: ANPOCS, v.1, p. 1-24, 2009.

VERONESE, Marília Veríssimo. **A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária**. Porto Alegre: PUCRS. 2004. 226f. Tese (Doutorado em Psicologia).

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste – Disponível em <http://www2.unicentro.br/> . Acessado em 05 de outubro de 2013.

VIII. APÊNDICES

APÊNDICE I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
PESQUISA DE CAMPO – COCAMBIX
PESQUISADORA: SANDRA MARA MATUISK MATTOS
PROF. ORIENTADORA: DRA. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS**

NOME: _____

CIDADE: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

ESCOLARIDADE: _____

DATA: _____

PROFISSÃO: _____

RENDA: _____

TEMPO QUE MORA NO BAIRRO: _____

QUESTÕES:

Perspectivas antes do ingresso na Cooperativa

1. Como era sua vida profissional antes da Cooperativa?
2. Antes de você se tornar cooperada, você tinha ideia de como funcionava uma Cooperativa? Ou o que era uma Cooperativa?

Perspectivas durante a participação na Cooperativa

3. Sua participação no orçamento doméstico mudou enquanto participava da Cooperativa?
4. Quais eram suas atividades no dia a dia da Cooperativa?
5. Você tinha ou tem noção que todas eram donas da Cooperativa e que tinham poder igual para tomar as decisões?

6. Tudo era discutido entre todas, antes de algo ser feito, inclusive os recursos?
7. A vida financeira da Cooperativa era de conhecimento de todas?
8. Como era o relacionamento entre vocês? Como resolviam as diferenças?
9. Se se sentia motivada em trabalhar em grupo? Por que?
10. Acha que o governo (federal/estadual/municipal) deveria ter participado na Cooperativa? De que forma?
11. Como foi trabalhar com a equipe do Projeto Sem Fronteiras? Foi bom? Difícil?
12. Quando o Projeto acabou e vocês ficaram sozinhas, algo mudou? Para melhor ou pior?
13. Por que tantas colegas deixaram a Cooperativa?
14. Gostou da experiência em ser uma cooperada?

Perspectivas após a participação na Cooperativa

15. Como é sua vida profissional hoje?
16. Por quanto tempo permaneceu na Cooperativa?
17. Sua vida melhorou enquanto estava na Cooperativa? Ou depois? Como?
18. Em sua opinião quais foram as vantagens e as desvantagens da criação da Cooperativa?
19. O que você aprendeu com a Cooperativa?
20. Sabe o motivo de a Cooperativa ter fechado?
21. Depois de todo este tempo do fechamento da Cooperativa sente falta da Cooperativa? Por quê?
22. Se o tempo voltasse faria algo diferente dentro da Cooperativa?
23. Qual a maior lição deixada pela Cooperativa?
24. A formação de uma cooperativa ou de uma associação pode mudar a vida de uma comunidade?
25. Algo mudou na comunidade após a fundação e o encerramento da Cooperativa?
26. Considera-se parte de uma comunidade? Percebe a importância?
27. Participa de alguma forma em ações comunitárias? Como?
28. O que espera do futuro?

APÊNDICE II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
PESQUISA DE CAMPO – COCAMBIX
PESQUISADORA: SANDRA MARA MATUISK MATTOS
PROF. ORIENTADORA: DRA. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS**

NOME: _____

CIDADE: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

ESCOLARIDADE: _____

DATA: _____

PROFISSÃO: _____

FUNÇÃO NO PROJETO: _____

QUESTÕES:

1. Qual era o nome correto da Cooperativa?

2. Qual foi a tua percepção em relação ao projeto como um todo? Foi valido? O que acrescentou na tua vida acadêmica e quem sabe pessoal?

3. Como era estar com elas na época do projeto? E como foi quando vocês continuaram indo lá depois do encerramento do projeto?

4. Você tem uma ideia ou supõe o porque da Cooperativa ter encerrado suas atividades?

5. Se o tempo voltasse o que faria de diferente no Projeto?

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa (TÍTULO DA PESQUISA), sob a responsabilidade de (PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL), que irá investigar (DESCREVER OS OBJETIVOS DA PESQUISA EM LINGUAGEM SIMPLES E NÃO TÉCNICA. APRESENTAR UMA BREVE JUSTIFICATIVA).

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você (ESCLARECER EM LINGUAGEM SIMPLES E NÃO TÉCNICA DE QUE FORMA SERÁ A PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO. DESCREVER EM LINGUAGEM CLARA, AS ETAPAS METODOLÓGICAS A SEREM CUMPRIDAS E OS PROCEDIMENTOS ROTINEIROS E/OU ESPECÍFICOS DO ESTUDO, AOS QUAIS OS PARTICIPANTES SERÃO SUBMETIDOS. INCLUIR A DESCRIÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES, SE FOR O CASO, DOS QUAIS OS PARTICIPANTES PODERÃO OPTAR).

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o(a) os(as) (ENTREVISTA, AVALIAÇÕES, EXAMES ETC.) sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: O(s) procedimento(s) utilizado(s) (DESCREVER O TIPO ESPECÍFICO DE PROCEDIMENTO) poderá (ão) trazer algum desconforto como (DESCREVER O POSSÍVEL DESCONFORTO ADVINDO DO PROCEDIMENTO UTILIZADO NO ESTUDO, MESMO OS MAIS SIMPLES). O tipo de procedimento apresenta um risco (MENSURAR O GRAU DE RISCO – MÍNIMO, MÉDIO OU ELEVADO) que será reduzido pela(o) (DESCREVER AS FORMAS DE MINIMIZAÇÃO DO RISCO).

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de (DESCREVER OS BENEFÍCIOS, IMEDIATOS OU TARDIOS, DIRETOS OU INDIRETOS, ESPERADOS. OS BENEFÍCIOS DEVERÃO SER REVERTIDOS AOS PRÓPRIOS PARTICIPANTES DO ESTUDO).

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de algum (TRATAMENTO, ORIENTAÇÃO, ENCAMINHAMENTO ETC.) por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou se o pesquisador descobrir que você tem alguma coisa que precise de tratamento, você será encaminhado(a) por (NOME DO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO E TELEFONE PARA CONTATO) para (INDICAR O NOME E ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO QUE PRESTARÁ A ASSISTÊNCIA).

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por (EXAMES, AVALIAÇÕES ETC.) serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus (Suas) (RESPOSTAS, DADOS PESSOAIS, DADOS DE EXAMES LABORATORIAIS, DE IMAGEM, AVALIAÇÕES FÍSICAS, AVALIAÇÕES MENTAIS ETC) ficarão em segredo e o nome não aparecerá em lugar nenhum dos (as) (QUESTIONÁRIOS, FITAS GRAVADAS, FICHAS DE AVALIAÇÃO ETC.) nem quando os resultados forem apresentados.

6. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável:

Endereço:

Telefone para contato:

Horário de atendimento:

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG

Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli

CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR

Bloco de Departamentos da Área da Saúde

Telefone: (42) 3629-8177

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador